



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade Educação

THAISA CRISTINA FRANÇA

**OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELO TRADUTOR E INTÉRPRETE
EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS – TILS – NA ESCOLA**

CAMPINAS - SP
2020

THAISA CRISTINA FRANÇA

**OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELO TRADUTOR E INTÉRPRETE
EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS – TILS – NA ESCOLA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação Escolar, na área de concentração Educação Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria de Souza

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DE DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA **THAISA CRISTINA FRANÇA**
E ORIENTADA PELA PROF(A). DR(A) **REGINA MARIA DE SOUZA**

**CAMPINAS - SP
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

F844d França, Thaisa Cristina, 1978-
Os desafios encontrados pelo tradutor e intérprete educacional de língua de sinais – TILS – na escola / Thaisa Cristina França. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Regina Maria de Souza.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Língua brasileira de sinais-Libras. 2. Intérprete para surdos. 3. Educação de surdos. 4. Tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Libras. 5. Precarização. 6. Formação. I. Souza, Regina Maria de, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The challenges which educational sign language translator and interpreter encounters at school

Palavras-chave em inglês:

Brazilian sign language
Deaf interpreter
Deaf education
Brazilian signal language translator and interpreter
Precarization
Formation

Área de concentração: Educação Escolar

Titulação: Mestra em Educação Escolar

Banca examinadora:

Regina Maria de Souza [Orientador]
Eliaana Cristina Bär
Renê José Trentin Silveira

Data de defesa: 16-11-2020

Programa de Pós-Graduação: Educação Escolar

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1469-6438>
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6601097870322160>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELO TRADUTOR E INTÉRPRETE
EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS – TILS – NA ESCOLA**

Autora:

Thaís Cristina França

Comissão Examinadora:

Regina Maria de Souza

Elia Cristina Bär

Renê José Trentin Silveira

A ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade

2020

DEDICATÓRIA

A Deus pela minha vida e saúde e à minha família pela compreensão e
paciência nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Se a tua lei não fosse o meu prazer, o sofrimento já me teria destruído. Jamais me esquecerei dos teus preceitos, pois é por meio deles que preservas a minha vida. (SALMOS, 119:92-93).

Agradeço a Deus pela minha vida, aos meus pais por terem me criado e à família que Deus me deu ao longo dos anos.

À comunidade surda pela apresentação da Libras, acolhimento e mostra do mundo numa perspectiva visual.

Ao meu esposo Fábio, que há 20 anos caminha comigo; juntos, formamos uma linda família.

À minha princesa, a primogênita Letícia, que inúmeras vezes contribuiu na realização dos afazeres domésticos e nos cuidados com o irmão mais novo, durante os meus estudos para fins desta dissertação. Tem colaborado também na laboriosa tarefa de cozinhar, me impressionado: como cozinha bem!

Ao meu pequeno Miguelzinho, que ainda com pouca idade já tem iluminado os meus dias, me dado ânimo para levantar da cama em dias difíceis, não permitindo que a “depressão” me destruísse... Enquanto adoecida, sem o desejo de ficar em pé, o meu filho dizia: - “Acorda mamãe, já é dia”.

À minha mãe, que sempre me apoiou nos estudos, acompanhando de perto esta minha caminhada. Obrigada pelos cafezinhos, almoços e acolhida em sua casa, em momentos que faltava apenas um lugar silencioso para eu me concentrar na escrita.

À Roseli e ao Nilton, avôs paternos, sempre presentes e dispostos em ajudar, contribuindo na criação dos netos enquanto pai e mãe precisam trabalhar. Agradeço por buscarem o pequeno Miguel na escola em novo período escolar e disponibilizarem parte de suas vidas aos meus filhos.

À minha amiga e irmã na fé, Andreza, muitos anos de amizade e poucos encontros, mas muitas horas ao telefone e várias mensagens trocadas pelo WhatsApp. Gratidão por me ouvir, me aconselhar, não me julgar e permanecer firme em momentos tão frágeis de sua própria vida, e ainda assim conseguir ânimo e forças para ajudar. Deus lhe recompense e abençoe sua vida. Tenha certeza de que suas virtudes beneficiaram não apenas a mim, mas todos aqueles que tiveram e tem o privilégio de desfrutar da sua presença.

À querida amiga Simone, que em pouco tempo de amizade, mas com o sentimento de que nos conhecemos há anos, entrou como um anjo em minha vida para iluminar o meu caminho e me mostrar uma luz no fim do túnel.

Aos queridos alunos surdos, meninos e meninas, que ao longo de 10 anos me constituíram a profissional que sou hoje e me permitiram viver momentos únicos; as inquietações me levaram à nova formação. Não alcançaria os resultados presentes sem vocês, que são a razão de ser e de lutar por uma educação de surdos bilíngue, pública e de qualidade.

Aos amigos intérpretes educacionais pelos cafés na sala dos professores, um espaço que embora não nos pertencesse, nos acolhia; seguimos, lutando por maior reconhecimento pessoal e profissional.

Aos TILS, que cordialmente se disponibilizaram a responder os questionários, compartilhando suas vivências e percepções; a partir do olhar do outro tive condições de refletir e pensar nessa emergente profissão que a cada dia vem ganhando mais visibilidade, e por que não almejar um status mais elevado?

Aos professores bilíngues. Deus preparou caminhos e criou oportunidades incríveis para que eu tivesse a honra de acompanhar suas aulas ministradas em Libras. Pessoas lindas nas quais me inspirei e muito admiro. Parabéns a vocês pelo excelente trabalho que desempenham nas escolas municipais da cidade de Campinas/SP.

Não me esqueço dos professores regentes aos quais também agradeço. Gentilmente abriram espaço para mais uma personagem dentro da sala de aula. Uns mais tímidos, outros mais receptivos, todos deixaram lembranças e aprendizados riquíssimos.

Meus sinceros agradecimentos a todos e todas da equipe escolar, das escolas por onde passei, que de alguma forma, direta ou indiretamente, fazem parte da minha caminhada.

Para não me estender ou por correr o risco de me esquecer... agradeço aos meus amigos(a) e familiares que me incentivaram e suportaram com paciência as minhas ausências.

Gratidão a Deus, mais uma vez, pela vida, pela saúde e pela oportunidade de estar e aprender entre doutores e doutoras numa das Universidades mais reconhecidas do País.

Meus sinceros agradecimentos à querida docente Regina Maria de Souza, mais do que uma orientadora, uma amiga, que abriu meus olhos quando eu não me reconhecia doente. Agradeço pela sua paciência, conselhos e acolhimento, e ainda mais pelo imenso aprendizado, para muito além do Mestrado Profissional. Estar com você esses anos me fez aprender mais do que conteúdos e metodologias. São aprendizados que levo pra vida. Obrigada por tudo.

À Eliana Cristina Bär e Leandro Calbente Câmara, por terem me auxiliado na qualificação com sugestões de bibliografias e apontamentos imprescindíveis que por certo refletem na escrita dessa dissertação. É um prazer tê-los em minha banca de defesa, e mais ainda, por fazerem parte de um grupo seletivo que compartilha seus conhecimentos mediados pela mesma orientadora.

Ao professor Renê José Trentin Silveira, a quem tive a honra de conhecer e com ele aprender no primeiro seminário de Formação de Formadores do Mestrado Profissional proposto pela Faculdade de Educação. Tenho certeza de que suas contribuições na banca de defesa me abrirão novos horizontes.

À professora Luci Banks Leite que gentilmente aceitou meu convite para compor a mesa para a realização da minha defesa.

Não poderia deixar de agradecer aos membros do grupo de orientandos da docente Regina e aos parceiros do Mestrado Profissional, turma pioneira da Faculdade de Educação. O curso teve início em 2018 quando eu ingressei. Juntos, compartilhamos histórias incríveis e nos motivamos a seguirmos adiante.

Finalmente, aos funcionários e às funcionárias da Faculdade de Educação, que direta ou indiretamente contribuíram na realização deste trabalho.

Meu muito obrigada a cada um(a) de vocês.

RESUMO

Esta dissertação aborda o perfil exigido para a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, as condições de trabalho que este profissional encontra na escola e os desafios laborais face ao seu ambiente de trabalho. Tendo como base a literatura referencial e estudos científicos no campo, foi realizado, primeiramente, um estudo inicial da constituição da carreira de TILS. A profissão se constitui, inicialmente, no voluntariado em diversas instituições (das religiosas às jurídicas). Atualmente, a profissão, regulamentada em 2010, tem sua principal presença nas escolas inclusivas, ao mesmo tempo que busca sua consolidação como importante área de pesquisa e de atuação profissional. Com o intuito de aprofundar reflexões e contribuir com novos olhares, este trabalho teve como objetivo analisar os desafios do profissional no atendimento dos direitos educacionais dos surdos em ambiente escolar. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, que envolveu dois instrumentos de coleta de dados - entrevista com tradutores e intérpretes de Libras que possuem consolidada experiência na área, bem como a revisão de literatura em diálogo com meu próprio percurso de formação profissional como tradutora e intérprete de Libras. Os resultados apontam para a necessidade urgente de se ampliar os cursos de formação inicial e continuada do TILS, aumento da exigência do nível escolar nos editais de concurso (de ensino médio para universitário em tradutor e intérprete, além da prova prática que comprove sua fluência em Libras), adequação dos salários dos tradutores e intérpretes para fazer jus às funções, para que não excedem às previstas a um tradutor e intérprete. Para tanto, os cursos de formação requerem diretrizes curriculares a fim de se garantir uma capacitação básica necessária comum. Os desafios apontados, ao longo do trabalho, demonstram a necessidade de serem melhor definidas suas funções além da importância da promoção de estratégias mais efetivas para o ensino e aprendizagem de alunos surdos, dentre elas, maior cooperação, ou integração, entre o trabalho do professor regente e do TILS. A insuficiência de TILS formados é demonstrada pelo número atual de surdos matriculados na Educação Básica: 65 mil. Embora, ainda em número pouco expressivo, diante da densidade demográfica do país, ganha evidência a insuficiência de número de TILS com formação inicial - formação essa começada pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2008, expandindo-se a outros seis Institutos de Ensino Superior anos depois -, cada estudante surdo matriculado, em escola inclusiva, necessitaria de, pelo menos, 1 TILS. Se estiverem todos em escolas inclusivas distintas seriam necessários 65 mil TILS, número que está longe da realidade. Assim, os dados sugerem que o ensino bilíngue Libras-Português em escola polos ou classes bilíngues com professores bilíngues poderia reduzir esse descompasso, sem minimizar a necessidade de uma maior formação numérica de TILS, pois teriam importantes funções mediadoras tanto nas escolas bilíngues (entre pais, gestores, visitantes etc. ouvintes) como nas escolas inclusivas, onde sua presença será sempre fundamental.

Palavras-chave

Libras; Intérprete para surdos; Educação de surdos; Tradutor intérprete de língua brasileira de sinais/Libras; Precarização; Formação.

ABSTRACT

This dissertation addresses the profile demanded for the position of Brazilian Sign Language Translators and Interpreters, as well as the work conditions the professional encounters in schools and the labor challenges in his/her work environment. Based on the referential literature and the scientific studies in this field, a study was first carried out about the constitutions of the TISL career. This profession is, initially, constituted by volunteer work (from religious to legal institutions). Currently, this profession, which was regulated in 2010, is found mainly in inclusive schools and at the same time, it seeks its consolidation as an important research area and also as a professional performance. In order to deepen reflections and contribute with new perspectives, this paper had as its objective, to analyze the challenges the professional faces when attending to the rights of the deaf people in the school environment. Under a qualitative approach which involved two instruments for the collection of data – interview with Sign Language Translators and Interpreters who have a vast experience in this area, as well as the review of literature paired with my own professional path as a Sign Language Translator and Interpreter. The results point to an urgent need to broaden TISL initial and subsequent formation courses, increased demand for the school level asked in the entrance exams (instead of high school diploma, demand university major in translation and interpretation, and also the practical test which will prove his/her fluency in Sign Language), salary adequacy for the translator and interpreter to live up to his/her functions, in order not to exceed those fixed for a translator and interpreter. Therefore, the formation courses require curricular guidelines in order to guarantee a necessary common basic training. The challenges indicated throughout this paper, show the need for better defined functions besides the importance of more effective strategy promotion for the teaching and learning of the deaf student, including, better cooperation or integration, between the responsible teacher and the Sign Language translator/interpreter work. The insufficiency of majored TISL is demonstrated by the current number of deaf students enrolled in the Basic Education: sixty five thousand. Although it is still a small number, given the country's demographics, it is evident the insufficient number of TISL with initial education – this education was started by the Federal University of Santa Catarina in 2008, expanding to six other Colleges years later – each deaf student enrolled in an inclusive school, would need, at least, one TISL. If all of them are enrolled in a different inclusive school, it would be necessary sixty five thousand TISL; this figure is far from reality. Therefore, data suggest the bilingual teaching of Sign Language-Portuguese in schools or bilingual classes with bilingual teachers, could reduce this mismatch, without minimizing the need of a bigger figure of majored TISL, because they would have important mediation functions as in bilingual schools (among parents, managers, visitors, listeners, etc.) as in inclusive schools, where their presence will always be primordial.

Keys words

Brazilian sign language-Libras; Education for the deaf; Brazilian sign language translator and interpreter/Libras; Precariousness; Formation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - CBO - Filólogos, Tradutores, Intérpretes e Afins	39
Quadro 2 - Primeiros programas/cursos para a formação do tradutor e intérprete no Brasil	52
Quadro 3 - Cursos de formação de professores bilíngues e TILS oferecidos por instituições públicas em 2020 (Segundo Semestre)	54
Quadro 4 - Comparação das grades curriculares da UFSCar e UFSC	59
Quadro 5 - Disciplina de Libras (UFSCar x UFSC)	60
Quadro 6 - Cargos, jornada de trabalho e requisitos exigidos	71
Quadro 7 - Valores sugeridos pelo SINTRA e FEBRAPILS	72
Quadro 8 - Números de TILS / Professores bilíngues x alunos surdos e ouvintes matriculados em salas de aulas inclusivas das escolas da PMC	73
Quadro 9 - Diferenças operacionais entre traduzir e interpretar	84
Quadro 10 - Roteiro de perguntas	86
Quadro 11 - Perfis dos sujeitos da pesquisa	87
Quadro 12 - Desafios encontrados pelo TILS	88
Quadro 13 - Estratégias para a eficaz promoção do trabalho e parcerias entre profissionais	88
Quadro 14 - Educação continuada: responsabilidade pelas propostas de programas de formação	89
Quadro 15 - Fluência em Libras e experiência profissional	89
Quadro 16 - Desmotivação relacionada ao trabalho exercido	90
Quadro 17 - LTS - Licença para tratamento de saúde	90
Quadro 18 - Responsabilidade pelo ensino do aluno surdo	91
Quadro 19 - Tradução de conteúdo desconhecido e especialização do TILS	91
Quadro 20 - Diretrizes sobre formação inicial e continuada do TILS	92
Quadro 21 - Curso UFSCar e respectivas disciplinas e créditos	127
Quadro 22 - Formação do TILS na UFSC	130
Quadro 23 - Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras - IFRS	134

LISTA DE SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEP/CHS - Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UNICAMP

CODA - *Chidren of Deaf Adults* / Filhos ouvintes de pais surdos

FE - Faculdade de Educação

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GIPES - Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos

GT/ANPOLL - Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFG - Instituto Federal de Goiás

IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFSC- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IE - Intérprete Educacional

ILS - Intérprete de Língua de Sinais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação
PMC - Prefeitura Municipal de Campinas

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PROLIBRAS - Proficiência em Libras

SINTRA - Sindicato Nacional dos Tradutores

TDC - Trabalho Docente Coletivo

TECLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TILS - Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

TOEFL - *Test of English as a Foreign Language*

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFCA - Universidade Federal do Cariri

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semiárido

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1. MEMORIAL: Um pouco sobre meu percurso profissional em interseccionalidade com o presente estudo	17
1.1 O resultado do meu desejo: o tema que me tocou	27
2. OBJETIVO: Como recortei o objetivo da presente reflexão	32
3. A METODOLOGIA ESCOLHIDA: Pesquisa qualitativa	33
3.1. Instrumento de coleta de dados e sujeitos da pesquisa	33
4. A INCLUSÃO DA LIBRAS COMO PARTE DO CAMPO DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL	37
4.1 O ativismo de TILS em conjunto com outros grupos e associações profissionais	43
4.2 O intérprete de Libras educacional e sua função de ensino	45
4.3 Qual o lugar do TILS na educação bilíngue para alunos surdos?	49
4.4 Cursos universitários e públicos para a formação de profissionais bilíngues (Libras x português) e TILS	52
4.5 A certificação e a qualificação dos TILS de 2005 a 2015	62
4.6 Uma visão geral do campo da tradução e interpretação segundo Adail Ubirajara Sobral	64
4.7 Educação bilíngue: diálogo com Cristina B. Feitosa de Lacerda	67
4.8 O trabalho do TILS com base em Neiva de Aquino Albres	76
5. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO: DIFERENÇAS E COMPETÊNCIAS EXIGIDAS	79
5.1 Tipos de tradução/e ou interpretação	80
5.2 Competências essenciais do TILS	82
5.3 Diferenças operacionais entre a tradução e a interpretação	83
6. O QUE O TILS TEM A DIZER	86
6.1 Apresentação dos resultados	87

6.2 Análise dos resultados	92
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	118
Termo de consentimento livre e esclarecido	118
Respostas dos entrevistados	121
Perfil 1	121
Perfil 2	122
Perfil 3	124
ANEXOS	127
Grade de disciplinas da UFSCar	127
Grade de disciplinas da UFSC	130
Matriz curricular de disciplinas do IFRS	134
Resposta LAI	135

1. MEMORIAL: Um pouco sobre meu percurso profissional em interseccionalidade com o presente estudo

Considero destacar meu percurso acadêmico-profissional, bem como os desafios superados e conquistas alcançadas.

Enquanto escrevia, eu relembrava e refletia sobre as escolhas que fiz e os caminhos que trilhei. Muita coisa não foi planejada, ou talvez nem sempre eu tivesse um plano definido, mas certo é que, neste momento da minha vida, sinto-me na condição de ter cumprido um longo e bem-sucedido caminho.

Comecei a trabalhar aos 14 anos de idade e percorri uma longa estrada até chegar a ser uma intérprete de Libras. Atuei como operadora de telemarketing, operadora de caixa, balconista, vendedora, auxiliar administrativo, telefonista, supervisora de vendas e vendedora autônoma. Todos os trabalhos desenvolvidos demandavam relações humanas.

Minha motivação para aprender Libras se deu quando conheci um grupo de pessoas surdas de Sumaré, cidade onde resido localizada no interior de São Paulo, em especial uma jovem muito alegre que morava perto da minha casa e que tinha o maior prazer de fazer novos amigos e de ajudar os ouvintes no entendimento da sua diferença linguística. Ela mostrava que a vida é feita de diferenças e que é possível aprender a conviver uns com os outros e ser feliz.

A profissão de tradutor e intérprete de Libras foi reconhecida somente em 2010, conforme a Lei Federal nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão, quando há muito tempo profissionais já a exerciam na informalidade, muitas vezes de forma assistencialista e sem remuneração. Também em 2010, a PMC (Prefeitura Municipal de Campinas) criou o cargo de intérprete de Libras educacional¹ regulamentado pela Lei Municipal nº 13.980, de 23 de dezembro de 2010. Logo em seguida, publicou um processo seletivo para a contratação deste profissional.

Quando acontecia a regulamentação da profissão eu iniciava a minha caminhada profissional e remunerada como tradutora e intérprete de Libras. A PMC

¹ Este cargo passou a ser denominado “intérprete de libras/português” conforme art. 3º da Lei Complementar nº 94 de 18 de dezembro de 2014.

havia estabelecido um convênio com a FENEIS-SP ² e publicado um processo seletivo no qual participei e fui aprovada. Ingressei como funcionária da FENEIS-SP, prestando serviços para a PMC.

Confesso que num primeiro momento me senti insegura e diante de um grande desafio, pois havia concluído há apenas um ano o curso de Libras “Mãos que falam” com carga horária de 180 horas, realizado de novembro de 2007 a março de 2009, em âmbito religioso. Também desconhecia todos os aspectos fundamentais sobre a atuação com alunos surdos.

A partir da criação do cargo de intérprete de Libras educacional, um novo perfil profissional foi definido e exigido pela PMC nos seus processos seletivos, tanto para a contratação de funcionários terceirizados, quanto de funcionários públicos, para ingresso nas escolas municipais.

O perfil profissional incluía a formação no ensino médio e a proficiência em Libras reconhecida pelo MEC/Prolibras³ ou pela FENEIS, conforme edital de concurso público do Município nº 004 de 2012.

No concurso público de 2015, o perfil exigido foi a formação no ensino médio e a proficiência em Libras promovida pelo MEC ou o ensino médio e um curso de tradução e interpretação de Libras com carga horária mínima de 1.200 horas⁴, conforme edital público do Município nº 001 de 2015.

A PMC buscava disponibilizar escolas-polo para alunos surdos matriculados na rede do Município, norteadas por um projeto bilíngue que foi desenvolvido no âmbito do convênio com a FENEIS-SP e assessorada por uma equipe pedagógica composta pelos seguintes profissionais:

- ✓ *Professor bilíngue*: responsável pela regência de turma de alunos surdos nos ciclos I e II (do 1º ao 5º ano) do ensino fundamental.
- ✓ *Professor bilíngue para as aulas de português*: responsável pelas aulas de

² A FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos de apoio à Comunidade Surda, filiada à Federação Mundial dos Surdos.

³ Ministério da Educação / Programa nacional para a certificação de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras e para a certificação de proficiência em tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa. Conforme portaria MEC 20/2010, os exames do Prolibras foram realizados anualmente nos Estados e no Distrito Federal, num período de 10 anos, de 2005 até 2015.

⁴ Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos/MEC - Edição 2020.

português escrito para turmas que incluíam alunos surdos dos ciclos III e IV (do 6º ao 9º ano) do ensino e do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

✓ *Intérprete de Libras*: responsável pela tradução e interpretação dos demais componentes curriculares mediando a comunicação “Libras x língua portuguesa” em cada turma que incluía alunos surdos dos ciclos III e IV (do 6º ao 9º ano) do ensino fundamental e EJA.

✓ *Instrutor surdo*⁵: responsável pelo ensino de Libras em salas de aula para aprendizagem e interação dos alunos ouvintes e surdos, sendo uma referência positiva visto que ele é um profissional que possui a mesma diferença linguística dos alunos que possui deficiência auditiva.

No primeiro dia de trabalho recebi a informação de que atuaria como intérprete volante em três escolas participantes do projeto bilíngue:

✓ EMEF/EJA Dulce Bento Nascimento.

✓ Escola Municipal Educação Infantil Agostinho.

✓ Escola Municipal de Educação Infantil Celisa Cardoso do Amaral.

Devido à minha atuação como intérprete volante, os meus trabalhos nas escolas não coincidiam com os horários de início e término das aulas, ocorriam na realização das reuniões de TDC (Trabalho Docente Coletivo) que demandavam a tradução para os instrutores surdos de cada escola, nas aulas dos professores especialistas (arte, inglês e educação física) e para os alunos dos ciclos I e II da Escola Dulce Bento. Assim, eu tinha dificuldades em assimilar os nomes dos professores, alunos e funcionários e em construir vínculos mais afetivos com as comunidades; não me sentia parte das equipes de cada escola.

Algo que também me incomodava era o questionamento recorrente sobre a minha formação profissional e sobre o meu papel nas escolas. Embora filha de uma professora, na época a minha experiência na área da educação era limitada, eu era apenas uma estudante de Pedagogia.

Hoje, tendo formação e acumulado experiência profissional, ainda percebo e vivencio dificuldades: alunos surdos que são inseridos em salas regulares com

⁵ Conforme o Decreto nº 5.626/2005 - O período para admissão de “instrutor surdo” perdurou somente 10 anos - 2005 até 2015, após essa data tornou-se necessário contratar professor bilíngue devidamente habilitado - Letras Libras.

alunos ouvintes e a complexa relação do intérprete de Libras com os demais profissionais do ambiente escolar.

Em 2012, participei de um concurso público realizado pela PMC e fui aprovada. Entretanto, corria o risco de ser considerada inapta a assumir o cargo, pois eu não tinha a certificação da proficiência exigida, o que me deixou bastante angustiada.

Na época do concurso, embora atuando como funcionária da FENEIS-SP, uma instituição bastante representativa, não havia como obter a certificação com esta regional, pois não era habilitada a realizar tal procedimento. Assim, às pressas, viajei para a cidade de Curitiba/PR onde é localizada a FENEIS-PR, uma regional que emitia as certificações⁶.

Agradeço ao meu esposo Fábio e à minha filha Letícia que me acompanharam até Curitiba, oferecendo a mim todo o apoio emocional que precisava. Eles, embora também apreensivos, tiveram condições de passear e curtir a viagem, eu, por minha vez, fiquei imersa num curso preparatório em período integral (sábado e domingo) para estar ainda mais apta para a avaliação que aconteceria já na segunda-feira. Preocupada e ansiosa, pouco dormi ou relaxei naquele fim de semana.

Finalmente chegou o grande dia – segunda-feira, o dia da avaliação. O processo começou com uma entrevista que previa, dentre outras, perguntas sobre a minha profissão e os motivos que justificavam a minha busca por uma certificação; respondi aos questionamentos. Percebi uma atmosfera de estranhamento entre os pares da banca e imaginei que estivessem pensando: - como uma funcionária da FENEIS-SP pode ser apta a trabalhar, mas não pode ter uma certificação? Pediram-me para aguardar por um momento e me disseram que avaliariam a minha

⁶ Em 2018, na FENEIS/PR, as bancas de certificação aconteciam nos últimos sábados de cada mês, com exceção de feriados e simulados.

Em 2020, a FENEIS/PR exige a documentação a seguir, devendo ser enviada para o email da instituição banca@pr.feneis.org.br: declaração atual de trabalho; comprovante de residência (água, luz ou alguma fatura no próprio nome); RG; CPF; foto 3x4 (recente); certificado de conclusão do ensino médio e faculdade; comprovante de depósito bancário: Banco Itaú Ag: 3761 C/C: 07568-2, CNPJ: 29.262.052/0011-90, Taxa de Inscrição: R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), Taxa Curso Preparatório (OPCIONAL): R\$ 80,00 (Oitenta reais). OBSERVAÇÃO: No dia da banca o candidato deverá trazer apenas os originais dos documentos citados acima para a comprovação de idoneidade dos títulos de cada candidato, estes poderão ser solicitados pelos avaliadores. Sem a documentação completa a renovação não será concretizada.

A FENEIS PR é localizada na Av. Silva Jardim, 737, Rebouças, Curitiba/PR, CEP: 80630-280 com o número de telefone: (41) 98849-0811.

situação. Minutos depois recebi a notícia mais temida: eu não poderia concluir o processo avaliativo devido às questões éticas. Após superar o susto, ter respirado fundo e retomado os sentidos, consegui contatar a FENEIS-SP em busca de uma mediação para a solução daquele problema. Por fim, após longos minutos de conversas e negociações, a FENEIS-PR permitiu que eu concluísse o processo de avaliação de proficiência. Passados alguns dias, recebi, pelo correio, o parecer final – aprovada.

Assim, tendo obtido o certificado de proficiência, estava apta a assumir o cargo de intérprete de Libras educacional na PMC.

Quando era funcionária da FENEIS-SP tinha uma carga horária de trabalho de 30 horas semanais, distribuídas em 25 horas em sala de aula com variação segundo cada período (manhã, tarde ou noite) e 5 horas em participação de TDC ou orientações quando era necessário; não havia necessidade de intervalo para refeição⁷, pois cumpria 5 horas diárias com exceção dos dias de TDC; os tempos livres como aula vaga ou “janelas” entre uma aula e outra eram utilizados para estudos do conteúdo a ser interpretado.

Ao assumir o cargo, a minha carga horária passou para 36 horas semanais, com a imposição de no mínimo 1 hora de refeição. Dessa forma, passei a permanecer 8 horas e 12 minutos diários na escola.

A sobrecarga de horas gerou insatisfação em todos os profissionais que ingressaram no cargo pelo concurso público, uma vez que a nova jornada impôs a permanência de praticamente dois períodos na escola – manhã/tarde, manhã/noite ou tarde/noite.

A jornada estendida gerava desgaste físico e emocional e dificultava a realização de outras atividades pelos profissionais, por exemplo, um segundo trabalho ou estudos. Não havia local apropriado para estudos pelos tradutores e intérpretes de Libras nas escolas, não havia laboratório para a gravação e edição de vídeos e nem mesmo espaço para o treino da voz; ainda hoje há carência de muitos recursos que impactam na qualidade das traduções e interpretações.

A precarização nas condições de trabalho do tradutor e intérprete, sobretudo nas escolas, sempre me chamou atenção e é uma das razões para que eu

⁷ Os servidores com jornada de trabalho superior a 6 (seis) horas diárias terão descanso obrigatório para refeição, no mínimo de 1 (uma) hora e no máximo 2 (duas) horas, em conformidade com o Parágrafo Único, artigo 11º da Lei nº 12.985 de 28 de junho de 2007.

buscasse compreender a realidade da profissão e o seu impacto na formação do aluno surdo.

A formação continuada sempre foi relevante. No entanto, não existiam programas de formação continuada específica oferecidos pela PMC.

Outro ponto sensível era a rotatividade dos profissionais intérpretes e instrutores surdos nas escolas. Contratados de forma terceirizada, muitos não se adaptavam às demandas da escola e acabavam desistindo do cargo. Diante da falta constante do profissional e da insistência da escola em ofertar aos alunos uma aula de Libras por semana, para que a língua de sinais circulasse em todo ambiente escolar e possibilitasse aos ouvintes condições mínimas de comunicação com os alunos surdos, muitas das vezes, precisei assumir essa função.

No ano de 2018, trabalhei numa escola-polo, unidade de referência que tinha a intenção de tornar-se bilíngue. Após uma temporada sem contar com instrutor surdo, já em meados do ano, recebeu uma estagiária surda para auxiliar os professores bilíngues, sem, no entanto, ministrar aula de Libras para os alunos ouvintes no período em que estava disponível na escola.

Embora a rede municipal de Campinas tenha criado o cargo de instrutor surdo, esses profissionais têm dificuldades para ingressar por meio de concurso público. Infelizmente, as provas do concurso têm sido elaboradas somente em língua portuguesa, não atendendo a especificidade linguística do surdo, mesmo que se tenha sugerido por diversas vezes a adaptação.

A profissão de intérprete de Libras educacional não é valorizada tanto quanto outras profissões da área de educação, pela não exigência de formação no magistério em nível superior, uma vez que inserida no quadro administrativo de funcionários em nível médio, aos seus profissionais não são oportunizados os cursos de formação continuada nas mesmas condições em que são ofertados aos educadores com formação universitária.

O intérprete educacional tem uma responsabilidade diferenciada do intérprete generalista⁸, pois durante todo o seu trabalho exerce mediação e intervenções educativas com os alunos, para além do ato de traduzir Libras x português.

⁸ Usa-se o termo "intérprete generalista" para fazer referência aos profissionais que atuam sem a devida formação acadêmica específica; a aquisição dos saberes curriculares continua sendo secundária na vida escolar do aluno surdo, mascarando uma inclusão que acaba por excluir.

É lamentável usar recursos próprios, assumir faltas ou solicitar abonadas para a participação de cursos ou eventos relacionados à atuação profissional; o novo conhecimento poderá beneficiar o trabalho com o aluno surdo e possibilitar ao TILS (Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais) atuar como um multiplicador do novo aprendizado no ambiente escolar.

Como pode a escola solicitar que sejam ministradas aulas de Libras para diferentes perfis de alunos, desde o primeiro até o quinto ano, sem que se tenha reconhecido o TILS como parte integrante do processo educacional?

Não se trata de metodologias e didáticas de aula, mas sim de reconhecimento; eis a minha situação como exemplo - tenho formação específica e o conhecimento, mas não contei com remuneração e jornada semelhantes às dos professores. A realidade profissional é árdua e isso tem me causado profunda indignação. Cotidianamente tenho desempenhado funções que não são de minha atribuição profissional, mas, de forma muito recorrente, ouço que devo cumpri-las.

O reconhecimento da complexidade do trabalho do intérprete educacional deveria ser o ponto de partida para a compreensão da necessidade de se investir em cursos de formação continuada.

Por acaso traduzir e interpretar em Libras não requer planejamento? Por que não conceder aos TILS os mesmos direitos concedidos aos professores? Eles podem preparar as aulas em suas casas. Os TILS também precisam de tempo disponível para o planejamento do ato interpretativo e tradutório, tanto pela mediação quanto pela compreensão da parte do aluno surdo. Por que professores, sem prejuízos de suas remunerações, podem ser dispensados das atividades didáticas para a realização de cursos, enquanto que os TILS não podem contar com esse apoio?

Refiro, enquanto profissional contratada pela PMC, que por inúmeras vezes fui solicitada a ministrar aulas de Libras em decorrência da ausência de instrutor surdo e/ou professor bilíngue, no entanto, não fui contemplada com as mesmas garantias trabalhistas de um educador no que diz sobre tempo específico para preparar aulas – em local de livre escolha, concessão de licenças para a realização de cursos de capacitação ou formação continuada, incluindo o Mestrado Profissional, entre outros.

Considero fundamental uma avaliação sobre as condições de trabalho, a formação profissional e a educação continuada, bem como sobre a posição que o TILS ocupa no quadro de cargos e salários da educação pública de Campinas.

O ato de estudar sempre fez parte da minha vida. Em meio a tantas incertezas sobre como atuar no ambiente escolar com alunos surdos, busquei por conta própria minha formação continuada.

Concluí a graduação em Pedagogia no ano de 2013, em 2014 cursei duas especializações - Libras e Educação especial, ambas com ênfase na surdez. Incontáveis são os cursos de Libras - online e presencial - que realizei.

Tomei conhecimento sobre o Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da Unicamp durante uma conversa com uma professora bilíngue (português x Libras) num intervalo de aula. Ela comentou que o curso estava com o período de inscrições para o processo seletivo aberto. Após me despedir da professora busquei por mais informações sobre o Mestrado Profissional e constatei que o período de inscrições estava se encerrando. Eu ainda não tinha um projeto, então me inclinei a tomar nota de tudo o que precisava e o fiz rapidamente.

O percurso acadêmico não tem sido fácil. Na graduação e até mesmo na pós-graduação, a minha filha, ainda criança, tinha de assistir às aulas comigo, na falta de um adulto que pudesse cuidar dela na minha ausência.

Tenho também o Miguel que na ocasião da redação do projeto para ingresso no Mestrado Profissional contava com um ano e seis meses; era eu pensar em estudar ou digitar algum conteúdo que me pedia atenção. Precisei ser muito persistente para redigir o projeto e não desistir dos meus objetivos.

É necessário muito esforço e dedicação para o cumprimento dos múltiplos papéis que nós mulheres assumimos na sociedade contemporânea.

Sou casada há 20 anos, mãe de uma adolescente de 16 anos e de um garoto de apenas 4 anos, colaboro com meu esposo no seu ministério com crianças e adolescentes na igreja que frequentamos, realizo trabalho voluntário como intérprete de Libras, trabalho 36 horas semanais e desempenho ainda tantos outros compromissos impostos pela vida em sociedade.

No último dia de inscrição para participação no processo seletivo encontrei novamente a professora que havia me noticiado sobre o curso. Comentei que finalmente havia concluído o projeto e apenas aguardava a revisão textual por uma professora de português, em seguida enviaria todas as documentações tão logo

chegasse em casa naquele dia. Após me ouvir ela perguntou: - você chegou a ler no edital que as inscrições se encerram hoje às 16 horas? Infelizmente, eu não havia prestado atenção nesse detalhe e chegaria em casa somente depois das 19 horas.

Desesperada, fui até a sala de aula e expliquei para a professora e para a minha aluna surda que sairia para resolver um problema particular e voltaria em seguida para continuar a interpretação.

Certa de que todas as documentações estavam no meu computador, me preparei para enviar os documentos. No entanto, ao checar a lista das documentações necessárias, verifiquei que não tinha o histórico escolar em mãos.

Já prestes a desistir, me recordei que havia entregado naquela escola uma cópia do documento como requisito de ingresso. Então, fui até a secretaria e acessei a cópia impressa do meu histórico escolar, porém, para enviar, era preciso digitalizá-lo. Pedi apoio ao vice-diretor da escola que, mesmo sem compreender a razão da minha necessidade e justamente quando tocava o sinal para o intervalo e “choviam crianças” pelo corredor, me ajudou com aquilo que eu precisava.

Enfim, documentações enviadas às 15 horas e 45 minutos do dia 09/10/2017, inclusive o projeto sem as devidas correções do português.

Dias depois, fiquei triste ao ser informada sobre o indeferimento da inscrição da professora que havia me noticiado sobre o curso e me ajudado até o último minuto. Ela havia se esquecido de anexar um documento importante, justo ela, tão dedicada e que fez tudo com antecedência.

Uma vez deferida a minha inscrição, foi duro aguardar o resultado do próximo passo do processo seletivo - a aprovação do projeto. Embora um tanto angustiada, estava esperançosa em ser selecionada e temia aguardar o resultado para então começar a estudar. Assim, usava o pouco tempo livre que tinha para leitura da bibliografia indicada no edital.

Lembro-me que estava numa viagem em família no Rio Grande do Sul, num local sem acesso a rede sem fio e sem o sinal 3G⁹ no quarto. O ar do lado de fora estava bastante gelado, mas, tão grande era a minha ansiedade, que deixei o ar quentinho do lado de dentro do apartamento e saí, na friagem, para alcançar um sinal de rede móvel para, então, acessar o site da Unicamp em busca do resultado.

⁹ O 3G é a denominação utilizada para classificar a terceira geração das redes móveis.

Verifiquei que mais uma etapa estava concluída - o meu projeto havia sido aprovado.

O próximo passo do processo seletivo era a prova dissertativa e eu sabia que seria bastante difícil. Tendo sempre estudado em escola pública, eu era ciente das minhas próprias limitações diante da necessidade de se realizar uma boa prova. Não seria fácil, mas se havia chegado até ali era hora de seguir em frente. Nessa etapa, também fui aprovada.

Seguia acompanhando os resultados e observava que a cada etapa muitos candidatos eram eliminados. A última etapa consistia numa entrevista e era decisiva.

Enquanto aguardava o horário da entrevista conversava com outros candidatos que se apresentavam bastante preparados. Pensava que seria o momento mais difícil do processo seletivo, sentia-me despreparada, mesmo tendo ensaiado algumas respostas para perguntas previsíveis.

As docentes que realizaram a minha entrevista são intelectuais muito preparadas, admiráveis e beneficiadas com uma inteligência excepcional. Ao final da entrevista, eu me sentia triste e envergonhada, temia não ser aprovada. Chorei durante todo o caminho de volta - da Unicamp até minha casa. Entretanto, após longos dias aguardando, obtive o resultado final: aprovada pela docente e orientadora Regina Maria de Souza. Para mim, frequentar um curso na Unicamp, estando entre mestres e doutores, era como viver um sonho.

O início das aulas no Mestrado coincidiu com o meu ingresso numa nova escola. Estava animada com as perspectivas para aquele ano. Eu vibrava de felicidade, transbordava satisfação e contentamento. Não contava que surgiriam enormes pedras no caminho.

Logo no início do ano letivo enfrentei grandes dificuldades, o horário de trabalho na nova escola conflitava com os horários das disciplinas cujos créditos precisavam ser cumpridos. Percebendo a dificuldade, fui até a minha superior na escola a fim de combinar alguma negociação, de forma a ter condições de cursar as disciplinas e ao mesmo tempo não causar prejuízo à escola. Infelizmente, fiquei chateada quando percebi que não tinha apoio na escola que havia acabado de ingressar para frequentar as aulas do Mestrado, uma vez que, ao invés de ter obtido a negociação que precisava, tive a minha carga horária de trabalho ainda mais

enrijecida. Com isso, fiquei temerosa: teria de desistir de um sonho? Mas não desistiria.

Precisava do trabalho, pois o curso se tratava de um mestrado profissional, e também sabia da relevância da pesquisa que seria desenvolvida, pois os resultados poderiam agregar novos conhecimentos à comunidade escolar e à minha profissão. Assim, persisti no diálogo e convenci meus pares sobre a importância daquilo que estava me propondo a desenvolver. Por fim, obtive a permissão da direção da escola para frequentar as aulas, quando elas já tinham começado.

O mestrado profissional, embora tenha me proporcionado muita satisfação, se tornou mais um compromisso a exercer e uma nova responsabilidade a cumprir. Portanto, já acostumada com uma agenda cheia, segui com todos os compromissos. Entretanto, o meu mundo se desmoronaria devido aos problemas que enfrentaria em uma das escolas que trabalhava.

Sempre busquei ser boa profissional, respeitando muito aqueles que contam com o meu trabalho. Contudo, o que tive de enfrentar foi muito doloroso, e já com tantas coisas a realizar, não dei conta de segurar... Adoeci física e mentalmente, e a agenda, antes tão bem cuidada, entrou em estado de colapso. Tive de me afastar da escola e de grande parte dos compromissos diários, inclusive do mestrado; era preciso recuperar a minha saúde.

Hoje, com a saúde já restabelecida e trabalhando numa nova escola, acredito que dei a volta por cima e superei as minhas dificuldades.

A defesa desta dissertação, por conseguinte, demonstra a renovação do meu espírito; sinto um desejo incrível de seguir adiante.

1.1 O resultado do meu desejo: o tema que me tocou

Meu desejo, motivado pelos desafios da minha prática profissional na escola, levou-me a refletir sobre o perfil profissional requerido para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) e as condições de trabalho encontradas pelo profissional no exercício da função, tendo em vista o estabelecimento de diálogos da vida prática cotidiana com aquilo que a literatura preconiza para a atuação profissional, bem como a identificação dos desafios encontrados no cumprimento das legislações que visam atender os direitos conquistados pelos movimentos da comunidade surda no Brasil.

Esta pesquisa é alicerçada em autores referenciais e em leitura crítica para uma adequada compreensão da área enquanto campo de estudo e de prática profissional, levando em conta a formação do profissional e a sua educação continuada, as condições de trabalho nas instituições, especialmente nas educacionais, e as peculiaridades da comunidade surda.

A atuação do TILS nas organizações envolve o pertencimento a uma rede humana que extrapola o ato pragmático da transferência da expressão de uma língua para outra; uma rede que insere e (con)forma a instituição e todos os seus membros, constituindo conexões complexas de relações, para além do espaço geográfico.

Albres (2019) apresenta alguns papéis que devem ser de competência do profissional no exercício da sua função: interpretação, tutoria, assistência, ensino de língua, produção de materiais, modelo linguístico, dentre outros. A autora também abordou sobre a necessidade do TILS ter clareza sobre o seu papel nas instituições, de forma a identificar as funções paralelas e as funções simultâneas, bem como sobre o impacto na educação dos estudantes surdos.

Ainda segundo Albres (2019), o TILS deve ser pensado na sua completude, como um profissional que compreende o sistema educacional, as peculiaridades do grupo com o qual trabalha e, principalmente, a questão da significação/sentido percebida pelo aluno surdo.

A história da constituição do profissional TILS deu-se, inicialmente, com a realização de atividades voluntárias e informais entre os séculos XVIII e XIX, ligadas à catequese e à doutrinação religiosa das pessoas surdas.

Mesmo que conquistas tenham sido alcançadas, ainda assim os surdos até hoje são colonizados pelos ouvintes, “forçados a aprenderem os conhecimentos através de recurso sonoro”. (SEGALA, 2019¹⁰).

No Brasil, em particular, a formação e a atuação também se deram de maneira informal, a partir do contato de ouvintes com as comunidades surdas e/ou

¹⁰ Sueli Ramalho Segala, atriz e professora universitária, destaca em sua palestra a importância da utilização de recursos visuais no processo de educação dos surdos. Graduada em Letras e especialista em Libras e Inclusão de pessoas surdas, a autora de várias obras em língua de sinais e roteirista de teatro, ressalta a importância do respeito às diferenças e adequação dos sistemas educacionais e de comunicação para as mais diferentes pessoas. No vídeo disponibilizado por ela, reafirma o processo de colonização dos surdos por grupos ouvintes. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/rdvHELwf8iM>. Último acesso 06/01/2021.

em atividades voluntárias de tradução em instituições religiosas, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

O amparo e a doutrinação dos surdos em uma língua acessível demandavam o uso de materiais de cunho didático e informativo, por exemplo, o livro *Linguagem das mãos*, produzido por Oates¹¹ em 1969 que possibilitava, de alguma forma, a diferenciação entre as duas línguas e uma comunicação entre elas.

Independentemente do conteúdo que se ensinava, a proposta era o alcance de um diálogo com a pessoa surda, possibilitando a ela, por meio da Libras (Língua Brasileira de Sinais), a compreensão dos acontecimentos. No entanto, inexistiam parâmetros para se avaliar a qualidade da tradução ou a sua compreensão pelo sujeito surdo.

Segundo Silva (2012), os voluntários atuavam primeiro como missionários dos surdos e em seguida como técnicos no mercado de trabalho, mas sem reconhecimento profissional e sem direitos trabalhistas.

Certamente, as condições de trabalho encontradas pelo TILS nas organizações são, em grande parte, resultantes dos fatos históricos.

O resgate histórico foi importante para uma melhor compreensão da constituição da profissão enquanto ocupação profissional e para contextualização das lutas do TILS, nucleadas desde 2008 pela FEBRAPILS¹² (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais), antes da regulamentação da profissão.

A profissão tem sido refletida e discutida com vistas ao seu fortalecimento e reconhecimento como área de estudo e de atuação, de grande relevância educacional, social e cultural. Assim, este trabalho, efeito das lutas políticas, social e profissional organizadas por pesquisadores ouvintes e surdos, pela FENEIS, associações de pais e de surdos, etc., se justifica pelas novas contribuições que oferece no aprofundamento das reflexões e discussões, com foco na formação e na educação continuada do profissional, nas condições de trabalho nas organizações e nas peculiaridades do aluno surdo.

¹¹ Padre Eugênio Oates é lembrado por suas pioneiras reflexões e publicações sobre o que denominou *Linguagem das mãos* (Silva, 2012).

¹² FEBRAPILS é uma entidade profissional autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 22 de setembro de 2008, de duração indeterminada, com personalidade jurídica de direito privado, qualificável como de interesse público e pertencente ao território brasileiro. Essa entidade tem a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (APILS) buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS).

Devido à interdisciplinaridade dos conteúdos escolares, o TILS tem enfrentado dificuldades na atuação com os estudantes surdos. Em que pese a falta de formação como educador, ainda assim tem atuado nos processos de ensino e de aprendizagem, na diversidade e na abrangência das disciplinas dos currículos acadêmicos. Diante dessa situação, acredito, portanto, que a formação em Pedagogia poderia integrar a formação do TILS que deseja atuar na área da educação, uma vez que contribuiria para um protagonismo mais eficaz. “A formação na área interpretada poderia proporcionar melhores condições para compreensão do discurso a ser interpretado ou mesmo de criar estratégias para interpretação”. (ALBRES, 2015, p. 80).

Os cursos universitários de tradutores e intérpretes de Libras no Brasil tiveram início no ano de 2008 com o *Projeto Letras Libras* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na modalidade semipresencial. De alcance nacional, o projeto contou com 16 polos¹³.

A Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) integra as instituições referenciais, com a coordenação da docente e pesquisadora Regina Maria de Souza, orientadora deste trabalho.

Para fins desta pesquisa, foram consultados trabalhos sobre as dificuldades do TILS no exercício profissional, especialmente em instituições de ensino. Constatou-se que as condições de trabalho nas instituições nem sempre são adequadas para que o ofício seja executado com eficácia. Percebeu-se também reduzido número de instituições de ensino superior que formam profissionais para o ingresso na profissão ou que oferecem programas de educação continuada. Essas informações evidenciam a necessidade de se repensar a formação e a prática profissional do TILS e o impacto destes fatores na formação dos estudantes surdos e na comunicação da comunidade surda.

Meu percurso profissional teve início num trabalho voluntário durante cultos religiosos de uma igreja evangélica, mediante formação básica que atendia aquela necessidade específica. Com o trabalho voluntário veio a satisfação de ser a voz e os ouvidos das pessoas que possuem limitações nessas esferas. Identifiquei-me com o papel de traduzir e interpretar Libras. Com isso, busquei formação e qualificação profissional tornando-me apta ao ingresso na área.

¹³ Projeto político pedagógico do curso de Letras-Libras. Disponível em https://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/projeto_libras_presencial_FINAL-nov2008.pdf

Percebi um distanciamento muito grande entre a formação do TILS e a prática profissional. Perante isso, este estudo foi desenvolvido numa abordagem que busca resgatar diálogos entre a formação e a atuação do profissional.

Outro ponto que merece atenção são as condições de trabalho encontradas nas escolas, como exemplo pode-se abordar o TILS atuante na rede pública municipal da educação de Campinas/SP que, embora seja membro da comunidade escolar e protagonista na formação do aluno surdo, não compõe os quadros de professores e não possui os mesmos salários ou planos de carreira.

Os fatores ligados à deficiência na formação do profissional e às condições de trabalho nas escolas impactam diretamente na qualidade da formação educacional do estudante surdo e na garantia dos direitos da comunidade surda no Brasil. É assim que, na perspectiva do aprofundamento das reflexões e discussões sobre os aspectos apontados, este trabalho foi desenvolvido.

2. OBJETIVO: Como recortei o objetivo da presente reflexão

Na busca de responder às minhas próprias indagações, este trabalho teve como objetivo "analisar os desafios encontrados pelo TILS para atender os direitos conquistados pelos movimentos da comunidade surda no Brasil, bem como para colaborar com a apresentação de estratégias que possam promover maior parceria entre professores, gestores e aqueles implicados na educação de surdos".

O desenvolvimento desta pesquisa produziu contribuições importantes, não previstas na sua concepção inicial e que poderão, portanto, abrir portas para novas investigações, reflexões e discussões, em defesa do atendimento dos direitos da comunidade surda, da promoção da melhora da educação dos estudantes surdos, e do reconhecimento do profissional TILS pela sociedade em geral.

3. A METODOLOGIA ESCOLHIDA: Pesquisa qualitativa

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de minhas inquietações e experiência profissional, cujas percepções e conhecimentos foram essenciais na condução do processo científico.

O método adotado foi a pesquisa qualitativa. Segundo Andrade, Stefano e Zampier (2017, p.7) esta a pesquisa qualitativa “pressupõe a análise e a interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano”. Tem como característica a possibilidade de adaptações no curso da pesquisa, o estudo de objetos complexos (como as instituições e os grupos sociais), a combinação de diferentes instrumentos de coleta de dados, a descrição, a interpretação de aspectos da vida social na busca da compreensão das experiências do cotidiano, a valorização da exploração indutiva dos dados (o pesquisador pode criar padrões e categorias de análise de dados) e a abertura para a descoberta de fatos novos.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009):

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. [...] Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. [...] As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT; SILVEIRA (Orgs.), 2009, p. 31).

Vieira e Zouain (2005) apud Augusto et al. (2013) afirmam que “a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles”.

Nesse sentido, a aplicação da pesquisa qualitativa norteou as entrevistas realizadas e o levantamento das propostas curriculares.

3.1. Instrumento de coleta de dados e sujeitos da pesquisa

O instrumento de coleta de dados consistiu num roteiro de questões semiestruturado que contemplava os seguintes eixos temáticos: formação

acadêmica, atuação como TILS, tempo de atuação na área, informações sobre jornada de trabalho e percepções sobre a atuação no ambiente educacional.

Foi elaborado com base no objetivo que norteou o desenvolvimento desta pesquisa e no referencial teórico abordado, de forma a refletir as inquietações e reflexões críticas que motivaram a realização deste estudo e, ao mesmo tempo, responder a elas.

A interação com os sujeitos deu-se a partir da mediação de uma intérprete que em meio virtual conseguiu um diálogo entre todos.

Todos os esclarecimentos e respostas às dúvidas foram enviados por correio eletrônico.

Os sujeitos da pesquisa foram três profissionais que atuam na educação e comunicação de surdos. Todos têm formação em nível superior com início de atuação anterior ao ano de 2005. Assim, a formação e a vasta experiência profissional foram preponderantes na escolha dos sujeitos.

A quantidade de sujeitos foi limitada devido às características do Mestrado Profissional que coloca a relação formação acadêmica e atuação profissional como aspecto importante. Assim, com o dever de cumprir todos os créditos e realizar a pesquisa, ao mesmo tempo em que seguia ativa no trabalho, uma vez que não havia obtido licença das atividades laborais, foi necessário acomodar a etapa da coleta de dados dentre todas as demais atividades e na disponibilidade reduzida de tempo.

O Mestrado Profissional é compreendido como uma modalidade distinta do Mestrado Acadêmico, por contemplar uma perspectiva pedagógica que enfatiza e prioriza a formação técnico-profissional para o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos na graduação somados aos advindos da prática profissional. Tem como principal característica a identidade distintiva do PPGE/UNICAMP, o foco exclusivo na formação do profissional-educador-pesquisador para atuar nas instituições escolares. No propósito de viabilizar seus princípios e objetivos propõe-se, além de disciplinas obrigatórias e eletivas que se reportam às práticas profissionais, oficinas pedagógicas cuja finalidade é promover a articulação entre os conhecimentos, objeto de estudo e as práticas profissionais. Tais princípios, norteiam a estruturação do curso o qual terá duração de 24 meses, com carga horária de 360 horas. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2020).

Todos os entrevistados expressaram consentimento em documento individual - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE).

É importante destacar que este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UNICAMP, sob o CAAE (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética) sob o nº 13878519.0.0000.8142 e Parecer nº 3.365.414.

Tendo em vista a compreensão e a análise da realidade cotidiana do TILS no atendimento dos direitos conquistados pela comunidade surda à luz do conhecimento científico, esta pesquisa também contou levantamento bibliográfico, focando as teorias de Adail Ubirajara Sobral, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda e Neiva de Aquino Albres, e levantamento de propostas curriculares de programas de formação do TILS, tendo como base duas universidades públicas brasileiras que oferecem bacharelado e licenciatura - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Durante a análise dos dados percebi a necessidade de se completar algumas informações. Diante disso, no âmbito do instrumento de coleta de dados, foi elaborado um adendo com novas questões. O adendo foi submetido ao CEP/CHS/Unicamp para validação e registro. Em seguida, as questões complementares foram encaminhadas aos entrevistados e respondidas por eles.

Os próximos capítulos, 4 a 7, foram delineados conforme consta a seguir.

O quarto capítulo abordou os autores referenciais, fundamentais para o embasamento teórico desta pesquisa, apresentando reflexões sobre o protagonismo do TILS no contexto de um ensino bilíngue para alunos surdos, trazendo a história da formação dos intérpretes de Libras no Brasil, a partir de 2005, quando a Libras foi oficialmente reconhecida como língua oriunda da comunidade surda. Contempla também a certificação em Libras e a discussão sobre os programas de formação do TILS no Brasil.

O quinto capítulo tratou das competências e habilidades necessárias à tradução e a interpretação de Libras e sobre as convergências e diferenças entre os atos analisados.

No sexto capítulo foram apresentados e analisados os dados obtidos e as reflexões que permeiam os conhecimentos construídos durante o mestrado

profissional, a partir da interação da experiência profissional com os novos ensinamentos e aprendizados acadêmicos.

No sétimo capítulo, as considerações finais, há uma reflexão sobre os resultados alcançados com a realização deste trabalho e sobre as contribuições para a área da educação, abrindo novas possibilidades de estudos e novos questionamentos, em diálogo com pares pesquisadores, ao mesmo tempo em que novas reflexões e discussões são suscitadas sobre a formação do TILS, o papel do profissional enquanto agente educacional transformador de realidades sociais, a formação do aluno surdo e a comunidade surda, no que se refere ao atendimento dos seus direitos conquistados.

4. A INCLUSÃO DA LIBRAS COMO PARTE DO CAMPO DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

O ambiente educacional, concebido como o espaço onde acontece a educação inclusiva, requer a presença do TILS como condição essencial em sala de aula, em atendimento à demanda de acessibilidade para a inclusão escolar de estudantes surdos no Brasil, nos casos em que o município não possui educadores bilíngues.

Na educação inclusiva, a igualdade de oportunidades de acesso e qualidade se constituem numa retórica que apresenta e esconde o bilinguismo e os surdos. As ações descritas nos documentos são lenta e parcialmente implementadas, insuficientes para modificar as práticas e a formação, pois numa constante esbarram na impossibilidade de prover espaços e profissionais bilíngues e L.S. [língua de sinais] e português. (SCHUBERT, 2019, p. 281).

Ainda distante de atender ao direito do surdo no que se refere à equidade e acessibilidade na perspectiva da educação inclusiva, o TILS acaba por atuar como mediador principal no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Numa abordagem teórica, no ambiente escolar, a competência do educador deve estar voltada para o ato de ensinar, enquanto que ao TILS compete a mediação linguística entre “falantes” de Libras e ouvintes e a participação em atividades didáticas (transposição linguística) na condição de apoio do professor, uma vez que a formação básica exigida para a atuação em educação não o habilita para ocupar o posto de licenciado (em pedagogia ou em outros campos do saber).

Contudo, na vida cotidiana, o TILS acaba por desempenhar a função de educador. Essa sobreposição de funções evidencia a face da precarização das condições de trabalho do TILS nas instituições de ensino, bem como a desigualdade nas condições de aprendizado entre estudantes surdos e alunos ouvintes.

A complexidade da tradução e interpretação da Libras exige qualificação especializada dos profissionais, porém, dada a baixa oferta de cursos iniciais e de educação continuada pelas universidades, a formação ainda é insuficiente.

A carência de cursos de nível superior impacta diretamente no mercado de trabalho, na contratação de TILS. As instituições, especialmente os órgãos públicos, principais espaços de atuação do TILS, têm realizado editais que exigem apenas a qualificação em nível médio.

Esses editais são amparados pela legislação que determina a formação do profissional em nível médio, podendo ter sido realizada em instituições

credenciadas, em cursos de extensão ou de formação continuada, promovidos inclusive por instituições de ensino superior. Como se lê:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, **em nível médio**, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2010, grifo meu).

A legislação contradiz o que foi estabelecido no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), no artigo 17, parágrafo 5: “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”. Entretanto, o mesmo decreto, no art. 18, prevê o seguinte:

Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, **em nível médio**, deve ser realizada por meio de:

- I. Cursos de educação profissional;
- II. Cursos de extensão universitária; e
- III. Cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. (BRASIL, 2005, grifo meu).

A mesma legislação que regulamentou a formação do TILS em nível superior também permitiu a sua formação em nível médio. Por conseguinte, alguns anos depois, por força da Lei nº 12.319, a formação profissional em nível médio foi regulamentada, o que representou prejuízos para a categoria.

A formação em nível médio também consta na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) que prevê como requisitos o ensino médio e a experiência acima de cinco anos para a atuação como tradutores e intérpretes.

As ocupações da família requerem formações diferenciadas: o superior completo para filólogos, linguistas e audiodescritores, **o ensino médio ou o diploma de técnico para tradutores e intérpretes**. O desenvolvimento pleno das atividades demanda experiência superior a cinco anos, exceto para os audiodescritores onde a experiência varia de um a dois anos. (BRASIL, 2020, grifo meu).

A CBO trata do reconhecimento da existência de determinada ocupação¹⁴ no mercado de trabalho brasileiro.

¹⁴ Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.

Quadro 1 - CBO - Filólogos, Tradutores, Intérpretes e Afins

CBO (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES)		
FAMÍLIA	CÓDIGO 2614	Filólogos, tradutores, intérpretes e afins
CÓDIGO	INCLUSÃO	DESCRIÇÃO
2614-05	06/02/2003	Filólogo
2614-10	06/02/2003	Intérprete
2614-15	06/02/2003	Linguista
2614-20	06/02/2003	Tradutor
2614-25	30/12/2008	Intérprete de língua de sinais
2614-30	01/03/2013	Audiodescritor

Fonte: Brasil. Ministério do trabalho. Elaborado pela autora.

A descrição que consta na CBO é oposta ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), uma vez que coloca a formação em nível médio ou técnico para tradutores e intérpretes, tanto de línguas orais quanto de Libras. Assim, a regulamentação prevista no decreto nº 5.626 (Brasil, 2005) perdeu forças no seu cumprimento.

A formação profissional do TILS em nível médio, prevista em lei e exigida pelas instituições em seus editais de concurso, evidencia, para além da precarização do mercado de trabalho, a falta de equidade na transmissão/construção de conhecimento para o estudante surdo, uma vez que o próprio intérprete poderá ter dificuldades de atuação no âmbito do campo disciplinar que lhe foi atribuído.

O TILS não possui quadro próprio de carreira; compõe um quadro ocupacional geral que dispensa a sua formação para além do nível médio. No curso da atuação profissional, a progressão por titulação não é automática. É assim que, pouco a pouco, o profissional se sente cada vez mais desvalorizado e desestimulado na busca da educação continuada.

O baixo salário impõe ao TILS a necessidade de ter jornadas duplas e consecutivas de trabalho, em localidades nem sempre próximas umas das outras, como forma de manter o seu sustento e o de sua família. Contudo, as atribuições foram mantidas, conforme artigo 6º da Lei nº 12.319 (Brasil, 2010):

São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I. Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II. Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III. Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV. Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V. Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010, grifo meu).

Segundo a perspectiva exposta, o ato interpretativo fica sujeito a uma concepção instrumental da língua em sua função meramente comunicativa. Assim, ao dispensar a complexidade do ato e banalizar o papel do TILS, a abordagem da interpretação pode se tornar simplista, comprometendo o aprendizado do aluno surdo, uma vez que ao TILS tem sido delegada a responsabilidade de ser o agente que viabiliza a esse estudante o acesso aos conteúdos curriculares.

Lacerda (2015, p. 279) afirma que é preciso rever constantemente a metodologia utilizada em sala de aula, com o intuito de “possibilitar a aquisição de conhecimentos pelos sujeitos surdos, visto que as práticas escolares são prioritariamente pensadas a partir da experiência ouvinte do professor e dos alunos ouvintes”. Portanto, a interpretação não deve se tornar um processo mecânico de transmissão de informações. Diante disso, a formação e a educação continuada do TILS deveriam ser priorizadas e incentivadas, bem como a sua valorização profissional, haja vista a relevância do seu papel na educação dos alunos surdos.

Embora tenha conhecimentos da Libras, normalmente o TILS não domina plenamente os conteúdos curriculares da escola. Ainda assim, compete a ele o ensino bilíngue para alunos surdos, posto que deve reconstruir, com esses alunos, os conhecimentos já construídos (supostamente) por seus pares ouvintes.

[...] o ensino convoca, necessariamente, um “eu” e um “tu” em posições que se intercambiam; um “eu” e um “tu” que fazem ambos se movimentarem no atendimento de uma demanda que, se atendida em sua superfície, jamais preencherá a falta que a gerou – com isso, o intérprete torna-se, antes de tudo, o educador privilegiado do estudante surdo. (SOUZA, 2007, p. 15).

Compete ao TILS a atuação em interfaces de comunicação para alunos surdos de cursos de graduação ou pós-graduação. Desse modo, se questiona sobre

a presença do TILS em sala de aula: seria apenas o cumprimento de um protocolo em atendimento a uma lei?

Nesse sentido, Thoma e Lopes (2017) fazem críticas à política de inclusão que ainda não atende plenamente aos interesses dos grupos que a reivindicaram:

[...] a atual política de inclusão encontra-se em desalinho com os subsídios elaborados por integrantes dos movimentos surdos e especialistas da área, cada qual propondo caminhos diferentes para pensar a educação bilíngue para os surdos, convergindo na defesa da língua de sinais como primeira língua desses sujeitos. (THOMA; LOPES, 2017, p. 38)

A compreensão à luz da sociolinguística e da educação bilíngue sobre como na prática pedagógica é determinado o “bilinguismo escolar” parece ser a base epistemológica para entendimento da precarização do trabalho do TILS. Seria o profissional apenas uma mercadoria complementar para que o produto - a inclusão escolar - seja efetivado?

A gestão pública deveria pôr em marcha a atual política de inclusão e assegurar o cumprimento dos direitos conquistados pela comunidade surda, conforme está previsto: “cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete”. (BRASIL, 2008, p. 13).

Para além do ato técnico, criativo e erudito da tradução, é fundamental que o TILS tenha excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação, para a distinção entre as ideias principais e as secundárias e a determinação de coesão do discurso.

Campello (2017) sugere alguns cuidados técnicos que devem ser observados na tradução e interpretação da Libras:

- Orientação sobre o posicionamento de acordo com a “proxêmica¹⁵” no ato da tradução / interpretação de modo fluente e acessível no ensino-aprendizagem dos alunos ouvintes;
- Aprofundar o conhecimento acerca das proxêmicas no espaço linguístico da Língua de Sinais Brasileira;
- Não tornar a posição de modo corriqueira e usual, o que é irreconhecível no trabalho dos Intérpretes e Tradutores;

¹⁵ Proxêmica é o estudo das relações de proximidade e distância entre pessoas e objetos durante as interações. Estuda a distância que as pessoas mantêm quando interagem e a presença ou ausência de contato físico. De tudo isso, a proxemia estabelece as distâncias emocionais que ocorrem entre as pessoas que interagem. PROXÊMICA: como se comunicar com o espaço. Home-Psicologia, 23 mar. 2018. Disponível em <https://amenteemaravilhosa.com.br/proxemica/> Acesso em 14/01/2021.

- Aprender a respeitar a capacidade laboral durante o ato de tradução e interpretação para evitar muitos erros de omissão e
- Incentivar ou orientar as pessoas que trabalham nos eventos para evitar o trânsito livre que possa atrapalhar o espaço de tradução / interpretação. (CAMPELLO, 2017, p. 151).

Dessa forma, é preciso refletir e discutir sobre estratégias mais eficazes de tradução e interpretação, incluindo as diversas interfaces com as quais o aluno surdo deve interagir: família, sociedade, escola, profissional, etc.

Sabe-se da complexidade envolvida, tanto na escolha da estratégia de tradução quanto no seu exercício, de forma autônoma e eficaz. Lacerda (2017) chama a atenção para alguns cuidados a serem tomadas no ato propriamente dito:

[...] O intérprete, frequentemente, necessita fornecer pistas suficientes à compreensão e à reconstrução do sentido na língua de sinais, mas cuidando para não explicar excessivamente, restringindo a compreensão dos surdos, subjugando-os, ou avançando na interpretação deixando conceitos soltos, desconhecidos da comunidade, que irão dificultar ou impedir o estabelecimento de sentidos para eles. (LACERDA, 2017, p. 30).

Lacerda (2017) aborda a necessidade de o TILS ter sempre um olhar atento sobre as necessidades do aluno surdo, pois, assim, minimiza a ocorrência de falhas de comunicação.

Na perspectiva da colaboração na aprendizagem do aluno surdo, o TILS deve buscar soluções para as inquietações do estudante, fazendo mediações indispensáveis e criando vínculos e afinidades.

Normalmente, no ambiente educacional, os alunos surdos são inseridos em salas de aula com alunos ouvintes.

Essa convivência, no contexto da educação bilíngue para alunos surdos, requer reflexões sobre o uso da linguagem e sobre os personagens envolvidos.

Albres (2019) apresenta um conceito bastante preciso sobre a educação bilíngue, no sentido da inclusão no ambiente educacional:

[...] o **conceito de educação bilíngue** está relacionado a minorias linguísticas, a contextos de falantes de língua em fronteira, e o **conceito de educação inclusiva** está relacionado à surdez como deficiência, já que os surdos se enquadrariam no grupo com deficiência indicado na política nacional. **Educação bilíngue inclusiva consiste** no reconhecimento de que, para os alunos surdos, a educação deva ser desenvolvida em, pelo menos, duas línguas (Libras e língua portuguesa). (ALBRES, 2019, p. 30, grifo meu).

Lacerda (2017) demonstra as implicações e as consequências de um ensino preparado em língua portuguesa para alunos ouvintes e transmitido em Libras para alunos surdos. Nessa situação, a língua de sinais se torna um recurso linguístico e não uma língua acessível, comprometendo as condições linguísticas e culturais do estudante surdo.

A Libras, tal como a língua portuguesa, deve ter o mesmo prestígio em um projeto bilíngue; muitos alunos surdos, por exemplo, tiveram prejuízo na aquisição da linguagem por serem filhos de pais ouvintes e terem sido introduzidos à Libras tardiamente, em geral, na escola, na igreja ou nas associações de surdos.

Conforme Albres (2019, p. 72), “atualmente, a pressão recai sobre a competência escrita em português, sobre o atraso de nível de escolaridade / alfabetização, sempre o surdo posto como atrasado”.

De acordo com Lacerda (2017), o uso das duas línguas deve ser viabilizado (português escrito e Libras), de forma a permitir ao aluno surdo a construção e a ressignificação dos conceitos apresentados.

Desse modo, acredita-se que a partir da consideração da particularidade do aluno surdo de forma interativa com a educação regular de crianças ouvintes, a superação das dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem poderá ser mais facilmente alcançada.

4.1 O ativismo de TILS em conjunto com outros grupos e associações profissionais

Os surdos são estigmatizados por não escreverem em língua portuguesa conforme a norma considerada padrão, isso porque ao se expressarem pela escrita já estão fazendo uma tradução cuja base gramatical é a da Libras. São também discriminados por indivíduos que circulam no ambiente educacional e não compreendem a especificidade linguística, considerando os estudantes surdos como dependentes do intérprete para se comunicar, ao invés de admitirem uma incompreensão da Libras.

Na perspectiva da inclusão social e da emancipação cidadã, os profissionais TILS, grupos de trabalhos e associações da categoria têm se articulado no sentido de levar a sociedade à compreensão sobre as condições específicas do surdo e sobre a importância de considerá-las na definição e na

realização de ações voltadas para o mesmo, no sentido da missão e visão propostas pela FEBRAPILS:

Orientar, defender e representar o conjunto das Associações Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais e dos Departamentos de Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais, criados no âmbito das instituições representativas da comunidade surda e/ou surdocega.

A Febrapils atua sob três grandes pilares: a formação inicial e continuada dos TILS; a profissionalização para refletir sobre a atuação dos TILS à luz do código de conduta e ética; e o engajamento político dos TILS para construir uma consciência coletiva. (FEBRAPILS, 2020).

Em defesa das causas da comunidade surda, em outubro de 2019, o coletivo GT/ANPOLL (Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística) emitiu uma manifestação contra o método fônico na alfabetização de surdos, apresentado pela doutora Nídia de Sá, durante o Fórum de Políticas Públicas para Pessoas Surdas, promovido pelo Ministério da Educação e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no dia 26 de setembro de 2019.

O GT/ANPOLL também organizou um manifesto que foi assinado por pesquisadores da linguística, educação bilíngue, políticas educativas, dentre outros, incluindo o TILS, contra a imposição do método fônico como único a ser “usado” na alfabetização de ouvintes e surdos. Os profissionais filiados à FEBRAPILS também apoiaram a manifestação.

Uma política linguística para a educação de surdos precisa ser guiada por parâmetros científicos, não somente de uma ou outra opinião isolada, mas sob parâmetros que evidenciem sucesso educacional na maioria das pesquisas que tratam da alfabetização de estudantes surdos. Entre os estudos relevantes, destacamos a tese de Rowley (2018) que trata do papel da ortografia, semântica e fonologia nas habilidades de leitores surdos no reconhecimento da palavra visual e também na leitura da sentença usando várias metodologias e controlando o nível de leitura. Os resultados mostraram que existem similaridades nas habilidades de leitores ouvintes e surdos no processamento da informação semântica e ortográfica. No entanto, há diferenças em como processam a informação fonológica: leitores surdos e ouvintes mostram efeitos similares de fonologia nas tarefas que não requerem ativação semântica, entretanto, leitores surdos não mostram ativação fonológica nas tarefas que requerem base semântica enquanto os leitores ouvintes o fazem. Também foi mostrado, nesse estudo, que os leitores surdos fazem mais conexões entre ortografia e semântica comparada aos leitores ouvintes. Portanto, o caminho fonológico não sustenta o ensino da leitura e escrita para as crianças surdas. (GT LINGUAGEM E SURDEZ DA ANPOLL, 2019).

Vários grupos de pesquisa manifestaram-se igualmente, dentre eles o GIPES (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos) conforme segue:

[...] Primeiramente, consideramos fundamental que os docentes conheçam esse complexo e multifacetado processo de aquisição e aprendizagem da escrita pela criança surda, a partir da língua de sinais, de modo a orientar adequadamente a escolarização bilíngue. Por isso, não se trata de optar por um método de alfabetização, mas de ensinar com método: compreendendo o processo e assim sabendo como agir, intervir e favorecer a aprendizagem da criança, tendo como premissa a língua de sinais como língua primeira e a língua portuguesa como língua adicional. A escola que constitui um empreendimento humano, uma organização histórica, política e culturalmente marcada, deve ser entendida como um território em que indivíduos e grupos de diferentes interesses, preferências, crenças, valores e percepções da realidade mobilizam poderes e elaboram processos de negociação, pactos e enfrentamentos. No entanto, quando a escola mantém a lógica normalizadora, elege padrões culturais, passando, através do seu currículo, a capturar todos a essa cultura. A escolarização, ao se referir aos processos de letramento, deve considerar as condições materiais, culturais e históricas em que ocorre a leitura e a escrita. Neste sentido, é fundamental que a escola dê atenção ao modo, ao lugar, às razões e aos alvos do letramento, tendo em vista a atribuição de significados e as expectativas quanto à aquisição bilíngue. Isso posto, consideramos a proposta de alfabetização para surdos pelo método fônico um equívoco, pois o desenvolvimento da leitura e escrita da língua portuguesa por crianças surdas ocorre a partir dos seus conhecimentos linguísticos na Libras, uma língua de modalidade visual-espacial. (GIPES, 2019).

Esses movimentos e manifestos demonstram a consistência de um ativismo coletivo e de uma luta persistente na busca da garantia dos direitos da comunidade surda.

As mobilizações, que envolvem classes de profissionais, instituições de ensino e organizações representativas, refletem um conhecimento em rede sobre as necessidades especiais dessa minoria, ao mesmo tempo em que escancara um sistema de políticas que não atende aos interesses dessa comunidade.

Com isso, tem-se como urgente a promoção de estratégias efetivas e contemplativas das particularidades da comunidade surda.

4.2 O intérprete de Libras educacional e sua função de ensino

Segundo Souza (2019), até o final da década de 1980, a pessoa surda era apenas considerada como tendo um impedimento irreversível de audição, portanto, era sujeito de estudo e de intervenção clínica nos campos da foniatria, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, psicologia, etc. associados às discussões educacionais. Assim, havia uma compreensão medicalizada da educação do sujeito

surdo. Contudo, outra perspectiva epistemológica se consolidava nas esferas das reflexões e estudos do Grupo de Trabalho (GT) Linguagem e Surdez da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL).

Segundo o GT, do ponto de vista escolar, é recomendável que se mantenha a Libras como língua de instrução e o português escrito como segunda língua, no entanto, mantém-se o embate com aqueles que defendem a reabilitação auditiva exclusivamente, tal como coloca Carvalho¹⁶.

O GT/ANPOLL aborda o estudo da Libras, a educação bilíngue de surdos, a formação de professores bilíngues e os dilemas da interpretação e tradução. Nessa perspectiva, a pessoa surda é entendida sob um olhar antropológico, integrando uma comunidade que consolidou, ao longo de gerações, a Libras como língua nativa.

A compreensão no âmbito do grupo de trabalho não compactua com a reabilitação da pessoa surda ou com discussões sobre investimentos clínicos para reabilitação oral-vocal ou com sistemas mistos (português sinalizado) de comunicação ou de método que associa fonema com grafema, no sentido oposto da concepção de uma educação bilíngue que, segundo os princípios da educação inclusiva no campo da educação especial, se constituiu numa interface com a medicina.

Em que pesem as divergências na educação bilíngue, ainda assim, a formação profissional e educação continuada do TILS não têm sido priorizadas.

¹⁶ Em 2002, ano da publicação da chamada Lei da Libras (BRASIL, 2002), um médico chamado Ítalo Carvalho defendeu a oralização da pessoa surda como, talvez, o único meio efetivo de fazê-la ser civilizada. “O deficiente auditivo perdeu o sentido mais importante para a integração do ‘Eu’ no mundo, sofre mais que o cego. É geralmente tristonho, solitário, sensível, tímido e frustrado porque a natureza, súbita ou progressivamente, ‘roubou-lhe’ o sentido da audição. O aparelho auditivo é um verdadeiro sistema mecânico, capaz de captar ondas sonoras cujo alcance está compreendido entre 16 a 30.000 vibrações por segundo. Sua fisiologia permanece misteriosa sob muitos aspectos – contudo, seus princípios fundamentais são explicados por regras clássicas de mecânica, admitindo-se que as mesmas sejam válidas em relação à orelha. Desconfiado e sensível, é este o personagem com o qual o médico se defronta tentando restituir-lhe o que a natureza retirou – o sentido da audição, sem o qual é impossível qualquer contato verdadeiramente humano. Simpático ou antipático, é uma pessoa que sofre, profundamente, por tão humilhante patologia. ‘*Clínica e cirurgicamente nada posso fazer, experimente uma prótese. Este é o único recurso que lhe permitirá, talvez, escapar de sua prisão*’, opina o médico. Faltam regras para suscitar a confiança. A surdez acompanha as alterações do caráter).”

Disponível em Fonte: http://www.portalmédico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag_13.htm

Os alunos surdos, inseridos na rede de ensino regular que é pensada e organizada para alunos ouvintes, chamam a atenção de seus colegas ouvintes que passam a vê-los como pessoas que possuem dificuldades de aprendizado, que precisam de recursos especiais ou de provas adaptadas, sem que se tenham a obrigação de escrever o “português direito”.

As condições divergentes de acessibilidade criam divisões na sala de aula, a partir da estratificação de “alunos que aprendem” e “alunos que não aprendem”. Entende-se, portanto, que o ideal seria que surdos estudassem em escolas bilíngues, tal como preconizado no Decreto nº 5.626, em seu capítulo VI, Art. 22:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005).

Entretanto, se o direito à escola bilíngue é garantido por lei, conforme prevê a PNEEPEI¹⁷, o repasse de verba do FUNDEB¹⁸ não deveria privilegiar as entidades federativas que adotam apenas o ensino inclusivo¹⁹ com atendimento educacional especializado, em detrimento do direito do aluno surdo de estudar em escolas-polo ou escolas bilíngues, como consta na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), que trata do PNE (Plano Nacional de Educação):

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da

¹⁷ PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva). 2008.

¹⁸ FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio). Substituto FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que vigorou de 1997 a 2006. O FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

¹⁹ PNE (Plano Nacional de Educação) - Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. (BRASIL, 2014).

O ensino será equitativo para todos, ouvintes e surdos, na medida em que a condição linguística do surdo for considerada, de forma que o ensino da Libras não seja apenas uma língua de transição para o português escrito, dado que à escola não cabe a reabilitação oral. Acrescenta-se a necessidade de as universidades ofertarem cursos para a formação de educadores bilíngues e tradutores/intérpretes.

A defesa pela formação do TILS em nível superior especializado deriva da possibilidade de acesso a um currículo mais abrangente em resposta às demandas do ambiente educacional, haja vista as programações serem mais completas e com cargas horárias mais estendidas. O ensino superior seria apenas a formação básica, cabendo ao TILS a busca de novos conhecimentos para a educação continuada, em cursos de especialização - por campo disciplinar, por exemplo, ou pós-graduação.

A tradução/interpretação adequada sob o ponto de vista linguístico não precisa obrigatoriamente corresponder à perspectiva educacional, posto que cabe ao TILS também conhecer o campo de ensino sobre o qual realizará traduções e interpretações. Tal situação convoca-o para a responsabilidade de dialogar com o professor para entender/aprender o que será ministrado aos alunos ou para descobrir recursos didáticos para a interpretação em situações em que o estudante está em processo de aquisição da língua de sinais. Em geral, o professor ouvinte prepara suas aulas para estudantes ouvintes, priorizando a fala no processo de ensino. Assim, uma vez que não há a preocupação com o preparo de materiais didáticos visuais, que motivem os surdos a prestarem atenção no professor ou no TILS, o aluno surdo, segundo Soares (2015):

[...] recusa-se a olhar a intérprete, sinaliza várias vezes que está cansado e que não quer realizar a atividade. [...] O aluno sente que nem tudo o que é preparado para os ouvintes lhe é agradável. [...] **A surdez é negada, apagada pelo contexto da atividade proposta.** (SOARES, 2015, p.110-111, grifo meu).

No ambiente descrito, o TILS se sente compelido a preparar um material didático que facilite a tradução, e é assim que acaba por ocupar uma posição que

não seria a sua. Para Lacerda (2015), não se trata de ocupar o lugar do professor ou de assumir para si a responsabilidade de ensinar, posto que o TILS deve verter o conteúdo da língua majoritária para a língua de sinais do país e vice-versa.

4.3 Qual o lugar do TILS na educação bilíngue para alunos surdos?

Conforme Fernandes e Correia (2015), o reconhecimento da Libras como a primeira língua de instrução - valorizando-a e submetendo-se às suas estruturas gramaticais específicas - favorece o desempenho dos alunos surdos e promove melhor desenvolvimento linguístico e cognitivo. Desse modo, sobre a aceitação do uso da Libras, tem-se:

[...] aceita inicialmente mais como um fator de mediação para a aquisição dos conteúdos escolares ou como instrumento de comunicação com o universo escolar, a língua de sinais se apresentou, muitas vezes, como um caminho de solução para as estratégias de ensino-aprendizagem; é comum admitir-se a presença da língua de sinais apenas como o meio para se chegar “a língua da maioria, a língua portuguesa” [...]. (FERNANDES; CORREIA, 2015, p. 222-223).

Para Rangel e Stumpf (2015), uma proposta bilíngue não deve alienar a realidade do aluno surdo. É necessário que o currículo seja planejado de forma a conhecer a sua história, cultura, escrita da língua de sinais e a importância e reconhecimento da língua gestual. Deve-se valer das novas tecnologias, proporcionando, por meio de outras linguagens, ferramentas necessárias aos alunos surdos, evitando o seu fracasso escolar.

[...] Os alunos surdos, por não terem acesso à comunicação oral, têm menos oportunidade de construir certos conhecimentos, ficando em desvantagem em sala de aula. Cabe ao professor e ao IE [Intérprete Educacional] sondarem os alunos surdos, entenderem o que eles já sabem ou não sobre diversos temas para que as aulas sejam preparadas levando em conta os conhecimentos construídos e outros que precisam ser forjados. (LACERDA, 2015, p. 281).

Grande parcela dos alunos surdos, mesmo depois de muitos anos de escola, permanece na condição de analfabeto funcional.

Silva (2015), ao se deparar com o déficit de aprendizado dos alunos surdos, após anos de escolarização na corrente oralista, defende o uso da tecnologia visando a qualidade de ensino, de modo que:

[...] com a inserção de tecnologia no cotidiano escolar do surdo, um ambiente rico e variado que favoreça a leitura e, associado ao lúdico, facilite a aprendizagem. Ser letrado, ser alfabetizado, é hoje, sem dúvida, também saber ler os instrumentos do nosso tempo. [...]

A educação, a instituição escola e seus atores precisam mobilizar-se no sentido de produzirem com clareza seus quadros teóricos e metodológicos e, neles, inserir os sujeitos usuários de seus serviços. Essa inserção demanda o rompimento com estereótipos e pressupõe a elaboração de projetos político-pedagógicos nos quais a qualidade de ensino seja a meta principal. (SILVA, 2015, p. 101-102).

Para além do ambiente escolar ou da educação bilíngue nas escolas, é preciso que a inclusão aconteça. É preciso que uma consciência social coletiva seja afluída, de forma a mobilizar todos os setores, tendo em vista não apenas a inclusão dos indivíduos, mas a oferta de condições plenas de cidadania. Portanto, a inclusão que se inicia nos processos de comunicação e aprendizado na escola, deve permitir que a pessoa surda transcenda os muros da comunidade e ocupe seu lugar de direito na sociedade. Nesse movimento, é fundamental a atuação de bons professores e de bons tradutores e intérpretes

“Copiar” da lousa, “copiar” do colega, “copiar” do livro, “copiar” de seu próprio caderno – o aluno surdo aprende e acaba por fortalecer esse tipo de estratégia: **copiar para se manter “vivo” no ambiente**. [...] O esforço para ser aluno participante se materializa, em especial nessa estratégia. Assim, ele é incluído e se inclui nas atividades em sala de aula. (GÓES; TARTUCCI, 2015, p. 295, grifo meu).

O vício do “copiar” precisa dar espaço para o “compreender” e “agir”, pois apenas dessa forma o aluno surdo poderá emancipar-se e ser protagonista da sua história na sociedade.

Rangel e Stumpf (2015) sugerem algumas ações para melhorar a educação dos surdos em nosso país, frente aos desafios encontrados:

Incentivar o ensino e o estudo da escrita de língua de sinais e o preparo de material didático escrito em língua de sinais.
Publicar manuais e dicionários em grande escala, distribuir para as escolas de surdos.
Ajudar/apoiar pesquisas sobre alfabetização e letramento de surdos em língua de sinais.
Fomentar a empatia e a compreensão dos ouvintes para que compreendam as posições culturais da diferença. (RANGEL; STUMPF, 2015, p. 123-124).

Ainda segundo as autoras, a política de educação dos surdos sempre foi determinada por ouvintes que decidem pelo que julgam ser o melhor caminho para a comunidade surda, sem sequer compreender ou ter um conhecimento aprofundado sobre suas culturas e necessidades.

A linguagem, na visão de Pereira (2015), deve ser considerada como resultado da interação entre sujeitos. Compete ao professor privilegiar o aspecto

dialógico e trabalhar com os discursos trazidos pelos alunos que vivem experiências multiculturais e falam sobre o mundo a partir de lugares variados.

Os educadores surdos nem sempre se sentem confiantes e capacitados na determinação dos rumos da educação de surdos.

De acordo com Rangel e Stumpf (2015), eles apresentam razoável descontentamento com a própria formação, considerando-a inadequada e insatisfatória. Quando se submetem a cargos públicos, são por vezes ridicularizados.

As escolas bilíngues são locais onde, concretamente, aparecem as vozes conflitantes daqueles que procuram uma nova prática e as daqueles que, por muitos condicionamentos e fatores, resistem às mudanças. Os surdos começam a ser respeitados quando o ouvintismo²⁰ é contestado por pesquisas nos campos da neurolinguística, da educação e da psicologia, e quando a prepotência e falta de consciência dessas práticas ficam explicitadas nos pressupostos teóricos abordados pelos grupos de estudos acadêmicos que se preocupam com essa minoria. (RANGEL; STUMPF, 2015, p. 117).

As dificuldades, embora historicamente conhecidas, ainda são, infelizmente, ignoradas.

A falta de professores capacitados e de instituições de ensino adaptadas para acolher o aluno surdo causa exclusão e/ou aprovação automática. Isso dificulta cada vez mais o diálogo entre aluno e professor, gerando o impedimento da aproximação substancial na sociedade. O descaso é enorme, o aluno surdo ainda é visto como minoria, e, como tal, é adaptado ou ignorado em suas necessidades pedagógicas.

[...] a exclusão é dupla: perpetrada pelo sistema que os renega por não responderem ao modelo, por serem “desviantes”, “transgressores”, “desajustados” e, também, pelo próprio corpo social – porque, nessa relação antiética que se estabelece entre controlados e controladores, dominados e dominadores, os seus lugares, com certeza, estão definitivamente marcados.

[...] os próprios profissionais da educação [...] fazem diagnósticos, classificação, criam rótulos que frequentemente justificam ainda mais a segregação desses indivíduos.

[...] com relação ao surdo, fala por ele a escola, representando um saber/poder a que ele jamais terá acesso, enquanto sua estrutura for

²⁰ Ouvintismo é um conceito criado por Carlos Skliar (2016), em “A Surdez: um olhar sobre as diferenças”, para referir-se ao efeito etnocêntrico que pesquisadores, professores, pais, dentre outros, analisam, estudam e definem o que é melhor para os surdos a partir de critérios considerados normais para uma pessoa que ouve e fala.

aquela que se sustenta até agora. Em seu nome, falam professores e pedagogos, médicos, psicólogos, terapeutas. Fala a família, fala a sociedade e permanece um sujeito que como todos os outros, é “desejante”, participante da construção de sua própria existência. (SILVA, 2015, p. 95-96).

Conforme Ziesmann (2017), a educação bilíngue deve valorizar e respeitar as diferenças linguísticas e culturais dos alunos surdos. A autora enfatiza que é imprescindível o reconhecimento das suas especificidades no ambiente escolar. É preciso que se compreenda que o diferencial na educação de surdos não está na escola especial ou na escola de ensino regular, mas na concretude das atividades propostas no ensino e na aprendizagem.

Por fim, acredita-se que políticas, legislações, consciência social, escolas estruturadas, concretude de atividades propostas e tantos outros aspectos são fundamentais. Contudo, há um personagem que é imprescindível e, na sua falta, todos os aspectos apontados poderão ser comprometidos – a figura do TILS, no cumprimento do seu papel no ambiente escolar, contribuindo no processo de formação do aluno como cidadão e preparando-o para a vida em sociedade, numa parceria com o corpo de professores da escola. Para tanto, é imprescindível que sejam realizados investimentos na sua formação profissional, bem como na superação de problemas que ainda afligem sua classe profissional.

4.4 Cursos universitários e públicos para a formação de profissionais bilíngues (Libras x português) e TILS

São relativamente recentes os primeiros cursos de formação de tradutores e intérpretes em línguas orais e mais recentes ainda aqueles que formam o TILS.

Lacerda (2015) apresenta as primeiras instituições formadoras de intérpretes no Brasil, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Primeiros programas/cursos para a formação do tradutor e intérprete no Brasil

Nome da instituição	Curso	Fundação	Atualmente
Associação Alumni - SP ²¹	Formação de Intérpretes	1961	Curso Técnico de Tradução

²¹ Fundada em 08 de maio de 1961 por brasileiros, ex-alunos de Universidades Americanas, a Alumni é um Centro Binacional Brasil-Estados Unidos, reconhecido oficialmente pelos governos desses dois países por sua dedicação à educação e à cidadania. Desde então, a Associação Alumni

			e Interpretação (Inglês/Português)
Faculdade Ibero-Americana - SP ²² (Anhanguera Educacional)	Formação de Tradutores e Intérpretes de maneira articulada	1971	Licenciatura/Letras Português Português e Espanhol Português e Inglês
PUC-RJ ²³	Formação de Intérpretes	1946	Especialização Tradução (Inglês/Português)
PUC - SP ²⁴	Formação de Intérpretes de Conferência de Língua Inglesa	1941	Bacharelado Letras Língua Inglesa - Tradução Inglês/Português

Nota: Elaborado pela autora com base em Lacerda (2015)

São conhecidas as instituições pioneiras na formação de tradutores e intérpretes para línguas orais que dissociaram, ao longo dos anos, a tradução do campo da interpretação; todas as instituições são privadas e têm a língua inglesa como objetivo principal de formação.

Sobre a formação do TILS em nível superior, até o início dos anos 2000, não havia instituições que oferecessem tal formação.

Como forma de atender a demanda resultante da regulamentação da Lei de Libras, algumas instituições passaram a oferecer cursos específicos, nos anos de 2004 e 2005, por exemplo, o curso sequencial de formação específica da UNIMEP/SP (Universidade Metodista de Piracicaba) e os cursos tecnológicos da

tornou-se referência nos serviços oferecidos do ensino de inglês e formação de Tradutores e Intérpretes à orientação para estudos nos Estados Unidos.

²² Fundado oficialmente em 22 de dezembro de 1971 como Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, conhecida por ter criado nos anos 70 o primeiro curso de Tradução e Interpretação (Português-Inglês) do Brasil. Em 1998, passou a ser o Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO). No ano de 2009 foi adquirido pelo grupo Anhanguera Educacional e em 2010 o nome UNIBERO deixou oficialmente de existir.

²³ Foi fundada em 1941 e reconhecida oficialmente pelo Decreto 8.681, de 15 de janeiro de 1946 (Brasil, 1946). Por Decreto da Congregação dos Seminários, de 20 de janeiro de 1947, a universidade recebeu o título de Pontifícia.

²⁴ A PUC-SP foi fundada em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (fundada em 1908) e da Faculdade Paulista de Direito. Agregadas a elas, mas com estruturas administrativas financeiras independentes [...] Atualmente a Fundação São Paulo é a mantenedora da PUC-SP. O Arcebispo Metropolitano de São Paulo é o presidente da Fundação e Grão-Chanceler da Universidade. Esta é dirigida por uma Reitoria, com o apoio de dois Conselhos Superiores (Conselho Universitário, Consun, e Conselho de Administração, Consad) e cinco Pró-Reitorias (Graduação; Pós-Graduação; Educação Continuada; Cultura e Relações Comunitárias; e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A PUC-SP tem 9 faculdades, 45 departamentos, 39 cursos de graduação e 28 programas de pós-graduação (26 mestrados acadêmicos, 2 mestrados profissionais e 21 doutorados). Em nível de aperfeiçoamento, especialização e extensão a PUC-SP oferece mais de 200 cursos. Atualmente a Universidade é composta por cinco campi (Monte Alegre, Consolação, Santana, Ipiranga e Sorocaba) e duas unidades (Cogeae-Consolação e Deric).

Universidade Estácio de Sá/RJ e PUC/MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Em 2006 teve início o Projeto Letras-Libras, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (com dois cursos: Licenciatura em Letras-Libras e Bacharelado em Tradução e Interpretação Libras-português, sendo esse último iniciado em 2008). A partir disso, novos cursos foram constituídos.

Conforme consta no site do MEC (Ministério da Educação), no primeiro semestre de 2020, o Brasil contava com 40 cursos de Letras/Libras nas modalidades de licenciatura e bacharel para a formação de TILS em instituições públicas de ensino. Diante da quantidade de municípios²⁵ distribuídos pelo País, mesmo com a crescente oferta de cursos em nível de graduação, o número ainda é insuficiente. No entanto, a evolução na oferta de cursos demonstra o interesse pelo cumprimento da legislação e pela inclusão de alunos surdos nas escolas em salas de aulas com alunos ouvintes.

Quadro 3 - Cursos de formação de professores bilíngues e TILS oferecidos por instituições públicas em 2020 (Segundo Semestre)

Instituições formadoras em nível Bacharelado - Formação de TILS				
UFES	LETRAS LIBRAS	Presencial	20	01/04/2014
UFG	LETRAS - TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS/PORTUGUÊS	Presencial	30	06/03/2014
UFGD	LETRAS LIBRAS - TRADUTOR/INTÉRPRETE EM LIBRAS	EAD	30	01/02/2019
UFRJ	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	30/10/2013
UFRR	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	18/08/2014
UFSC	LETRAS - LIBRAS	EAD	450	28/06/2008
UFSC	LETRAS - LIBRAS	Presencial	20	03/08/2009
UFSCar	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA	Presencial	30	01/09/2014
Instituições formadoras em nível Licenciatura - Letras Libras				
IFNMG	LETRAS - LIBRAS	EAD	60	10/03/2017

²⁵ Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) há 5.570 municípios no Brasil. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 mar. 2020.

UEPA	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	06/02/2012
UESPI	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	Presencial	40	04/01/2010
UFAC	LETRAS - LIBRAS	Presencial	50	12/05/2014
UFAL	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	10/04/2014
UFAM	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	01/02/2014
UFC	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	14/12/2012
UFCA	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	11/03/2019
UFCG	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	21/03/2018
UFERSA	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	07/04/2014
UFG	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	06/03/2009
UFGD	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	EAD	80	04/10/2013
UFJF	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	11/11/2013
UFMA	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	21/11/2014
UFMT	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	14/04/2014
UFPA	LETRAS - LIBRAS	Presencial	40	02/07/2012
UFPB	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	EAD	210	08/03/2010
UFPE	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	09/09/2014
UFPI	LETRAS - LIBRAS	Presencial	50	15/04/2014
UFPR	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	23/02/2015
UFRA	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	19/01/2016
UFRB	LETRAS - LIBRAS/LÍNGUA ESTRANGEIRA	Presencial	150	09/08/2010
UFRJ	LETRAS - LIBRAS	Presencial	70	30/10/2013
UFRN	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	Presencial	40	29/07/2013
UFS	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	14/03/2014
UFSC	LETRAS - LIBRAS	EAD	950	27/10/2006
UFSC	LETRAS - LIBRAS	Presencial	20	03/08/2009
UFT	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	23/02/2015

UFU	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA COM DOMÍNIO DE LIBRAS	Presencial	30	14/04/2013
UNIFAP	LETRAS - LIBRAS - PORTUGUÊS	Presencial	35	02/03/2015
UNIR	LETRAS - LIBRAS	Presencial	30	24/08/2015
Instituições formadoras em nível Licenciatura - Pedagogia				
IFSC	PEDAGOGIA BILÍNGUE - LIBRAS/PORTUGUÊS	Presencial	40	16/02/2017
INES	PEDAGOGIA	Presencial	60	08/05/2006
INES	PEDAGOGIA	EAD	360	Não iniciado
Instituições formadoras em nível médio técnico - Tradução e Interpretação de Libras				
IFMA	Tradução e Interpretação de Libras	Presencial	40	Não informado
IFNMG	Tradução e Interpretação de Libras	Concomitante	----	Não informado
IFRS	Tradução e Interpretação de Libras	Presencial	30	Não informado
IFSC	Tradução e Interpretação de Libras	Presencial	40	Não informado

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/> / Institutos Federais - Elaborado pela autora

Observa-se que dos quarenta e dois cursos oferecidos em universidades públicas, apenas oito são destinados à formação do TILS, sendo que dois deles são na modalidade educação a distância. Há também 4 institutos federais no Brasil que ofertam o curso técnico ²⁶ em nível médio de “Tradução e Interpretação de Libras”.

²⁶ IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/seletivo-unificado/>

IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Disponível em <https://ifnmg.edu.br/cursos/105-portal/ensino/ead/14744-tecnico-em-traducao-e-interpretacao-de-libras>

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Disponível em https://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201811982558824pccs_ppc_tecnico_trad_interp_libras.pdf

IFSC- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

O INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), referência em educação de surdos, conta com o curso de pedagogia bilíngue presencial²⁷ e em breve - fevereiro de 2021 é a previsão - terá a modalidade a distância.

O baixo número de instituições formadoras sinaliza a necessidade de estudos mais profundos, inclusive contendo informações sobre o sujeito que atua com os alunos surdos em sala de aula e sobre como sua formação foi constituída, etc. e, a partir de uma melhor compreensão, propor caminhos para uma formação mais acessível e abrangente, promovendo a qualidade no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Cada instituição de nível superior, que oferece curso na modalidade presencial, forma em média 30 profissionais por ano; num total geral, em torno de 210 TILS se formam em nível superior a cada ano.

Contabilizando os egressos da UFSC, que se formam na modalidade do ensino a distância, tem-se, aproximadamente, a formação anual de 660 TILS. Segundo o site do MEC, a UFSC oferece 450 vagas anuais na modalidade ensino a distância.

Sobre os cursos técnicos, cujos sites institucionais apresentam a quantidade de vagas oferecidas, o número de formação anual de TILS ultrapassa 770 profissionais.

Perante a grande demanda nacional de TILS, o quantitativo sobre a formação anual de novos profissionais apresenta-se como insuficiente. No ano de 2019, havia no Brasil 65.612 alunos surdos matriculados na educação básica (REIS, 2019, apud SOUZA, 2019, p. 169), o que poderia implicar, nas diferentes regiões, a cada TILS, o atendimento aproximado de 85 estudantes surdos, sem revezamento e com descanso a depender da carga didática de cada escola.

²⁷ O Curso de Pedagogia - Licenciatura do INES, objetiva formar professores e gestores educacionais, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue e intercultural na modalidade online, para atuar na área da docência (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) e na gestão escolar em espaços não formais. Distribuídos em 07 unidades polos. Disponível em <https://neoines.com.br/>. São eles:

UFC - Rua Waldery Uchoa, n. 1

IFG - Av. Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, s/n

IFG - Aparecida de Goiânia, CEP: 74968-755

UFGD - Rua João Rosa Góes, n. 176

UEPA - Rua do Uma, n. 156

UFPR - Rua 15 de Novembro, n. 1299

UFLA - Campus Universitário, s/n

Cabe destacar que em censo anterior, realizado em 2012, o número de alunos surdos matriculados era de 74.547. Diante disso, percebe-se uma evasão progressiva dos alunos entre os anos 2012 e 2018, em torno de 11,36%. (SOUZA, 2019, p. 169).

Cabe destacar que em censo anterior, realizado em 2012, o número de alunos surdos matriculados era de 74.547. Diante disso, percebe-se uma evasão progressiva dos alunos entre os anos 2012 e 2018, em torno de 11,36%. (SOUZA, 2019, p. 169).

Souza (2019) acredita que a evasão escolar esteja relacionada com a falta de equidade nas condições de ensino e aprendizagem, devido, em grande parte, ao número insuficiente de profissionais formados, daí a urgência da necessidade de novos programas de formação.

No âmbito desta pesquisa percebeu-se a inexistência de diretrizes curriculares que orientam os cursos de graduação em Bacharelado, e que estabeleçam os eixos mínimos curriculares a serem contemplados por uma instituição de ensino superior para a formação do TILS, fato que pode comprometer a convalidação de créditos em casos de transferência de estudantes ou de formações distintas para uma mesma profissão.

A fim de expor essas diferenças, para fins de análise, foram selecionadas duas universidades públicas – UFSCar e UFSC. Os cursos das duas instituições priorizam o domínio das duas línguas em formação: Libras e Língua Portuguesa, em suas diferentes modalidades: oral, sinalizada e/ou escrita, conforme suas variações linguísticas e culturais, com as seguintes propostas:

- Reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno educacional, psicológico, social, ético, histórico, cultural, político e ideológico;
- Desenvolvimento de uma visão crítica sobre as perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- Percepção da relação entre conhecimentos linguísticos e literários em contextos interculturais;
- Auxílio na construção dos conhecimentos relativos aos diferentes níveis de ensino e espaços sociais conquistados pelos surdos; e

- Uso das tecnologias contemporâneas, seguindo os desafios do mercado de trabalho e conscientizando para uma busca permanente de educação continuada em seu desenvolvimento profissional.

O quadro a seguir apresenta a comparação entre as disciplinas dos cursos ofertados pela UFSCar, que oferece uma formação voltada para o “Tradutor e Intérprete de Libras”, e pela UFSC, conhecida como a pioneira na oferta do curso “Bacharelado em Tradução e Interpretação”. A comparação teve como base a grade curricular dos cursos e as respectivas ementas.

Quadro 4 - Comparação das grades curriculares da UFSCar e UFSC

UFSCar	UFSC
Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem: Libras e Língua Portuguesa	Fundamentos da Educação dos Surdos
Desenvolvimento, aprendizagem e processos educacionais	Tecnologias da Informação e EaD
Desenvolvimento Psicológico da Pessoa Surda	Libras Iniciante
Estudos da Oralidade e Estudos do Significado	Conversação Intercultural
Ética Profissional	Libras Pré-Intermediário
Gêneros Textuais e Libras	Corporalidade e Escrita
Introdução à Linguística das Línguas Orais e Sinalizadas	Fundamentos da Tradução e da Interpretação
Introdução à Tradução e Interpretação e aos Estudos da Surdez	Libras Intermediário
Leitura e Produção de Texto: escrita acadêmica I-II-III-IV	Introdução aos Estudos Linguísticos
Libras e os Parâmetros Formacionais	Estudos da Tradução I-II
Libras I-II-III-IV-V-VI-VII	Estudos da Interpretação I-II
Linguagem e Aspectos Segmentais e Suprasegmentais da Fala	Libras Avançado
Linguagem, Surdez e Educação	Estudos Linguísticos I-II-III-IV
Línguas em Uso: Variação e Mudança Linguísticas	Libras Acadêmica
Literatura em Libras	Escritas de Sinais I-II-III
Morfossintaxe: Libras e Língua Portuguesa	Metodologia Científica

Multiculturalismo e Surdez	Português I-II-III
Outras Línguas de Sinais	Laboratório em Interpretação I-II-III
Políticas Públicas e Surdez	Estudos Surdos I
Português como Segunda Língua para Surdos	Literatura Surda I-II
Saúde Ocupacional do Tradutor Intérprete de Libras	Prática de Tradução I-II
Surdez e Visualidade	Atividades Complementares
Tradução e Interpretação: Consecutiva, Eventos Científicos, Tradução e Interpretação I-II, Esfera da Saúde, Esfera Educacional I-II-III, Esferas Legal e Governamental, Atividade Discursiva	Estágio em Tradução Estágio em Interpretação
Eletiva I-II-III	Disciplinas Optativas
TCC I-II -III	TCC
Estágio Supervisionado I-II-II	

Nota: elaborado pela autora com base nos dados da UFSC e da UFSCar (constam nos anexos)

Na falta de diretrizes curriculares²⁸ cada instituição estruturou o seu currículo de acordo com a sua vocação ou inserção epistemológica.

Para fins de comparação, é apresentada a disciplina de Libras, bem como sua evolução ao longo dos cursos e as cargas horárias definidas, segundo a estrutura curricular das instituições UFSCar e UFSC.

Quadro 5 - Disciplina de Libras (UFSCar x UFSC)

Hora-aula - UFSCar	Hora-aula - UFSC
Libras I- 60h/a Introdução ao conhecimento da Libras. Expressão facial e corporal. Alfabeto manual e ritmo. Números. Família. Noções temporais, climáticas e geográficas. Profissão e escola. Verbos básicos. Diferentes contextos.	Libras Iniciante - 144h/a Descrição básica de pessoas e cenários. Narrativas pessoais simples. Introdução aos recursos gramaticais da Libras: uso do corpo e do espaço. Classificadores básicos. Iniciação à soletração manual e aos numerais. Construções negativas e

²⁸ O Decreto n° 5.626, de 22 de setembro de 2005 (Brasil, 2005) foi questionado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, cuja procuradoria defendeu sua não validade (SOUZA e LIPPE 2012) alegando, entre outras coisas, a falta de parâmetros ou *diretrizes* curriculares no que se refere à formação do TILS. Isto explica o fato de as Universidades Federais serem quase as únicas a oferecer formação inicial.

Compreensão e expressão de enunciados complexos. Desenvolvimento da percepção visual dos alunos quanto à prática da Libras. Atividades práticas da Libras	interrogativas básicas. Prática como componente curricular.
Libras II- 60h/a Uso do espaço constitutivo das enunciações em Libras. Expressão facial e corporal como processos de significação particulares da Libras. Relações pronominais e referenciais em Libras. Verbos direcionais e de negação. Pronomes interrogativos e exclamativos. Atividades práticas de uso da língua.	Libras Pré-Intermediário - 216h/a Descrições elaboradas de pessoas e cenários. Narrativas pessoais elaboradas. Uso do corpo e do espaço para estabelecimento de referentes. Diferentes tipos de classificadores. Coarticulação na soletração manual e de números. Expressão de relações causais simples. Construções negativas e interrogativas elaboradas. Prática como componente curricular.
Libras III- 60h/a Classificadores: definição e tipologia. O contar histórias em Libras. Atividades práticas em Libras para a tradução e interpretação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Escritas das línguas de sinais	Libras Intermediário - 144h/a Descrições complexas de pessoas, cenários e eventos. Recontagem de narrativas com enredos complexos. Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizante. Expressão de relações causais complexas. Uso avançado de classificadores. Exploração avançada do corpo e do espaço. Desenvolvimento de fluência na soletração manual e de números. Introdução ao uso de bóias no discurso. Prática como componente curricular.
Libras IV- 60h/a Variedades regionais e variantes sociais em Libras. Uso da língua em contextos sociais diversos. Atividades práticas em Libras para a tradução e interpretação no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Signwriting. Libras V- 60h/a Estudo comparativo de enunciações em Libras e em português. Atividades práticas e vocabulário específico em Libras para a tradução e interpretação no ensino superior, em diferentes áreas de saber.	Libras Avançado- 144h/a Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração avançada das bóias no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. Prática como componente curricular.
Libras VI- 60h/a Uso da língua em contextos da esfera jornalística. Atividades práticas e vocabulário específico em Libras para a tradução e interpretação em eventos científicos de diferentes áreas de saber. Libras VII- 60h/a	Libras Acadêmica- 72h/a Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Produções acadêmicas em Libras. Prática como componente curricular.

Atividades práticas e vocabulário específico em Libras para a tradução e interpretação na esfera da saúde. Atividades práticas e vocabulário específico em Libras para a tradução e interpretação nas esferas jurídicas e aquelas ligadas a órgãos governamentais.	
--	--

Nota: elaborado pela autora com base nos dados da UFSC e da UFSCar (constam nos anexos)

A disciplina de Libras, em ambas as instituições, mescla teoria e prática em cada semestre, sendo que a UFSCar tem 420 horas/aula e a UFSC, por sua vez, 720 horas/aula.

A UFSC enfatiza as questões linguísticas da língua desde o primeiro módulo, enquanto que a UFSCar busca contemplar as “diferentes esferas” em distintas áreas do conhecimento, por exemplo, “esfera educacional” é uma expressão que se verifica no currículo da UFSCar em todos os módulos de ensino da Libras, desde a educação infantil até o ensino superior; outras áreas como jornalística, jurídica e aquelas ligadas a órgãos governamentais também aparecem.

Na UFSC o campo de ensino-aprendizagem volta-se mais para o campo da linguística. Há também disciplinas oferecidas por uma das instituições e não ofertadas pela outra e vice-versa. Na UFSCar, por exemplo, são ministradas disciplinas sobre a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, tanto na língua portuguesa quanto em Libras como segunda língua para alunos surdos, produção de material visual em Libras, considerando os aspectos visuais. Essas mesmas disciplinas são oferecidas com nomenclaturas diferentes na UFSC, porém, apenas no curso Letras-Libras para aquisição do título de Licenciatura são previstas, não sendo obrigatórias para a aquisição do título Letras-Libras Bacharelado em Tradução e Interpretação.

Verificou-se também a oferta de disciplinas específicas na UFSCar, por exemplo, aquelas que envolvem o desenvolvimento psicológico da pessoa surda e a saúde ocupacional do TILS.

4.5 A certificação e a qualificação dos TILS de 2005 a 2015

De acordo com Lacerda (2015) há uma lacuna na avaliação do nível da qualificação do profissional TILS.

O exame nacional para certificação de proficiência no ensino da Libras e para certificação do Prolibras²⁹ foi instituído em cumprimento ao Decreto nº 5.626 para certificar profissionais que já atuavam na área.

Não é prevista a renovação da fluência em Libras como ocorre, por exemplo, com o *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL) que tem por objetivo avaliar o potencial individual de falar e entender o idioma inglês em nível acadêmico e cuja nota é válida por apenas dois anos.

Em relação ao Prolibras, Quadros (2009) aponta o seguinte:

[...] Prolibras é uma ação de curto prazo para certificar profissionais para participarem dos processos de inclusão dos surdos brasileiros. À medida que contarmos com a formação de profissionais para atuarem nessas áreas, a certificação terá cumprido o seu papel. Os cursos de graduação em Letras/Libras formarão os profissionais, tanto professores como os tradutores e intérpretes de Libras para atuarem no mercado de trabalho e garantirem o acesso à Libras no Brasil. (QUADROS, 2009).

Grande parte dos exames de admissão do TILS avalia apenas a fluência e o domínio em Libras, não considerando o domínio do português e das técnicas de interpretação.

Há também o fato de que a certificação do Prolibras, cuja validade é permanente, não estimula a formação continuada ou a atuação permanente do TILS em comunidades onde há surdos, tendo apenas legitimado o direito de exercer a profissão a qualquer tempo³⁰. Diante disso, a Febrapils sugere:

[...] um exame de proficiência com renovação a cada 2 anos. As universidades devem promover a realização de exames de proficiência em Libras ou ProfLibras³¹ para pessoas interessadas;

²⁹ Prolibras é o exame nacional para certificação de proficiência em Libras, tanto para docência, como para tradução e interpretação. Foi estabelecido pela Portaria Normativa nº 29, de 20 de julho de 2007 do Ministério de Educação (MEC). Inicialmente foi realizado por meio de uma parceria entre o MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ambas as instituições organizaram em nível federal o exame nacional durante 10 anos. Em 2006 o MEC já havia credenciado a UFSC para a elaboração do Prolibras, e a partir de 2007 o MEC/INEP passaram a realizar o credenciamento de outras instituições de educação superior para a realização dos exames.

³⁰ Competências mobilizadas para o desempenho das atividades do emprego ou trabalho. O conceito de competência tem duas dimensões na CBO: - Nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho; Domínio (ou especialização) da competência: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificaram o tipo de profissão ou ocupação. Fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf#2>

³¹ Conforme documento elaborado pela comunidade surda a partir do grupo de trabalho com os surdos de referências do Brasil - Direitos Humanos das Pessoas Surdas: pela equidade social cultural e linguística - FEBRAPILS - 07/2018

integrando bancas de avaliação com professores surdos e tradutores e intérpretes; **este exame atestará a proficiência alcançada por um período de dois anos, devendo ser refeito caso seja requerido após este período.** (FEBRAPILS, 2019, grifo meu).

A Febrapils também recomenda a realização de exame prático:

A realização do exame prático para averiguar nos candidatos ao cargo a existência dos atributos essenciais à atuação do tradutor e intérprete de Libras que não podem ser verificados meramente por meio de uma análise documental ou, ainda, somente por meio de um exame de cunho teórico. Assim, a realização do exame prático se torna essencial na garantia da lisura e eficiência do processo seletivo, bem como a isonomia entre os candidatos que concorrem às vagas. (FEBRAPILS, 2019).

No entanto, a sugestão de se renovar a avaliação da proficiência pelas instituições empregadoras não é considerada e a realização de exame prático é levada em consideração apenas por minoria das organizações.

Considero apropriado o posicionamento da Febrapils, que tem apontado a necessidade de se instituir um sistema de avaliação que defina um período de validade para a certificação da fluência em Libras, que avalie o nível de qualificação do TILS, tanto nos aspectos teóricos quanto práticos, e que leve em conta o domínio do português e das técnicas de interpretação.

4.6 Uma visão geral do campo da tradução e interpretação segundo Adail Ubirajara Sobral³²

[...] A língua brasileira de sinais é uma língua natural que se distingue das línguas orais em termos de seu meio de expressão, que é gestual, posicional, e facialmente expressivo, mas que fora isso em nada se distingue de outras línguas - e de modo algum é inferior a elas. (SOBRAL, 2008, p. 130).

³² Graduação em Letras pela Universidade Federal da Bahia; Especialização em Linguística pela UNICAMP; Mestrado em Letras pela USP; Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP; Pós-Doutorado pela Université de Paris VIII; Professor Substituto do ILA - Universidade Federal do Rio Grande; Professor Colaborador do PPGL da Universidade Federal de Pelotas; Vice coordenação do GT Estudos Bakhtinianos da ANPOLL; Líder do Grupo LEAL - Laboratório de Estudos Avançados de Linguagens (UFPEL-RS); Membro do NUTRA - Núcleo de Tradução da FURG (Federal do Rio Grande).

É recomendável ao tradutor e intérprete conciliar a sua prática com um campo epistemológico específico, tendo em vista a coerência entre o ato tradutório e o conhecimento da língua e da área que se propõe a traduzir. Portanto, a profissão deve envolver mais que a fluência em Libras e em português, abrangendo o conhecimento da disciplina ou do assunto a ser traduzido.

Cabe ao TILS atentar-se à renovação das obras de referências específicas a cada área de saber, sem perder de vista o lugar dialógico que deve ocupar no embate entre duas línguas vivas e polissêmicas, em contextos discursivos distintos um do outro.

O tradutor tem assim uma tarefa de escrita /fala /sinalização que envolve uma dupla ação: a de colocar-se como interlocutor do autor traduzido e a de co-autor, do texto da tradução, constituindo para isso, interlocutores na língua para qual traduz. O autor só chega a esses novos leitores através do tradutor. (SOBRAL, 2008, p. 39).

Sobral (2008) apresenta aspecto importante que precisa ser incorporado pelos programas de formação do TILS: trabalho dinâmico das terminologias teóricas e das técnicas tradutórias e a não imposição de conteúdos pelos professores, para que o conhecimento seja assimilado pelo simples fato de ter sido transmitido aos alunos. “Trata-se de auxiliar os profissionais em formação a começar a “pensar como tradutores”, a ver sua atividade em seus aspectos gerais e específicos, o que requer uma abordagem de ensino qualitativa nos cursos de formação”. (SOBRAL, 2008, p. 27).

Ainda segundo Sobral (2008, p. 82) "o tradutor exprime em outra língua aquilo que é expresso de uma dada maneira numa língua, levando em conta a correspondência entre os modos de expressão das duas línguas envolvidas."

De forma geral, no contexto do aprendizado, cada pessoa se vale da língua de uma maneira bastante particular, uma vez que a sua aquisição é fruto do seu conhecimento de mundo e de suas relações sociais. Todavia, a língua tem uma história anacrônica e sincrônica de constituição e como sistema se abre a mudanças internas porque, como efeito de trabalho coletivo e histórico, se constitui em conjunto com as transformações sociais (por exemplo, com o advento da tecnologia, várias palavras estrangeiras passaram a fazer parte do português como: *delete*, *software*, *hardware*, etc.).

O ato tradutório é constituído de múltiplas linguagens, da vivência singular do TILS, do seu papel social, das línguas envolvidas e do público alvo.

Traduzir é mobilizar um texto por meio de outro discurso, e o tradutor, ao dirigir-se a um público a que o autor não pode se dirigir cria necessariamente novas relações enunciativas, discursivas, uma nova relação entre o autor e o público, ou mesmo cria uma imagem do autor na língua-alvo por meio da criação de um discurso em língua estrangeira a que o autor também não tem acesso como autor. (SOBRAL, 2008, p. 70).

Segundo Pagano (2019), as crenças que envolvem a tradução minimizam a complexidade do ato tradutório. No entanto, a autora aponta que a tradução não é um dom especial, e sim resultado de muita dedicação e esforço do tradutor.

Ainda segundo Pagano, o tradutor precisa investir na aquisição de amplo conhecimento cultural e linguístico e numa sólida formação o que lhe permitirá desenvolver habilidades específicas, ou seja, competência tradutória³³.

O fato de um indivíduo ser bilíngue ou ter morado em outro país ou ser um falante nativo de determinada língua não o torna tradutor instintivamente. A tradução é uma tarefa complexa e, por conseguinte, requer conhecimentos e habilidades específicas, o que faz com que o aprimoramento contínuo e novas reflexões sobre a prática profissional sejam sempre necessários.

Conforme aponta Lacerda (2015), compete ao TILS atuar como um mediador participante, cuja função consiste em verter sentidos/significados estruturados linguisticamente, a partir de uma língua fonte para uma determinada língua alvo.

No ato tradutório, o tradutor faz escolhas metodológicas quase sempre delicadas, e repetidamente se questiona a respeito da real correspondência entre o conteúdo que compreendeu e traduziu e o conteúdo que o outro falou/escreveu. Dessa forma, a tradução implica sempre, no mínimo, em dupla tarefa: interpretação do conteúdo compreendido, a partir do que foi lido ou ouvido, e a tradução do conteúdo compreendido a um terceiro - a pessoa surda.

³³ Competência tradutória envolve conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui, permitindo a ele o exercício adequado da tarefa tradutória (PAGANO, 2019, p. 13).

4.7 Educação bilíngue: diálogo com Cristina B. Feitosa de Lacerda³⁴

Em sala de aula, o TILS tende a compreender a interpretação como a transposição de um código/língua para outro código/língua, considerando as línguas como transparentes e o sentido como único.

Lacerda (2015) aponta estudos que revelaram que a atuação na esfera educacional deve ser diferenciada daquelas interpretações que envolvem distintas realidades ou posições, com variação de acordo com os níveis de ensinos assistidos.

Refere-se, portanto, ao respeito e à compreensão dos diferentes contextos e das necessidades impostas por cada espaço de atuação, bem como dos limites colocados aos ofícios do TILS, conforme previsto no código de ética profissional: “não permite que o [Intérprete de Língua de Sinais] ILS participe ou dê sua opinião sobre aquilo que está sendo tratado entre os interlocutores”. (LACERDA, 2015, p. 271).

Contudo, segundo Lacerda, compete ao TILS escolher a própria postura frente à interpretação e tradução:

[...] o ILS tem que escolher entre ignorar o desconhecimento do assunto pela comunidade surda e seguir interpretando todo o discurso (como preveem os códigos de ética³⁵), ou interpretar menos informações em relação ao que está sendo dito, mas de maneira mais detalhada, buscando tornar acessível a ideia contida no discurso para a comunidade surda. (LACERDA, 2015, p. 272).

Diante do exposto, percebe-se que o TILS experimenta dilemas na sua atuação, precisando tomar posições dicotômicas para as quais nem sempre está preparado.

É evidente que o profissional precisa atentar-se à percepção dos sentidos produzidos pelo enunciador e buscar a melhor maneira de transmiti-los ao aluno

³⁴ Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Pós doutorado no Centro de Pesquisa Italiano (CNR) em Roma, Itália; Pós doutorado na Universidade de Barcelona (UB), Espanha; Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Assessoria a redes municipais de Educação para implantação e acompanhamento de Programa de Educação Inclusiva Bilíngue em Piracicaba, Campinas, São Paulo e São Carlos.

³⁵ Conforme o código de ética do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS) em seu artigo 2º: o intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo. E, segundo a Lei n. 12.319 (Brasil, 2010), em seu art. 7.: o intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial: III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir.

surdo, com desprendimento das formas linguísticas da língua fonte. “[...] traduzir implica distanciamento da língua materna e imersão na língua estrangeira na busca de chegar-se aos sentidos pretendidos [...]”. (LACERDA, 2015, p. 261). No entanto, a atuação do TILS nos ambientes escolares requer para além do ato interpretativo ou tradutório, impõe a necessidade de decisão de escolhas e tomadas de posicionamento complexas e de grande impacto na compreensão do aluno surdo.

No contexto educacional, é o TILS quem, supostamente, percebe as necessidades apresentadas pelos alunos surdos, sendo assim:

[...] Além dos conhecimentos necessários para que sua interpretação evite omissões, acréscimos ou distorções de informações de conteúdo daquilo que é dito para a língua de sinais, **ele deve estar atento às apreensões feitas pelos alunos e aos modos como eles efetivamente participam das aulas.** (LACERDA, 2017, p. 34, grifo meu).

É importante considerar, por exemplo, o ano de escolaridade e o currículo por área/disciplina que o aluno surdo está inserido, faixa etária, língua materna (Libras), segunda língua (língua portuguesa na modalidade escrita) e convívio familiar.

Sob o viés educacional, que concebe o TILS como um profissional da educação, segundo Albres (2019, p. 37), “[...] como um profissional que deve estar consciente do sistema educacional, das peculiaridades do grupo com que trabalha e, principalmente, da questão da significação/sentido pelo aluno surdo e de sua afetividade” há o risco da alienação, da perda de identidade profissional e, por conseguinte, da precarização das condições do trabalho. Dessa forma, há também o risco de se minimizar a importância do ato da interpretação, tornando-o secundário na formação do estudante surdo. Nesse caminho, a precarização das condições de trabalho do TILS e os prejuízos na formação educacional dos estudantes surdos podem acontecer.

Lacerda (2015, p. 282) aborda a sobrecarga de trabalho e a sobreposição de funções do TILS no processo educativo, perceptíveis quando se analisa o seu papel na esfera educacional com propostas de ensino bilíngue aos alunos surdos “[...] o intérprete precisa ensinar certos sinais, ou colaborar para a construção de conceitos para que os alunos surdos acompanhem os conteúdos trabalhados [...]”.

Como aponta Martins (2013), o TILS tem ocupado uma função próxima, suplementar, ou mesmo coincidente com a função de ensino, que deveria ser do professor regente da sala de aula.

Lacerda (2015, p. 279) corrobora com Martins ao afirmar que [...] é importante que este intérprete tenha preparo para atuar no espaço educacional também como educador, atento às dificuldades, mediando a construção dos conhecimentos.

A atuação profissional como TILS, sobretudo dentro de escolas, me permitiu perceber as limitações na formação profissional no que diz sobre imersão em Educação, um campo interdisciplinar.

Embora a formação do TILS não o habilite para o exercício do papel de educador nas escolas, esse profissional tem sido sistematicamente cobrado para o desempenho de tão complexa tarefa.

Como exemplo, há o edital nº. 1 de 2015 para contratação de TILS, prevendo as seguintes atribuições para o cargo:

[...] mediar comunicação entre surdos e ouvintes, utilizando as técnicas de tradução; colaborar no desenvolvimento de materiais didáticos³⁶ de acordo com o local de atuação; compreender e interpretar discursos para Libras; aplicar técnicas de tradução em textos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e repartições públicas; realizar atividades correlatas. (CAMPINAS (SP), 2015).

Na prática, o acúmulo de funções sinaliza uma situação de precarização. Nesse sentido, as pesquisadoras Albres (2019) e Lacerda (2015), afirmam que o profissional se coloca como alvo fácil de denúncias, ao mesmo tempo em que compõe, fortuitamente, as peças de um jogo político para o qual a superposição de tarefas é uma estratégia que beneficia o menor custo, mesmo que em detrimento de uma educação melhor qualificada. Participante de uma realidade imposta, o TILS se sujeita às manobras de precarização que afligem a categoria.

É conhecida a função didática que o TILS exerce em sala de aula, uma vez que ancorado em material didático preparado com antecedência, adota metodologias de exposição que irão colaborar no aprendizado dos alunos.

³⁶ Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos/MEC, 2020, foi criado o curso “Técnico em produção de materiais didáticos bilíngues em Libras/Língua portuguesa” com as seguintes características:

- Carga horária de 1200 horas;
- Confeção de materiais bilíngues: Libras/Português;
- Desenvolvimento de projetos de acessibilidade linguística: Libras/Português;
- Criação e avaliação de projetos de cunho educacional e com foco na produção de materiais acessíveis bilíngues: Libras/Português;
- Análise e adequação de recursos pedagógicos para a educação bilíngue.

Embora seja uma atividade complexa e que ocupa grande parte do tempo do TILS, o preparo de material didático não agrega valor ao cargo, uma vez que não há previsão de carga horária exclusiva para o planejamento das aulas. O conteúdo didático elaborado se constitui num guia do profissional, não sendo necessariamente acessado pelos alunos surdos ou alunos ouvintes.

Os editais públicos da PMC para a contratação de professores bilíngues são regidos pela Lei nº 12.987 (2007). De acordo com a Lei, a jornada de um professor bilíngue deve contemplar:

I - Trabalho Docente com Aluno (TDA): compreende o exercício da docência em cumprimento ao currículo, em atividade direta com a coletividade de crianças, adolescentes, jovens e adultos; II - Horas-atividade: de cumprimento obrigatório para todos os docentes, inclusive aos que se encontrem em regime de acumulação de cargos, formada por: a) Trabalho Docente Coletivo (TDC): espaço formativo que compreende reuniões pedagógicas da equipe escolar para a construção, o acompanhamento e a avaliação do projeto político-pedagógico da Unidade Educacional e para as atividades de interesse da Secretaria Municipal de Educação; b) Trabalho Docente Individual (TDI) para o Ensino Fundamental: compreende o atendimento e a recuperação dos alunos, reuniões com pais, atividades educacionais e culturais com alunos; c) Trabalho Docente Individual (TDI) para a Educação Infantil: compreende reuniões com pais ou responsáveis, atividades educacionais e culturais de integração com crianças e famílias; planejamento e avaliação das atividades pedagógicas desenvolvidas nos diferentes agrupamentos; d) Trabalho Docente Individual (TDI) para a Educação de Jovens e Adultos: compreende reuniões com pais ou responsáveis, atividades educacionais e culturais de integração com alunos e famílias; planejamento e avaliação das atividades pedagógicas desenvolvidas nos diferentes Termos; e) Trabalho Docente de Preparação de Aulas (TDPA): compreende o trabalho desempenhado em hora e local de livre escolha do docente, destinado à preparação das atividades pedagógicas; f) Trabalho Docente entre Pares (TDEP) compreende as reuniões entre os docentes do mesmo Ciclo/Ano, para planejamento e organização do trabalho pedagógico; g) Trabalho Docente de Formação (TDF) compreende o tempo utilizado pelos docentes para formação em serviço, objetivando à qualificação da ação pedagógica. (CAMPINAS, 2007).

A Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014 (Brasil, 2014), também define a carga horária que deve corresponder a 50 (cinquenta) minutos de trabalho efetivo, quando no exercício das atividades citadas.

O quadro abaixo contribui para melhor compreensão e visualização do cargo, salário, jornada semanal de trabalho e requisitos para cada cargo.

Quadro 6 - Cargos, jornada de trabalho e requisitos exigidos

Cargo / Quadro / Salário	Jornada semanal	Requisitos
Intérprete (Quadro Geral) Nível Médio: Grupo D R\$ 3.104,79	36 horas semanais (cada aula corresponde a 60 minutos) = 36h	Ensino médio completo + proficiência em Libras, promovido pelo MEC ou ensino médio + curso de tradução e interpretação de Libras, com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas
Instrutor Surdo (Quadro Geral) Nível Médio: Grupos D R\$ 3.104,79	36 horas semanais (cada aula corresponde a 60 minutos) = 36h	Ensino médio completo + proficiência em Libras a ser aferida em concurso público
Professor Bilíngue (Quadro do magistério) Nível 1, Grau A, Subgrupo D-B R\$ 4.748,22	32 horas semanais (cada aula corresponde a 50 minutos) = 26h40m	Licenciatura plena em pedagogia ou letras + proficiência em Libras ou curso de licenciatura plena em letras: Libras/língua portuguesa ou curso de licenciatura plena em letras + especialização em Libras

Fonte: LAI - protocolo 1646/2020 - eSIC ³⁷ PMC - Elaborado pela autora

Segundo o quadro, observa-se que o TILS permanece tempo adicional na escola (36 horas por semana em tempo integral, sendo que cada aula dura 60 minutos), como também o instrutor surdo, em relação ao tempo de trabalho do professor bilíngue do quadro do magistério (32 horas semanais não necessariamente presenciais³⁸, sendo que cada aula dura 50 minutos, totalizando 26 horas e 40 minutos por semana). Se consideradas as horas de TDPA, a dedicação presencial é reduzida para 22 horas e 30 minutos³⁹. No entanto, embora

³⁷ LAI - Lei de Acesso à Informação - O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, para atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública.

³⁸ Trabalho Docente de Preparação de Aulas (TDPA) compreende o trabalho desempenhado em hora e local de livre escolha do docente (CAMPINAS, 2007).

³⁹ Lei Nº 12.987 Dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal de Campinas.

1º As Tabelas de Vencimento do Grupo de Docentes correspondem à jornada de 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, ou 32 (trinta e duas) horas semanais, devendo as jornadas diferenciadas serem remuneradas proporcionalmente;

Jornada completa - Distribuição das horas/aulas atividades:

24 Em sala de aula

01 TDI - Trabalho Docente Individual.

02 TDC - Trabalho Docente Coletivo.

05 TDPA - Trabalho desempenhado em hora e local de livre escolha do docente, destinado à preparação de atividades pedagógicas.

o TILS e o instrutor surdo trabalhem praticamente quase 10 horas adicionais em relação às horas trabalhadas pelo professor, recebem salário inferior.

Sobre a atuação dos instrutores surdos na educação pública de Campinas, tem-se que eles foram contratados de forma terceirizada, através da FENEIS, até a criação do cargo no município no ano de 2010, porém, nunca houve candidato aprovado nos processos seletivos da PMC. Embora o cargo exija apenas dois requisitos - ensino médio e proficiência em Libras, os candidatos sempre reprovaram nas provas de língua portuguesa. Dessa forma, o cargo tem sido ocupado por estagiários.

O quadro sete apresenta as remunerações sugeridas pelo SINTRA⁴⁰ e pela FEBRAPILS⁴¹ para a interpretação e tradução da Libras, segundo as especificações do trabalho e da carga horária.

No quadro abaixo é possível verificar valores díspares entre ambas as instituições. Dessa forma, ao se considerar que delas deveriam partir parâmetros norteadores para a definição salarial, tem-se ainda maiores dificuldades em se negociar melhores ganhos, pois, nestas condições, as organizações empregadoras podem ser arbitrárias na definição dos salários.

Quadro 7 - Valores sugeridos pelo SINTRA e FEBRAPILS

Modalidade Consecutiva	Valores sugeridos ⁴²	
	SINTRA ⁴³	FEBRAPILS
Línguas Orais: Inglês, Espanhol, Francês e Italiano	6 horas indivisíveis R\$1.870,00 1 hora R\$ 2.314,00	Não há referência para essa modalidade.
Libras	6 horas indivisíveis	6 horas indivisíveis

⁴⁰ É um órgão que representa os tradutores e intérpretes em todo o território nacional, buscando assim, uma remuneração digna em apoio aos tradutores e intérpretes nas suas questões com os clientes. Para este estudo, utilizamos os valores da região Sudeste, referentes aos serviços prestados em inglês, espanhol, francês e italiano. Outros idiomas, considerados raros, poderão ter um adicional de 30% com relação aos idiomas comuns ou estar sujeitos a outros preços. Tabela completa disponível no site: <https://www.sintra.org.br/o-sintra/>

⁴¹ Tabela de referência para pagamento de honorários na contratação de tradutores, intérpretes e guias intérpretes de língua brasileira de sinais - Libras. O valor hora é calculado pela hora total (60 minutos), portanto, não é recomendado o pagamento de hora fracionada. Tabela completa disponível no site: <http://febrapils.org.br/valoresdereferencia/>

⁴² Valores individuais. Para conferências de até 1 hora de duração é possível contratar apenas um profissional, acima disso, recomenda-se dois ou mais profissionais para ter um revezamento adequado. No caso do intérprete educacional os valores são de 20 horas semanais em regime CLT.

⁴³ Sindicato Nacional dos Tradutores.

	R\$ 1.161,60 1 hora R\$ 1.452,00	R\$ 720,00 1 hora R\$ 120,00
Intérprete Educativo Libras / Língua Portuguesa	Não há referência para essa modalidade	20hs Semanais ⁴⁴ Regime CLT R\$ 1.680,00 - EBT ⁴⁵ R\$ 2.160,00 - ES ⁴⁶ R\$ 2.800,00 - EMD ⁴⁷ Até 1 hora R\$ 120,00

Fonte: Elaborado pela autora

Compete ao TILS o posicionamento crítico sobre as condições de precarização do seu trabalho, a filiação às entidades representativas da classe e, como cidadão, tomar seu lugar de voz e participação na sociedade em busca da superação da subserviência no cumprimento de suas obrigações.

Para mim, a doença surgiu como um apelo por salvamento; a depressão, a síndrome do pânico, e tantas outras feridas psíquicas decorrentes das condições precárias de trabalho enfrentadas cotidianamente. Todavia, é difícil relacionar minhas angústias a elas. Subserviente, recorri ao afastamento médico e permaneço sem atuar na minha função de TILS até que me sinta restabelecida. A doença é, portanto, a libertação que afasta do jogo um sujeito que não pode competir, moralmente, com as suas regras.

Quadro 8 - Números de TILS / Professores bilíngues x alunos surdos e ouvintes matriculados em salas de aulas inclusivas das escolas da PMC

Escola / Qtde de Profissionais	Ano escolar	Nº de alunos / Qtde alunos surdos
EMEF Júlio de Mesquita Filho 11 Professores Bilíngues 06 Intérprete de Libras	6º Ano A 7º Ano A 8º Ano A 9º Ano A	26 (6 surdos) 23 (5 surdos) 21 (2 surdos) 23 (4 surdos)

⁴⁴ Legenda da tabela: 20hs Semanais em Regime CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

R\$ 1.680,00 - EBT (R\$ 16,80 por hora)

R\$ 2.160,00 - ES (R\$ 21,60 por hora)

R\$ 2.800,00 - EMD (R\$ 28,00 por hora)

⁴⁵ EBT - Educação Básica e Técnica/ Tecnológica

⁴⁶ ES - Educação Superior

⁴⁷ EMD - Especialização, Mestrado e Doutorado

CEMEFEJA Prof. Paulo Freire (vespertino) / CEMEFEJA Prof. Sérgio Rossini (Noturno) 01 Professores Bilíngue 05 Intérprete de Libras	1º Termo A (Vespertino)	11 (2 surdos)
	2º Termo B (Vespertino)	13 (1 surdos)
	4º Termo B (Vespertino)	32 (1 surdos)
	Multiciclo I e II A (Vespertino)	08 (4 surdos)
	1º Termo A (Noturno)	31 (2 surdos)
	2º Termo B (Noturno)	28 (1 surdo)

Fonte: LAI - protocolo nº 1634/2020 - eSIC PMC. Elaborado pela autora

O quadro demonstra o número de profissionais bilíngues que trabalham com os alunos surdos inseridos em salas inclusivas junto dos alunos ouvintes. Os termos nas escolas da CEMEFÉJA são semestrais e em razão da pandemia⁴⁸ não houve matrículas no segundo semestre.

Diante da recomendação das associações representativas no que se refere a um revezamento adequado, a quantidade de profissionais TILS em atividade é insuficiente, principalmente na CEMEFÉJA, que apesar da diversidade de alunos surdos com diferentes níveis de aprendizagem conta com apenas um professor bilíngue.

É importante levar em conta que cada aluno surdo possui singularidade na forma de ver e compreender o mundo e, portanto, o processo de formação educacional deveria considerar esse aspecto. Entretanto, o TILS, o mediador no processo de formação do aluno surdo, atua, normalmente, durante horas de trabalho sem pausa e sem contar com um parceiro para revezamento.

As condições de trabalho do TILS são precárias tanto nos salários, quanto nas condições cotidianas propriamente ditas, e impactam diretamente na formação do estudante surdo.

Segundo Lacerda (2015), o intérprete deve estar apto a ensinar sinais específicos e a colaborar com a construção de conceitos para que os alunos surdos tenham condições de acompanhar os conteúdos trabalhados, pois nem sempre o conhecimento de sinais trazido pelo aluno é suficiente para garantir seu aprendizado. Além disso, nem sempre o TILS conhece o sinal equivalente ao

⁴⁸ Como a COVID-19 é uma doença causada por um vírus de introdução recente no Brasil com alta transmissibilidade, para o qual a população ainda não apresenta imunidade e até o momento não há vacina disponível, a adoção das medidas de prevenção por toda sociedade são fundamentais para evitar a ocorrência de um número expressivo de casos que poderia provocar um colapso no sistema de saúde aumentando o risco de perda de vidas, bem como prejuízo econômico. Medidas para prevenir a transmissão do novo coronavírus nos serviços da Prefeitura Municipal de Campinas com administração direta e indireta. (CAMPINAS, 2020).

conceito. De fato, glossários em Libras, voltados a cada campo disciplinar, é ainda uma novidade, e apenas recentemente têm sido adotados por pesquisadores surdos que trabalham com colegas ouvintes, como ocorre, por exemplo, na UFSC e em tantas outras instituições.

A presença do TILS em sala de aula não está restrita ao ato interpretativo. É imprescindível que a língua de sinais transite em todo ambiente escolar, possibilitando a construção de conhecimento pelo aluno surdo e o envolvimento dos demais personagens. Assim, a inclusão será mais abrangente.

Azevedo (2018), ao discorrer sobre pontos que demonstram a precarização das condições de trabalho do TILS e o impacto na qualidade dos trabalhos, confirma a exposição anterior:

[...] As longas jornadas de trabalho, a ausência de revezamento, o mobiliário incompatível e a intensa atividade mental e de atenção prolongada são fatores a que esses profissionais estão frequentemente expostos e que se não considerados e ponderados por seus empregadores e pelos próprios TILS podem comprometer seriamente a qualidade do trabalho produzido, os resultados esperados e a saúde dos mesmos. (AZEVEDO, 2018, p.27).

Conforme vivenciado por mim e relatado por dois dos entrevistados, são bastante contundentes as difíceis condições de trabalho e o consequente adoecimento do TILS⁴⁹. Há estudos que corroboram a fala e a experiência dos profissionais, no entanto, ainda são ineficazes os parâmetros regulatórios que orientam as obrigações das instituições no que se refere às melhores estruturas materiais e melhores salários.

⁴⁹ **Qualidade de vida do profissional intérprete de língua de sinais**

Esses profissionais interpretam conteúdos específicos de disciplinas específicas, os quais exigem uma concentração maior de atenção e escuta podendo levá-los a desgastes mentais e físicos.

Distúrb. Comum. São Paulo, v. 29, n. 3, p. 462-469, set./2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2724.2017v29i3p462-469> Acesso: 19/12/2020.

Saúde Ocupacional e Ergonomia na atuação do Tradutor Intérprete de Libras

A pesquisa revelou que a maioria dos sujeitos atua em condições insatisfatórias, com ausência de revezamento, ausência de pausas, mobiliário impróprio e jornada de trabalho exaustiva. A consequência de tais ocorrências tem impactado negativamente na saúde dos TILS.

AZEVEDO, Lícia Maria Cardoso. **Universidade Federal de Santa Catarina-Curso de Graduação em Letras Libras – Bacharelado**. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188765/Mono%20Lis.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 19/12/2020.

Enquanto perdurar a ineficácia dos instrumentos regulatórios, a realidade do profissional seguirá árdua, e a qualidade nos serviços prestados, tão essencial à comunicação e aprendizado do aluno surdo, estará sempre sujeita a não eficácia.

4.8 O trabalho do TILS com base em Neiva de Aquino Albres⁵⁰

Da postura assumida pelo intérprete decorrem impactos positivos ou negativos no processo de ensino e aprendizagem. “Os intérpretes se envolvem, sentem-se responsáveis pela aprendizagem do aluno surdo e se colocam como agentes motivados e envolvidos emocionalmente” (ALBRES, 2019, p. 34). Dessa maneira, compete ao TILS o evidenciar da essência do discurso, considerando não apenas os aspectos educacionais, mas também o repertório linguístico apresentado pelo aluno surdo.

Toda interação entre intérprete, professor e alunos surdos vai além da passagem de uma língua para outra. Então, o intérprete também atua entre seu próprio discurso e o discurso do outro e não apenas entre as línguas. O modo como se expressa em Libras e em português no processo de negociação de significados é fundamental para os processos de construção de conceitos dos alunos surdos e do conhecimento sobre os surdos por parte dos ouvintes. (ALBRES, 2015, p. 88).

Desse modo, o ofício não se limita ao trabalho intralingual (duas línguas) e intermodal (duas modalidades - oral/gestual), mas se estende ao atendimento de outras demandas, para além da inclusão.

Albres (2015) menciona a importância da formação em nível superior, uma vez que a atuação do TILS em sala de aula não é restrita à interpretação das línguas envolvidas. O profissional também atua no preparo de materiais didáticos para apoiar a compreensão da aula pelos alunos, o que requer conhecimentos mais elaborados em relação ao que foi aprendido na formação em nível médio.

Contudo, a formação em nível superior poderá não ser suficiente perante a complexidade das nuances do perfil profissional e das peculiaridades de atuação.

⁵⁰ Graduação em fonoaudiologia pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB; Graduação em normal superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; Especialização em psicopedagogia pela Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal - UNIDERP; Mestrado em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS; Doutorado em educação especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - Pós-Doutorado.

Segundo Albres (2015) "o intérprete educacional seria um especialista do campo maior da tradução/interpretação de Libras/Língua Portuguesa". (ALBRES, 2015, p. 46). Com isso, tem-se que a educação continuada e a formação especializada constituem-se como fundamentais à atuação do TILS no ambiente educacional.

Albres (2015) e Lacerda (2017) enfatizam que o exercício da função de TILS deve ser baseado em sólida formação na área de tradução e interpretação, por exemplo, bacharelado em Letras-Libras, em conhecimento dos conteúdos a serem trabalhados nas diversas disciplinas, e em participação com o professor de atividades didáticas e presenciais realizadas fora do ambiente escolar (visitas a museus, zoológicos, jardim botânico, dentre outros espaços).

Assim, a formação do intérprete educacional não pode ser apenas na língua a ser traduzida, ou seja, uma formação que confira proficiência em língua de sinais e em português, nem mesmo apenas de pedagogia ou licenciatura visto que sua atuação será na educação, assim como não pode ser apenas uma formação no campo da Letras/Tradução sem aprofundar nas questões específicas do espaço em que pretende atuar. É necessário refletir sobre uma formação teórico-prática, sobre as línguas, sobre aspectos linguísticos/culturais, sobre aspectos educacionais – educação inclusiva, educação bilíngue, aspectos pedagógicos específicos à aprendizagem mediada por uma língua de sinais e político a que estão circunscritas as atuações dos intérpretes educacionais. (ALBRES, 2015, p. 93).

A formação do TILS para a atuação em ambiente educacional com estudantes surdos deve ser abrangente no sentido de atender às especificidades desses alunos, como afirma Lacerda (2015) ao recomendar que a formação supere as barreiras do conhecimento das línguas, sendo plural e interdisciplinar, favorecendo um trânsito na polissemia das línguas, nas esferas de significação e nas possibilidades de atuação do profissional, o que facilitaria o aprendizado do aluno surdo.

Cursos com projeção nacional, por exemplo, a UFSC, formam bacharéis em tradução e interpretação, cabendo ao profissional buscar pela sua especialização ou erudição no campo em que se fará tradutor ou intérprete, o que não acontece com o TILS, uma vez que poderá exercer a tradução sem o devido conhecimento no campo disciplinar, como se a Libras fosse o espelho do português em modalidade gestual.

Rangel, uma autora surda, alerta sobre a importância da observação das peculiaridades do aluno surdo:

[...] Nós não escrevemos utilizando a estrutura da língua portuguesa, porque não recebemos a escuta fonética, não conseguimos elucidar facilmente o significado das palavras. Por exemplo: se fazemos alguma apresentação de trabalho, os colegas ouvintes e o professor, infelizmente, podem não entender nosso trabalho devido a problemas com a tradução, **pois não há uma tradução fiel para o português**. Dessa forma, parece que nós perdemos o nosso valor, porque ninguém pergunta e não conseguimos provocar discussões. (RANGEL, 2018, p.146, grifo meu).

Rangel também aborda sobre como o aluno surdo é percebido e nomeado e sobre como se dá a construção de sentido sobre ele; os atos do tradutor devem ser influenciados por estes aspectos.

Esse novo profissional, intérprete educacional e o aluno surdo surgem na escola, pela perspectiva da inclusão e desestabilizam o *habitus* já formado no espaço escolar. As ações dos outros profissionais, professores e alunos são redefinidas dentro da escola em função da posição ocupada pelo aluno surdo e pelo **intérprete educacional como mediador e coparticipe do processo de ensino-aprendizagem**. (ALBRES, 2015, p.61, grifo meu).

O TILS em sala de aula tem uma função que difere do papel do professor regente, porém, mesmo assim, acaba desempenhando ações pedagógicas. Nesse sentido, a falta de clareza sobre o que de fato vem a ser a mediação entre surdos e ouvintes em salas de aulas, coloca o intérprete à deriva e ao risco de escolhas equivocadas.

Dessa forma, a ambiguidade no ambiente de trabalho, a formação limitada do TILS e a falta de um posicionamento crítico enquanto militante de uma luta por uma política inclusiva poderão induzir o profissional a uma sobrecarga de atividades em salas de aulas e a uma mediação não construtiva para o estudante surdo.

Com isso, tem-se a necessidade de maior clareza sobre o papel dos TILS em sala de aula, concomitante com a função do professor regente.

5. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO: DIFERENÇAS E COMPETÊNCIAS EXIGIDAS

Conforme Pereira (2015), os surdos necessitam de conhecimento de mundo para construir sentidos e contextualizar o texto escrito. A mediação com a Libras, por meio do papel do TILS, é uma das formas possíveis, mas não a ideal, de a criança ter acesso ao mundo da leitura e da escrita. O ideal seria que todo estudante surdo fosse alfabetizado por um professor bilíngue com formação em uma segunda língua (o português).

O desafio do TILS é grande, em especial quando o estudante surdo não está inscrito na língua portuguesa ou em Libras, geralmente se comunicando por meio de gestos e mímicas.

Normalmente, o aluno surdo não consegue compreender o conteúdo didático da lousa⁵¹, mesmo que tenha linda grafia e seja ótimo copista.

Esses alunos, infelizmente, são analfabetos funcionais, não dão significado ao que copiam ou simplesmente repetem os sinais do TILS, por exemplo, quando se pergunta ao aluno surdo: - qual o seu nome? Ele responde: - qual o seu nome?.

Ao considerar as especificidades linguísticas e cognitivas do aluno surdo não se pode minimizar a importância de se valer da pedagogia visual⁵²:

[...] destacamos que se faz importante a formação do intérprete educacional sobre as esferas de atividade escolar. Sobre os gêneros discursivos e os papéis de seus interlocutores, como também sobre os conteúdos a serem trabalhados nas diferentes disciplinas escolares e conhecimento das práticas pedagógicas, como também

⁵¹ Essa realidade se mantém a mesma desde o século XVIII. Cantin e Cantin (2017) apresentam a biografia de vários educadores surdos, dentre eles, Louise Walser (1879-1920) relata uma situação em que, como monitora de um grupo de estudantes surdas, ao substituir a professora regente por estar adoentada, notou que as alunas copiavam e liam, com certa dificuldade natural, o que estava escrito no quadro negro. Quando Louise lhes fazia perguntas sobre o texto, as estudantes tendiam a dar respostas automatizadas sem qualquer ligação com o conteúdo expresso no quadro negro. (CANTIN, Y, CANTIN, 2017, p. 297-302).

⁵² Este tema tem sido objeto de alguns estudos, a exemplo de Campello (2008). Para essa autora, pedagogia visual diz respeito ao uso do signo visual como “maior aliado no processo de ensinar e aprender” (CAMPELLO, 2008, p. 10). Entretanto, a exemplo de termos como letramento visual (LEBEDEFF, 2010), ou pedagogia surda (PERLIN, 2006; CAMPELLO, 2008), o primeiro termo parece perder sua especificidade teórico-conceitual para acompanhar o segundo, mais como uma marcação retórica que, propriamente, conceitual.

da pedagogia visual inerente ao desenvolvimento do aluno surdo no cotidiano escolar. (ALBRES, 2015, p. 46).

Apenas com o reconhecimento da Libras como língua é que os surdos passaram a ter garantias legais de acesso a ela enquanto um direito linguístico. Diante disso, conseqüentemente, as instituições se viram convocadas a garantir a acessibilidade por meio do profissional intérprete da língua de sinais, um direito, muitas das vezes, conseguido via ação no Ministério Público contra o Estado.

5.1 Tipos de tradução/e ou interpretação

A tipologia de tradução/interpretação de línguas orais envolve várias modalidades, sendo que cada uma é definida segundo a área, a finalidade de uso, o público alvo, etc. Embora nem todos os tipos sejam aplicáveis às línguas de sinais, alguns podem ser usados na comunicação para surdos.

A seguir, são apresentados os principais tipos de tradução/interpretação de línguas orais:

A tradução sussurrada, segundo Perez (2010), é também conhecida como *Whispering* e consiste na proximidade do intérprete com o ouvinte para a tradução do discurso original em voz baixa. Não se aplica aos surdos.

A tradução em cadeia, na concepção de Noriega (2016), é todo o procedimento (uma longa cadeia) que vai desde o início de uma produção até sua exibição final. Para exemplificar pode-se usar a *dublagem* para a qual o estúdio recebe uma produção e a partir daí inicia-se a adaptação *das falas presentes* em um produto audiovisual (filme, desenho, documentário etc.) com o propósito de criar um texto para os *dubladores interpretar* com fluidez e naturalidade. Não se aplica aos surdos, mesmo os oralizados, dado que a leitura labial que, em geral, se conhece, se aplica à língua portuguesa.

A tradução audiovisual, de acordo com Dodo (2014), consiste na tradução de qualquer material de áudio, visual ou audiovisual para facilitar a distribuição dele em um mercado diferente. A título de exemplo *pode-se usar também a dublagem*, ou ainda a *legendagem*, localização e acessibilidade da mídia. Esta modalidade atende aos surdos letrados, caso haja legendas em português. Se houver também janela em Libras, com legenda em português, torna-se acessível aos dois grupos de surdos: letrados ou não em português.

A tradução juramentada, conforme publicação no UPTIME (2016), é uma tradução de fé pública, ou seja, a tradução de documentos por um profissional reconhecido e credenciado pela Junta Comercial do Estado onde reside.

Em relação à situação específica - Libras-língua portuguesa há as seguintes modalidades:

A tradução educacional, específica no campo da educação de surdos, segundo Carmozine e Noronha (2012), é a mediação realizada na comunicação de alunos surdos usuários de Libras com o público ouvinte, envolvendo professor, alunos e demais membros da comunidade escolar. Envolve a tradução e a interpretação da língua oral (idioma português) para língua de sinais (Libras) e vice-versa. No ambiente educacional, a tradução é proposta de forma a permitir ao aluno surdo uma compreensão do processo de ensino e uma interação social com o coletivo, aspectos fundamentais na aprendizagem dos alunos, surdos e ouvintes. Espera-se, com isso, colocar o aluno surdo num nível de igualdade no ambiente escolar, tornando-o agente participativo no próprio processo de transformação e desenvolvimento pessoal. Dessa forma, pode-se afirmar que a tradução educacional é um tipo bastante específico se comparado com outras modalidades de tradução de línguas orais.

A tradução em congressos e convenções internacionais, também segundo Carmozine e Noronha (2012), consiste na atuação do intérprete de Libras visando à inserção social da pessoa surda.

No ato interpretativo pode-se fazer uso de diversos tipos de tradução, entre eles:

A tradução simultânea que, segundo Lacerda (2015), consiste num tipo de tradução que se ampara em um processo anterior à sua execução e não somente no momento em que está sendo realizado. Isso acontece porque é necessário entender primeiro o que o palestrante está dizendo em sua fala e internalizar o significado e só depois transferir para o português o que foi dito.

A tradução consecutiva, também segundo Lacerda (2015), acontece onde há um espaço maior de tempo entre o que foi dito na língua fonte e o que será traduzido na língua alvo. Esse modelo é muito comum em diferentes espaços formais e informais de interação bilíngue, como nos casos de busca de esclarecimentos, informações, solicitações, ligações telefônicas, consultas médicas, etc.

A tradução intralingual, segundo Oustionoff (2018), é bastante comum quando se depara com uma situação na língua nativa, quando se usa alguma expressão ou palavra que não é compreendida por aquele que está sendo traduzido ou realizando a tradução. Como exemplo tem-se o caso de uma mãe - surda ou não - explicando o significado de uma palavra ou expressão que não faz parte do seu cotidiano para o filho; ou de um advogado que simplifica o uso dos termos de um processo para melhor compreensão do seu cliente sem o uso da linguagem jurídica desconhecida pelo destinatário. Dito de outro modo, se refere a possibilidade de tradução que acontece dentro da própria língua compartilhada pelos interlocutores.

5.2 Competências essenciais do TILS

A tipologia apresentada demonstra que a tradução e a interpretação estão interligadas, portanto, cabe ao TILS, a formação em nível superior e o aperfeiçoamento contínuo na sua área de atuação, pois a execução com maestria do seu trabalho depende da combinação dinâmica de diferentes competências essenciais, conforme corroborações de Lacerda (2015) em relação às sugestões de Quadros (2004):

Competência linguística: habilidade de compreender diferentes discursos nas línguas envolvidas, no caso Libras-português, observando o contexto sociocultural em que a tradução se realiza.

Competência para transferência: habilidade em transferir uma linguagem produzida na língua fonte para a linguagem da língua alvo.

Competência de área: conhecimento do campo disciplinar e em que será realizada a interpretação.

Competência bicultural: profundo conhecimento das culturas e como elas se expressam nas línguas envolvidas no ato tradutório. Essa competência é bastante acionada quando há presença de piadas ou expressões da língua onde a percepção do sujeito estrutura toda a leitura de mundo e compreensão do sujeito.

Competência técnica: uso de estratégias tradutórias ou ferramentas para a execução de uma interpretação.

As competências apontadas para o TILS no exercício da sua profissão evidenciam um descompasso entre a teoria e a prática. Embora sejam propostos perfis com formação em nível superior e educação continuada, sabe-se que no

mundo real a realidade é, em grande parte, bem distante disso. Tanto órgãos certificadores como as instituições empregadoras apontam a formação em nível médio como a formação básica essencial ao TILS.

Albres (2015) elenca alguns saberes pertinentes à atuação em sala de aula inclusiva:

- **Saber linguístico** consiste não apenas na proficiência de duas línguas (Libras/Português), mas de um saber específico sobre o processo de interpretação, usando de estratégias para esse fim;
- **Saber discursivo** consiste do domínio dos modos de enunciar dos diferentes interlocutores a depender do papel que desenvolvem em espaço de sala de aula, em atividades de ensino-aprendizagem. Além do saber da esfera interativa em sala de aula, precisam saber, por exemplo, como conduzir orientações e explicações em Libras;
- **Saber disciplinar** (conhecimento do componente curricular do nível a ser interpretado) consiste do conhecimento terminológico-conceitual das áreas do conhecimento a interpretar;
- **Saber pedagógico** consiste do conhecimento das necessidades educativas dos alunos surdos, da condução de uma pedagogia visual, das características do português como segunda língua, atuando como apoio do professor regente da classe comum. (ALBRES, 2015, p. 94-95, grifo meu).

Diante do que propõe Albres (2015), os saberes discursivo, disciplinar e pedagógico consistem num mapeamento básico de competências necessárias ao TILS na mediação da comunicação com alunos surdos. Com isso, é preciso que se estabeleça um diálogo entre as partes formadoras e as partes empregadoras, de forma a discutir reflexiva e criticamente sobre a formação de perfis profissionais alinhados às demandas dos processos de inclusão nas escolas, ao mesmo tempo em que contemplem a mediação da comunicação com estudantes surdos.

5.3 Diferenças operacionais entre a tradução e a interpretação

O quadro abaixo apresenta a diversidade de funções e a complexidade do ofício do TILS. Como se vê, grandes esforços cognitivos e linguísticos são exigidos do profissional.

Quadro 9 - Diferenças operacionais entre traduzir e interpretar

Tradutor	Intérprete
Converte um texto escrito em outro texto escrito.	Parte de uma comunicação oral/sinalizada para outra comunicação oral/sinalizada.
Domina as línguas envolvidas e o assunto alvo em seu trabalho.	Domina as línguas envolvidas e o assunto alvo em seu trabalho e domina as expressões de ambos os idiomas.
Consegue refletir sobre seu trabalho, buscando inúmeros recursos para dirimir suas dúvidas. Pode interromper, retomar, consultar livros, fontes de informação, pessoas, diferentes versões da mesma obra, revisar e alterar o texto em qualquer momento até obter uma versão que o satisfaça.	Deveria ter acesso prévio ao tema a ser tratado, ao vocabulário específico e a suas expressões, pois durante a tradução simultânea não há tempo para consultas ou reflexões. As escolhas linguísticas precisam ser rápidas e por isso a bagagem cultural do intérprete precisa ser ampla.
Em média espera-se que um tradutor traduza cerca de 50 linhas a cada duas horas.	Um discurso cujo texto transcrito tenha as mesmas 50 linhas será interpretado em cerca de 8 (oito) minutos.
Pode rever sua tradução e contar com auxílio de um revisor.	Não há possibilidade de revisão, seu trabalho é sempre a “versão final”.
O texto traduzido, após impresso, permite julgamento e avaliações posteriores.	Quando algum sentido foi perdido ou passado erroneamente, poderá o intérprete corrigi-lo dentro do próprio fluxo de trabalho se tiver percebido seu equívoco. Entretanto nem sempre é possível, pois o orador traduzido segue com seu discurso. Nesse caso, o intérprete deveria solicitar àquele que interpreta que retorne ao ponto onde teve dúvida se, de fato, fez corretamente a interpretação.
Trabalha de maneira mais isolada, passa horas pesquisando diante do computador, livros e variadas fontes de pesquisa. Eventualmente dialoga com outros profissionais da área.	Deveriam trabalhar em equipe, revezando-se de tempos em tempos - em geral a cada 20 ou 30 minutos (conforme recomenda a Febrapils) - mantêm uma interação maior com o conferencista e público-alvo, ajustando sua atuação de um modo mais eficaz.
O resultado de seu trabalho é sentido no longo prazo, na medida em que as pessoas vão tendo acesso ao texto escrito e são feitos comentários.	O resultado de seu trabalho é sentido imediatamente pela reação da plateia, pelos debates e perguntas que em geral se seguem às conferências, aulas ou sessões variadas, por exemplo em áreas médicas, jurídicas, etc.
O texto original de partida está sempre à disposição para análise e conferência do conteúdo. Assim, o tradutor pode, infinitas vezes, consultá-lo se necessário.	Sem o texto à disposição, precisa manter-se concentrado a todo o momento para realizar a tarefa de ouvir, compreender e reexpressar quase ao mesmo tempo o que está sendo dito ou sinalizado.

Nota: Elaborado pela autora com base em Lacerda (2015), p. 249-250

Lacerda (2015, p. 254) aponta alguns passos a serem seguidos na execução da interpretação “ouvir o enunciado que traz significação e compreendê-lo, abandonar as palavras da língua de origem e buscar a representação mental dos sentidos, e produzir um novo enunciado na língua alvo que expresse o sentido original”.

Traduzir e interpretar a língua de sinais coloca para o TILS a responsabilidade de fazer de cada trabalho uma tradução única, envolvendo, simultaneamente, o uso aguçado da maioria dos sentidos humanos.

6. O QUE O TILS TEM A DIZER

Este capítulo foi elaborado a partir das respostas dos profissionais entrevistados. As respostas são apresentadas segundo uma categorização que permite individualizar os sujeitos, sem, no entanto, especificá-los, e destacar os dados relevantes para a pesquisa.

Abaixo segue o roteiro de perguntas aplicado aos entrevistados, bem como as perguntas adicionadas a este roteiro após o início da análise dos dados, questões 21 a 23 devido à necessidade de se complementar as informações.

Quadro 10 - Roteiro de perguntas

1. Nome completo: PSEUDÔNIMO: (Opcional)
2. Idade
3. Formação Acadêmica Específica.
4. Como conheceu libras? Quanto tempo demorou para chegar a fluência?
5. Há quanto tempo atua como intérprete?
6. Caso não trabalhe mais como intérprete, quanto tempo atuou? Qual sua profissão atual?
7. Qual sua jornada de trabalho como intérprete (Horas semanais)? Quais suas funções além de interpretar e mediar a comunicação entre Surdos x ouvintes?
8. Qual formação é exigida para atuar como intérprete em seu Município ou Estado?
9. Você considera o salário compatível ao cargo exercido? Em que nível seu cargo é classificado (A-B-C-D-E)?
10. Quanto ao cargo que você exerce, há algum incentivo à Qualificação ou Progressão por mérito profissional?
11. Você já deu oficinas/Aulas de libras na escola na ausência do Instrutor surdo? Teve remuneração compatível ao do professor regente? Como era feito o planejamento das aulas?
12. Em sua escola há presença de instrutor de libras? Esse profissional é surdo ou ouvinte?
13. Em sua escola há aula de libras para todos os alunos? É considerada uma disciplina curricular obrigatória?
14. O professor(a) regente está ciente que a sua função não é ensinar e sim mediar a comunicação entre surdos(a) e ouvintes?
15. Em relação aos conteúdos, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo estudante surdo? E pelo intérprete?
16. Você tem acesso prévio aos conteúdos que serão trabalhados, dentro e fora da sala de aula? Há um estudo prévio para facilitar sua atuação?

17. Você reveza as interpretações com outro intérprete? Há parceria entre o grupo de intérpretes? Qual estratégia você usa quando não sabe determinado sinal?
18. Frente aos desafios e demandas da sala de aula, em sua opinião quem educa o estudante surdo?
19. Pode o intérprete traduzir e/ ou interpretar o que não sabe? Como criar uma proposta para termos intérpretes especialistas por disciplina?
20. A quem caberia criar uma diretriz sobre a formação inicial e continuada para os TILS?
21. Que fator os levou à comunidade surda? Como adquiriram a fluência?
22. Já se sentiu desmotivado com seu trabalho? Por exemplo, por remuneração baixa, por ter realizado trabalho assistencial e não ter sido reconhecido? Ou por não ser remunerado? Enfim, fique à vontade para escrever e detalhar.
23. Já precisou se afastar enquanto TILS por lesões de esforços repetitivos ou por desgaste mental (estresse, ansiedade ou depressão)?

6.1 Apresentação dos resultados

Quadro 11 - Perfis dos sujeitos da pesquisa

Descrição dos perfis dos sujeitos	
Sujeito 1	Dados pessoais: mulher, 41 anos, CODA ⁵³ Exigência mínima: ensino médio com Prolibras Atuação Educacional: Não se aplica Formação: Bacharelado Letras Libras da UFSC (Polo Unicamp) - 2012 Experiência como TILS: 14 anos (Profissionalmente)
Sujeito 2	Dados pessoais: mulher, 43 anos Exigência mínima: ensino médio com Prolibras ou outras documentações probatórias Atuação Educacional: 40 Horas semanais Formação: Bacharelado Letras Libras da UFSC (Polo Unicamp) - 2012 Pós-graduada (lato sensu): Docência no Ensino Superior pela FMU - 2015 Experiência como TILS: 24 anos
Sujeito 3	Dados pessoais: homem, 47 anos Exigência mínima: ensino médio Atuação Educacional: 40 Horas semanais Formação: Licenciatura Letras Libras da UFSC Experiência como TILS: 30 anos

Nota: compilação dos dados obtidos

⁵³ CODA - *Chidren of Deaf Adults* / Filhos ouvintes de pais surdos

Quadro 12 - Desafios encontrados pelo TILS

Desafios encontrados	
Sujeito 1	Não mencionado posto que não atua na escola, mas em uma Central de Intérpretes, exercendo ali função administrativa.
Sujeito 2	A grande maioria dos colegas não tem salários compatíveis com os cargos exercidos. A escola não possui instrutor de Libras. [lembrar que em vários municípios não há cargo de professor surdo para o ensino de Libras; nesses casos, nos editais, aparece “instrutor surdo”] O TILS não possui acesso prévio aos conteúdos que serão trabalhados, dentro e fora da sala de aula, somente na hora das aulas. Nunca houve revezamento com outro intérprete ou parceria entre grupos de intérpretes, independentemente do tempo de atuação (às vezes horas diárias sem revezamento). Na escola não há aula de Libras para todos os alunos e a disciplina não é obrigatória.
Sujeito 3	O intérprete dificilmente recebe os conteúdos de forma antecipada, para se preparar e fazer uma boa interpretação. Em 50% dos casos se recebe o material antecipado, mas nem todos têm essa consciência de que as aulas serão interpretadas e que os profissionais precisam saber de antemão o conteúdo. Desde muito tempo, o intérprete sempre foi “polivalente”, ou seja, atuava em áreas que ele não tem o menor domínio de conhecimento. Isso está diminuindo nos dias de hoje, com o aumento na quantidade de intérpretes, mas ainda acontece e muito, devido à escassez de cursos iniciais ou capacitação continuada nos campos disciplinares que constam no currículo. Os surdos estão ficando mais exigentes também, não aceitando profissionais que não dominam aquela área específica. Então aos poucos estes profissionais estão se conscientizando que não dá para atuar em tudo, mas que precisam se especializar em uma determinada área.

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 13 - Estratégias para a eficaz promoção do trabalho e parcerias entre profissionais

Estratégias para a promoção dos trabalhos e parcerias entre profissionais	
Sujeito 1	Importante ter conhecimento de mundo, estando atualizado dos fatos políticos, sociais, religiosos, educacionais que estão ocorrendo no momento histórico em que se situam e se constituem como sujeitos de cultura. O TILS deve participar do processo de educação do aluno surdo junto com o professor. Por se tratar de TILS educacional e ter acesso a todo conteúdo previamente, há possibilidade de estudo, criação de material de apoio em Libras, aplicação com os alunos e promover condições que favoreçam a participação de todos.
Sujeito 2	Os planejamentos das aulas são atribuições do professor regente, o TILS não tem acesso ao conteúdo. Na melhor das hipóteses, é a boa parceria do intérprete junto ao professor regente que educa o estudante surdo, um ou outro sozinho não conseguirá fazer. Estudantes surdos e intérpretes apresentam maiores dificuldades na compreensão de conteúdos mais complexos e/ou abstratos ou assuntos que não geram tantos interesses pessoais. Sobre o intérprete traduzir e/ ou interpretar o que não sabe e como criar uma proposta para termos intérpretes especialistas por disciplina, considero: se o intérprete não sabe, interpretará algo errado. Também acho essa proposta bastante utópica para educação básica na atualidade da educação brasileira, todavia o TILS educacional precisa dominar os conteúdos básicos do currículo nacional.

	Formação continuada nas diferentes disciplinas ajudariam bastante.
Sujeito 3	Uma aula, mesmo quando conta com o intérprete de Libras, não é uma aula adaptada, só a interpretação não garante acessibilidade. Por serem alunos de graduação, existem as disciplinas de Libras que fazem parte do currículo obrigatório. Existem horários semanais que são destinados a preparação, para se estudar os materiais e conteúdo que chegam antecipadamente. Trabalho com um intérprete de apoio, com revezamento a cada 20 minutos, Existe uma parceria, onde quando não se sabe determinado sinal, o intérprete de apoio passa, ou quando ele também não sabe, faz uma procura rápida na internet ou solicita a outros intérpretes via mensagem em grupo.

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 14 - Educação continuada: responsabilidade pelas propostas de programas de formação

Formação continuada	
Sujeito 1	Compete às associações representativas, federação das associações, instituições educacionais e comunidade surda a criação de diretrizes sobre a formação inicial e continuada para o TILS.
Sujeito 2	Os movimentos acadêmicos e políticos da própria categoria, como as associações e Federação em conjunto com profissionais da academia dentro de um processo democrático e público de validações curriculares poderiam buscar a criação de diretrizes sobre a formação inicial e continuada para o TILS.
Sujeito 3	Isso já está inserido no Decreto 5.626 (Brasil, 2005) onde diz que as Instituições Federais devem reservar parte do orçamento para a formação continuada do intérprete. Onde lemos, "Instituições Federais", trata-se das Universidades Federais, que já trabalham com cursos de Letras Libras e possuem o conhecimento e experiência necessária para dar esse tipo de formação, então, não há o que discutir sobre "de quem é esse papel", pois já está estabelecido, apenas não é cumprido.

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 15 - Fluência em Libras e experiência profissional

Período de aquisição da Libras e experiência na área		
Entrevistados	Fluência	Tempo de atuação
Sujeito 1	CODA	14 anos
Sujeito 2	Em 1995, num intercâmbio entre igrejas batistas, tive contato com pessoas surdas. Na ocasião, iniciou-se um trabalho de acessibilidade na igreja e nunca mais deixei de ter contato com surdos. A fluência veio da intensa imersão linguística e cultural, desde 1995. Em 1996, comecei a fazer cursos livres e formais de Libras, mas foi a convivência, a vivência, a amizade e as parcerias de vida, que me propiciaram a fluência.	25 anos

Sujeito 3	Ao cursar o ensino médio tive contato com a irmã de um surdo. Em 1 ano obtive a fluência. No meu caso, eu tive interesse pela língua, e como na época (1990) não havia cursos de Libras, o único jeito de aprender era estando junto com os surdos, convivendo, tudo ali na prática, com erros e acertos, conversando, dialogando e compartilhando o que aprendia com outros ouvintes também (lembrando que as comunidades surdas são compostas de surdos e ouvintes).	30 anos
-----------	--	---------

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 16 - Desmotivação relacionada ao trabalho exercido

Já se sentiu desmotivado com seu trabalho?	
Sujeito 1	Desmotivada não, às vezes triste ou com raiva, quando as pessoas não entendem que somos profissionais.
Sujeito 2	Sim, por diversas vezes. Por falta de reconhecimento da relevância da nossa profissão, tanto em termos das especificidades das nossas necessidades e realidades quanto nos aspectos financeiros, ou seja, em diversos campos/áreas da nossa sociedade as pessoas e instituições ainda não compreendem e não nos enxergam com olhar profissional, o assistencialismo (que foi um dos nossos principais berços de início de atuações) ainda impera e permeia nas relações e tratativas que precisamos lidar. Evoluímos, crescemos, nos visibilizamos e conquistamos muitas coisas já, é fato, mas ainda longe do ideal e desejado. Se fizemos uma simples comparação em relação às tarefas, aos honorários dos nossos colegas profissionais de pares linguísticos orais, podemos também perceber que línguas de sinais não tem o mesmo prestígio (de ordem financeira) em relação às línguas orais.
Sujeito 3	Bom, para mim a tradução e interpretação não tem relação com trabalho assistencial, por isso, não vejo algo a ser ou não reconhecido, mas sim remunerado. Desmotivação acredito que seja fases inerentes a qualquer profissão. Sim, às vezes tu tenta manter uma remuneração razoável ao seu trabalho, mas sempre tem outros que oferecem o trabalho de interpretação por preços abaixo da tabela e até mesmo gratuitamente, como forma de se aparecer principalmente na mídia, o que gera sim desmotivação. Minha intenção é ser sempre encarado como profissional tradutor intérprete, como todo profissional de outra língua é, mas nunca como aquele que “ajuda” o surdo, ou seja, não trabalho com assistencialismo, mas com acessibilidade. Quando tu trabalhas no teatro, e os diretores na maioria das vezes acham que o intérprete “polui” o palco, a cena, isso gera desmotivação, por não entenderem, por mais que se explique, a função do intérprete de Libras. Também quando os professores acham que o surdo é o “seu aluno” [aluno do TILS], se isenta da responsabilidade de criar suas próprias estratégias de ensino.

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 17 - LTS - Licença para tratamento de saúde

Afastamento por lesões de esforços repetitivos ou por desgaste mental	
Sujeito 1	Não.

Sujeito 2	Nunca precisei de afastamento formal e médico mesmo, mas durante estes anos todos sempre tive a atenção e cuidado de cuidar incisivamente da minha saúde mental e física. Durante 11 (onze) anos já passei por psicoterapias (Psicanálise), durante 13 (treze) anos fiz acupuntura (retomei neste ano) por conta das dores resultantes de intensa demanda física. Já tive tendinites e bursites, mas sempre cuidei das dores específicas e crônicas que tenho por conta do trabalho mesmo. Atualmente faço tratamentos alternativos com Florais brasileiros (Joel Aleixo) que me fazem muito bem emocionalmente falando, busco sempre ter uma atenção firme (ainda não ideal) com a minha mente, pois fisicamente falando ainda preciso retomar às atividades mais recorrentes e diárias, pois tenho plena noção que não estou no melhor contexto de atividades físicas por consequência deste período do isolamento social. Enfim, sempre me cuidei e até hoje procuro me cuidar, nestes quase 25 anos de carreira para sempre poder oferecer o melhor da minha potencial qualidade de trabalho. Confesso ainda que não é fácil, já foram diversos altos e baixos, mas eu me sinto uma profissional bastante feliz, realizada e bem colocada no mercado de trabalho.
Sujeito 3	Sim, já me afastei, por desgaste mental e emocional não pelo trabalho de interpretação, mas por atuar com outros intérpretes que, como em qualquer outra profissão, também existem aqueles que são mau caráter, de má índole, que querem prejudicar o próximo. Esse nosso meio profissional, mexe muito com o ego das pessoas, que se sentem intimidadas quando alguém tem mais experiência, mais conhecimento, ou que tem uma condição financeira melhor, e daí tentam sim influenciar outros a praticar ações contra ela. Isso acontece muito, em vários lugares, muito mais do que as pessoas imaginam. O “puxar o tapete” do outro profissional é algo sempre presente nessa área, tanto que vários começam e depois desistem de atuar como profissional.

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 18 - Responsabilidade pelo ensino do aluno surdo

Entrevistados	Quem ensina o estudante surdo?
Sujeito 1	O professor em conjunto com o intérprete.
Sujeito 2	Na melhor das hipóteses, é a boa parceria do intérprete junto com o professor regente, um ou outro não consegue fazer o trabalho sozinho, ficará truncado e deficitário, mas ambos, atuando em conjunto, conseguirão resultados minimamente satisfatórios.
Sujeito 3	Depende de cada realidade, que hoje são as mais diversas. Tem professor que faz esse papel, instrutor, intérprete. Em lugares mais desenvolvidos, esses papéis já estão definidos, em outros não, ainda há locais onde o professor diz ao intérprete que este é “seu aluno” [aluno do TILS].

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 19 - Tradução de conteúdo desconhecido e especialização do TILS

Entrevistados	É possível traduzir o que não se sabe? Como criar uma proposta para termos TILS especialistas por disciplina?
Sujeito 1	Dependendo do que você se refere a “não sabe”, ter conhecimento de mundo e compreensão durante o discurso possibilita ao intérprete uma boa interpretação. Por se tratar de TILS educacional e ter acesso a todo conteúdo previamente, há

	possibilidade de estudo, criação de material de apoio em LIBRAS, aplicação com os alunos e promover a colaboração de todos.
Sujeito 2	Se ele não sabe, irá interpretar algo errado. Acho essa proposta bastante utópica para educação básica na atualidade da Educação brasileira, todavia o TILS educacional precisa dominar os conteúdos básicos do currículo nacional. Formações continuadas nas diferentes disciplinas ajudariam bastante neste caso.
Sujeito 3	Desde muito tempo, o intérprete sempre foi "polivalente", ou seja, atuava em áreas que ele não tem o menor domínio de conhecimento. Isso está diminuindo nos dias de hoje, com o aumento na quantidade de intérpretes, mas ainda acontece e muito. Os surdos estão ficando mais exigentes também, não aceitando profissionais que não dominam aquela área específica. Então aos poucos estes profissionais estão se conscientizando que não dá pra atuar em tudo, mas que precisam se especializar em uma determinada área.

Nota: compilação dos dados obtidos

Quadro 20 - Diretrizes sobre formação inicial e continuada do TILS

Entrevistados	A quem compete a criação de diretrizes para a formação inicial e continuada dos TILS?
Sujeito 1	Associações representativas, Federação das Associações, Instituições Educacionais e Comunidade surda.
Sujeito 2	Movimentos acadêmicos e políticos da própria categoria, como as associações e Federação em conjunto com profissionais da academia dentro de um processo democrático e público de validações curriculares.
Sujeito 3	Isso já está inserido no Decreto 5.626 (Brasil, 2005), onde diz que as Instituições Federais devem reservar parte do orçamento para a formação continuada do intérprete. Onde lemos, "Instituições Federais", trata-se das Universidades Federais, que já trabalham com cursos de Letras Libras e possuem o conhecimento e experiência necessária para dar esse tipo de formação, então, não há o que discutir sobre "De quem é esse papel", pois já está estabelecido, apenas não é cumprido.

Nota: compilação dos dados obtidos

6.2 Análise dos resultados

Os dados são considerados e discutidos segundo o objetivo proposto anteriormente, qual seja, "analisar quais os desafios encontrados pelo TILS para atender os direitos conquistados pelos movimentos da comunidade surda no Brasil, bem como colaborar com a apresentação de estratégias que possam promover maior parceria entre professores, gestores e aqueles implicados na educação de surdos" e norteados pelos autores referenciais da área - Adail Ubirajara Sobral, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda e Neiva de Aquino Albres.

Conforme os dados apresentados, todos os entrevistados possuem pós-graduação em Letras/Libras e formação pela UFSC, sendo que dois são formados em Bacharelado e um em Licenciatura. Vê-se que os profissionais se

interessam pela própria formação, buscam a formação continuada e estão aptos à atuação em diferentes ambientes linguísticos. Cabe enfatizar que os TILS selecionados são referência como sendo bons profissionais na e pela comunidade surda; tiveram uma formação privilegiada (universitária) em relação à grande maioria dos profissionais da área.

Todos atingiram a fluência após um ano de estudos e em contato direto com a comunidade surda.

A faixa etária média dos entrevistados é de 43 anos. Todos possuem experiência consolidada há 10 anos, no mínimo.

Dois dos entrevistados trabalham na área educacional e possuem vasta experiência. Uma das entrevistadas, CODA (filha de pais surdos), especializou-se na área.

A respeito do perfil exigido, apenas uma das instituições dos entrevistados exige formação em nível superior e experiência para exercer o cargo de TILS, as demais dispensam a comprovação de experiência e exigem a formação em nível médio, atendendo o que é previsto pelas regulamentações legais da profissão. Essa realidade dialoga com o que Lacerda (2015) afirma sobre a disparidade entre a teoria e a prática.

Embora a formação em nível superior e a especialização sejam apontadas na literatura como importantes, diante da complexidade da criação de diretrizes curriculares para a orientação dos cursos ofertados, de forma a atender à necessidade existente, bem como da concepção de novos cursos, essa importância é minimizada. Como efeito, a exigência das instituições sobre a formação do profissional é minimizada e acaba por dar brechas para que pessoas não capacitadas se aventurem no exercício do ofício:

Tendo em vista que os cursos ofertados não atendem a demanda necessária para a formação desses profissionais e a necessidade emergente de contratação para atuar em escolas, “[...] pessoas que conhecem a Libras passam a atuar como ILS, mas sem o preparo ou reflexão sobre como desenvolver essas práticas, quais as implicações de seu trabalho, etc.” (LACERDA, 2015, p. 273).

No caso da PMC, exige-se do profissional a proficiência em Libras certificada pelo MEC ou o ensino médio com curso de tradução e interpretação de Libras, com carga mínima de 1200 horas.

No entanto, na região de Campinas, há apenas um curso cuja carga horária é superior a 1.200 horas – o curso da UFSCar que é estruturado em 8 semestres com

carga horária de 2.940 horas. Entretanto, está a quase 150 quilômetros de Campinas.

Para contornar a realidade de formação e atender aos requisitos de empregabilidade, os tradutores e intérpretes de Libras têm requerido, via de regra judicialmente, que seus cursos de Especialização em Libras ou a certificação pelo Prolibras, mesmo que obtida há mais de 2 anos, sejam aceitos no momento da contratação, o que acaba por implicar na não avaliação do nível de proficiência do profissional.

No entanto, visto que inexiste um parâmetro obrigatório a ser seguido, permanecem os seguintes questionamentos: Qual o parâmetro para a determinação de um requisito difícil de ser atendido, haja vista que a cidade de Campinas, embora seja uma grande metrópole, no seu estado – SP – há apenas 1 curso de formação que contempla a carga horária, mas está a quilômetros de distância?

Como os cursos técnicos poderiam ser estruturados de forma a dar conta da necessidade de formação do TILS e da sua empregabilidade? Nesses cursos⁵⁴, como deveriam ser distribuídas as cargas horárias entre as diferentes disciplinas ofertadas?

Qual seria a eficaz metodologia de avaliação do nível de fluência do candidato - básico, intermediário, avançado?

Refletir sobre todas essas questões é fundamental, uma vez que elas afetam não apenas a formação e a empregabilidade do TILS, mas também a formação educacional do aluno surdo na escola, pois, a presença do TILS, é determinante para a qualidade da mediação da comunicação dessa criança.

Diante disso, considera-se importante refletir sobre a formação do TILS em nível médio; essa formação daria conta da complexidade dos atos da

⁵⁴ Carga horária referente aos cursos técnicos oferecidos pelos institutos federais:

IFMA - Não informa a carga horária e disciplinas

IFNMG - 1.500 horas / Não informa as disciplinas

IFRS – 1.200 horas (tabela consta nos anexos)

IFSC – 3.200 horas (8 semestres) - Não informa as disciplinas

Esse último - IFSC - dá opção de duas certificações:

“Certificação Intermediária” - ao término do segundo ano de curso, os(as) discentes podem solicitar a certificação de “Formação em Tradutor de Libras” (720 horas).

“Formação Intérprete de Libras” - ao terceiro ano de curso pode ser solicitada a certificação (280 horas).

“Certificação Final” - ao concluir o curso, o estudante recebe o diploma de Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Português e o certificado de Conclusão de Ensino Médio.

tradução e interpretação da Libras no ambiente de aprendizado dos alunos surdos?

Acredito portanto, que a formação em nível médio poderá apresentar limitações frente ao desafio da atuação nas escolas e, por isso, a formação em nível superior poderá ser uma qualificação mais apropriada.

Segundo Lacerda (2015, p. 280), “o profissional precisa ter conhecimentos específicos para que sua interpretação seja compatível com o grau de exigência e possibilidades dos alunos que está atendendo”.

As limitações na formação do TILS podem criar barreiras no aprendizado do aluno surdo, podendo, arrisca-se dizer, ocasionar prejuízos e uma defasagem ainda maior na vida desses alunos.

As instituições para as quais os entrevistados trabalham oferecem progressão continuada na carreira, conforme titulações apresentadas pelos profissionais. A entrevistada que não atua na área educacional declarou já ter obtido duas promoções no cargo em que ocupa (função administrativa).

As cargas horárias apontadas pelos entrevistados que trabalham em ambiente escolar são de 40 horas semanais. No caso da rede municipal de Campinas, o TILS cumpre jornada semanal de 36 horas, sendo enquadrado no grupo E⁵⁵. É importante destacar que a descrição dos cargos e os níveis de formação variam de uma instituição para outra, não há uma regra sobre a exigência de formação em nível superior (E) ou nível médio (D).

Os entrevistados apresentam razoável desgaste profissional pela falta de reconhecimento: *“desmotivada não, às vezes triste ou com raiva, quando as pessoas não entendem que somos profissionais”, “não trabalho com assistencialismo, mas com acessibilidade”*. Estas falas chamam a atenção para o sentimento de insatisfação dos profissionais devido à falta de conhecimento e reconhecimento da profissão pela sociedade que ainda não se atenta para as conquistas da comunidade surda, presa, de certa forma, a concepções equivocadas a respeito do protagonismo do TILS, consequentes da relação estabelecida entre o exercício profissional e as ações voluntárias e benevolentes oriundas de um processo histórico.

⁵⁵ Conforme consta em seu Quadro de Cargos – Geral, segundo a Lei nº 12.985 (Campinas (SP), 2007) – da Prefeitura Municipal de Campinas, que dispõe diversas funções que vão da letra A até a letra J.

Corroborando os sujeitos participantes desta pesquisa, destaca-se uma propaganda veiculada na TV, através do programa “Pátria Voluntária”⁵⁶. A propaganda exhibe uma tradutora e intérprete de Libras que incentiva as ações de voluntariado em ambientes de ensino de Libras para crianças surdas.

Em que pese a relevância dos trabalhos voluntários, ainda assim não se pode perder de vista que exposições desse tipo geram impactos muito negativos, tanto para a escola que deve contar com profissionais preparados e qualificados para a educação de surdos, quanto para o profissional que poderá sentir-se desmotivado na busca de novas qualificações. Essa situação dificulta o avanço e sinaliza um retrocesso na educação do aluno surdo.

Conforme o Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), o Governo Federal extinguiu os cargos efetivos vagos que vierem a vagar, dos quadros de pessoal da administração pública federal, dentre eles consta o cargo de TILS. O decreto também impede a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais, inclusive de tradutor e intérprete de linguagem de sinais⁵⁷. Diante disso, em 21 de dezembro de 2019, a FEBRAPILS se posicionou sobre possíveis prejuízos para a comunidade surda:

Temos conhecimento de pessoas que possuem conhecimentos rudimentares em Libras e estão atendendo surdos em sala de aula de instituições de ensino superior, recebendo uma bolsa para sua atuação, o que é grave. Sabemos de diversos intérpretes atuando sozinhos por longos períodos, sem horas de preparação para realizar sua atividade e sem atuação em equipe garantida. **O que gera prejuízos imensuráveis, físicos e psicológicos para os profissionais e para os alunos que tem seus direitos garantidos por lei descumpridos.** (FEBRAPILS, 2019, grifos meus).

Essas situações, em que um governo veicula propaganda que estimula a desvalorização do profissional e impõe o enrijecimento na contratação de

⁵⁶ Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, instituído pelo Decreto nº 9.906, de 09 de julho de 2019 (Brasil, 2019), de natureza simbólica, a ser concedido anualmente pelo Presidente da República em reconhecimento à atuação de cidadãos e de entidades responsáveis por atividades voluntárias de relevante interesse social com impactos transformadores na sociedade, voltadas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nos âmbitos nacional, regional e local. Entende-se por atividade voluntária a iniciativa pública ou privada não remunerada e sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, esportivos, ambientais, recreativos ou de assistência à pessoa, que vise ao benefício e à transformação da sociedade com o engajamento de voluntários.
<https://patriavoluntaria.org/pt-BR/contests/83edac88-0abf-42e9-a720-6df18f24ffe9>

⁵⁷ O termo “linguagem” de sinais não é mais compatível com os atuais avanços e estudos na área e foi criado em período que o status linguístico da Libras não era reconhecido.

profissionais tão fundamentais no processo da garantia dos direitos de uma minoria, refletem a necessidade de se intensificar as ações de enfrentamento das questões de reconhecimento e valorização do profissional na sociedade.

Outro ponto destacado pelos entrevistados se refere à remuneração que é apontada como inferior em relação aos rendimentos dos intérpretes de línguas orais. Como abordado pelo sujeito 2 “se fizermos uma simples comparação em relação às tarefas, aos honorários dos nossos colegas profissionais de pares linguísticos orais, podemos também perceber que línguas de sinais não têm o mesmo prestígio (de ordem financeira) em relação às línguas orais”, os intérpretes de Libras recebem honorários inferiores em até 40% para 6 horas de interpretação, numa conferência, por exemplo, quando comparados com os tradutores de línguas orais. Caso a remuneração ocorra conforme a tabela referencial do SINTRA ou da FEBRAPILS, o valor recebido pelo TILS pode ser ainda menor, em até 60% inferior. A situação é ainda mais grave quando se faz comparações entre trabalhos com até 1 hora de duração e os valores pagos ao TILS têm como base a referência do SINTRA ou FEBRAPILS, cujos percentuais inferiores são 37% e 95%, respectivamente.

É preciso avançar no sentido da valorização da profissão do TILS, desvinculando-a da imagem do fazer voluntário e de atos caridosos, pois, segundo Sobral (2008, p. 136), “essa ajuda não cria uma profissão”.

O intérprete precisa ser bem remunerado, porque, sem uma remuneração justa, não pode viver bem para se aprimorar. Trata-se, pois de um profissional que organiza, orchestra interações entre parceiros diferentes nas quais só ele, o intérprete, detém o saber de duas línguas, um saber que é um poder que ele precisa usar bem, em benefício da compreensão do que é dito, da maneira como é dito e, mais do que isso, em favor da compreensão entre pessoas de línguas diferentes, para além do que dizem “por si” os sinais e palavras. (SOBRAL, 2008, p. 137).

Sobre os seus papéis nas instituições, todos os entrevistados possuem clareza sobre suas atribuições, bem como as dos seus pares e vice-versa. Dentre os entrevistados, houve dois que disseram não contar com instrutor surdo na escola, no entanto, contam com professores que lecionam a disciplina de Libras. O sujeito 3 afirma já ter lecionado a Libras, tendo sido contratado como professor e não como substituto, e obtido remuneração compatível ao cargo exercido.

Na rede municipal de Campinas, sobre isso me refiro a minha própria experiência profissional, já assumi, quando houve a necessidade, as aulas de Libras

para os alunos ouvintes, bem como substituição de professores bilíngues no caso de ausências inesperadas, tendo atuado sem a presença do instrutor surdo. Contudo, essa diversidade de atuação não reduziu a minha jornada de trabalho ou melhorou a minha remuneração. Assim, tive onerado o meu ofício profissional sem o reconhecimento das funções extras, mesmo que compatíveis ao nível de complexidade de um educador que atua sob o cargo de nível superior.

Sobre isso, Albres (2015) chama a atenção sobre o risco de se aceitar sem questionar as imposições das instituições: “se as designações e os papéis não são questionados, as mudanças tendem a não se efetivar”. (ALBRES, 2015, p. 96).

As instituições dos entrevistados desta pesquisa contam com a disciplina de Libras em suas grades curriculares, porém o ensino fica a cargo de professores ouvintes.

Embora a legislação priorize a contratação de professores surdos, poucos profissionais surdos assumem o cargo⁵⁸. Essa situação impacta diretamente na aprendizagem dos alunos surdos que não veem no adulto um modelo como referência linguística, conforme prevê o Decreto 5.626 (Brasil, 2005):

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
[...] **§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.** (BRASIL, 2005, grifo meu).

Conforme apontado no capítulo 4, o aluno surdo precisa estar entre seus pares linguísticos, no entanto, isso ainda não foi contemplado no sistema educacional inclusivo, uma vez que:

[...] a escola não está respaldada por um projeto de educação bilíngue com a presença de todos os outros profissionais para compor uma educação de qualidade, como o **instrutor/professor de Libras Surdo**, o professor de português como segunda língua, o professor de apoio às dificuldades de aprendizagem para um trabalho complementar além da contratação do intérprete educacional. (ALBRES, 2015, p. 92, grifo meu).

⁵⁸ AS PESSOAS SURDAS E O MERCADO DE TRABALHO - “O desconhecimento da capacidade do professor surdo em ministrar aulas faz com que as pessoas pensem que seria necessário ter um intérprete presente na sala de aula. Isto aumentaria os custos e, assim, as instituições particulares preferem contratar o professor ouvinte”. CENTRO VIRTUAL DE CULTURA SURDA. Revista virtual de cultura surda, n. 20, jan./2017. ISSN 1982-6842. Disponível em http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes. Acesso: 19/12/2020

Embora um entrevistado (03) tenha afirmado ter acesso prévio ao conteúdo a ser trabalhado e contar com revezamento de pares, sabe-se que essa não é uma situação equitativa, pois, normalmente, no ambiente escolar o TILS acessa o conteúdo apenas às vésperas do ato tradutório-interpretativo e não conta com o revezamento de pares, até porque essas condições não são previstas em contratos de trabalho. Nesse sentido, Lacerda (2015) e Albres (2015) afirmam o seguinte: “é muito comum o ILS não ter acesso prévio ao texto que irá interpretar [...] o que torna o trabalho de interpretação ainda mais difícil” (LACERDA, 2015, p. 272), “há empecilhos no âmbito do planejamento dos professores, do horário de planejamento nas escolas em conjunto com os professores, do levantamento de materiais visuais para as aulas”. (ALBRES, 2015, p. 86). Esses aspectos refletem as condições precárias de trabalho enfrentadas pelos TILS nas instituições.

Nas escolas da rede pública do Município de Campinas/SP, por exemplo, não há o revezamento de TILS durante as aulas. No entanto, quando se trata de atuação em escolas-polo que contam com número elevado de profissionais, é possível se obter parcerias entre os pares, apenas para o revezamento em reuniões ou outros eventos, que ocorrem de forma coletiva e envolvem os alunos surdos.

É recomendável e desejável que o TILS tenha um período exclusivo para estudos e preparo antes da realização do ato tradutório/interpretativo, bem como revezamento durante as interpretações. A busca da superação dessas dificuldades significa resolver os problemas da precarização e avançar na garantia dos direitos da comunidade surda e na concepção de estratégias mais eficazes para o ensino e o aprendizado do aluno surdo.

A situação apontada pelo sujeito 3 “há o revezamento a cada 20 minutos” chama a atenção para a necessidade da universalização dos direitos dos TILS. A maior parte dos profissionais ainda carece de condições mais apropriadas para a realização dos trabalhos, seja nas escolas ou em quaisquer outros espaços. No entanto, a falta de regulamentações específicas dificulta a superação da desigualdade. Dessa forma, é também necessário que se criem políticas e legislações para a universalização dos direitos profissionais do TILS.

O relato do sujeito 2 chama a atenção sobre a importância dos cuidados com a saúde física e mental: “durante 11 anos passei por psicoterapias, durante 13 anos fiz acupuntura por conta das dores resultantes de intensa demanda física. Já tive tendinites e bursites [...]”. Nesse sentido, as recomendações da norma

regulamentadora NR 17⁵⁹ podem ser parâmetros de orientação sobre os cuidados e atenção com a saúde:

17.3.2. Para trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé, as bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação [...]

17.6.3. **Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores**, e a partir da análise ergonômica do trabalho, deve ser observado o seguinte:

a) para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie deve levar em consideração as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores;

b) **devem ser incluídas pausas para descanso**; [...] (BRASIL, 2002, grifo meu).

Nas instituições, a realidade, em grande parte, ainda difere das recomendações normativas, pois a maioria dos TILS trabalha individualmente, por horas a fio, sem revezamento ou apoio, se expondo por período prolongado e em posições desconfortáveis, o que acaba por gerar grande desgaste físico e mental.

A falta de união e os conflitos⁶⁰ existentes entre os profissionais da categoria também são pontos problemáticos. Infelizmente, como pontua o sujeito 3, "puxar o tapete" do outro profissional é algo sempre presente nessa área, tanto que vários começam e depois desistem de atuar como profissional". Assim, a categoria, sem diálogo e sem parceria entre os seus pares, segue fragilizada e sem condições para os enfrentamentos necessários.

Uma situação bastante frequente no processo tradutório é o desconhecimento de um determinado termo em língua de sinais, pois, a Libras, como qualquer outro idioma, tem suas especificidades, e para que a comunicação seja de fato satisfatória, é preciso buscar recursos linguísticos adicionais.

Até mesmo um TILS com vasta experiência profissional enfrenta a situação da dúvida e do desconhecimento. Diante disso, a busca por recursos adicionais é também um meio para garantir a acessibilidade, seja através de parceiros no

⁵⁹ A NR 17 regulamenta a ergonomia no trabalho pautando-se em três objetivos principais. São eles: conforto, redução de lesões e aumento da produtividade. Ela se aplica, assim, àquelas atividades que envolvem movimentos repetitivos, longos períodos de pé ou sentado e levantamento de cargas.

⁶⁰ "A (in)definição do papel do professor regente e do intérprete educacional é um dos efeitos que denota a problemática da educação inclusiva, acentuando-a. Ademais, coadjuva para um quadro de baixo desempenho e fracasso escolar na educação dos surdos. Constitui-se, ainda, um elemento gerador de conflitos que impacta negativamente o processo de ensino aprendizagem". Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/49211> Acesso: 22/12/2020
PINHEIRO, Lucineide Machado. A (in)definição do papel do professor regente e do intérprete educacional na escola "inclusiva": entre zonas de conflito e possibilidades de colaboração.

ambiente de trabalho ou redes sociais com auxílio da internet. “Essa perspectiva é vital para tradutores, que, em sua batalha diária com a atividade de tradução, tem de enfrentar as instabilidades que o uso das línguas envolve continuamente”. (SOBRAL, 2008, p.55).

Na rede pública municipal de Campinas, consultam-se os dicionários impressos e a internet para o ensino e para a compreensão de sinais para trabalhos posteriores com a tradução e a interpretação em sala de aula.

Não há nas línguas (linguagens) um conjunto de signos cujos sentidos estejam determinados de uma vez por todas, que sejam imutáveis, mas um conjunto de possibilidades de produção de sentidos. E essas possibilidades são sempre indefinidas até que alguém fale/escreva/sinalize, isto é, só se torna uma realidade, só podem ser entendidas, na interação, e de acordo com as necessidades desta. (SOBRAL, 2008, p. 40).

A definição dos papéis atribuídos aos TILS em sala de aula é algo bastante complexo; além de interpretar os diálogos dos professores, deve também viabilizar a interação com os diferentes locutores que o ambiente escolar proporciona, bem como realizar algumas tarefas que ocorrem durante o ato interpretativo, por exemplo, auxiliar o aluno na execução de suas tarefas, questionar o professor quando necessário, interagir com alunos ouvintes, ensinar o aluno surdo quando uma palavra e/ou sinal não é compreensível ou não faz parte de seu conhecimento de mundo, tarefas que se modificam conforme o nível de ensino e fluência da língua que o estudante ocupa, ou seja, cada sujeito é singular e possui especificidades que lhe são próprias.

É evidente o envolvimento de todos os profissionais e a formação de parcerias entre eles na educação do aluno surdo, uma vez que não há meios de se atribuir essa responsabilidade a apenas um profissional. O engajamento contínuo e coletivo faz toda a diferença para que a educação possa progredir e alcançar resultados satisfatórios, em “um processo que busca promover a inovação, a contestação, a atitude crítica e a reflexão constante”. (SOBRAL, 2008, p. 22).

A aprendizagem linguística e discursiva deve ser o objetivo principal, mesmo que não seja possível separar o fazer pedagógico do fazer interpretativo. Diante disso, é esperado que o profissional esteja habilitado a enfrentar o desafio da mediação com o aluno surdo, focando sempre na autonomia dele.

[...] os textos, por si só, não comunicam nada para o surdo. Não há pistas no contexto imediato a partir das quais ele possa levantar hipótese sobre o conteúdo do texto. A única forma de assegurar que os textos se tornem significativos para os alunos

surdos é interpretá-los por meio da língua de sinais, em um processo semelhante ao observado na aquisição de uma primeira língua. (PEREIRA, 2015, p. 239)

Pereira (2015) corrobora a afirmação de que a aprendizagem linguística e discursiva deve ser a necessidade primordial, uma vez que, sendo o estudante surdo habilitado à compreensão da linguagem, terá condições de atribuir sentidos àquilo que o TILS terá traduzido ou interpretado na mediação durante o processo de ensino e aprendizagem.

Na prática, o professor regente tem condições precárias de trabalho e um baixo salário que o obriga a trabalhar em vários turnos ou em escolas diferentes. Assim, cansado da exaustiva rotina e responsável por 30 ou 40 estudantes, falta-lhe tempo e disposição para dar a devida atenção ao TILS e acaba, mesmo que involuntariamente e implicitamente, delegando a ele a educação do estudante surdo, conforme abordou o sujeito 3: “ainda há locais onde o professor diz ao intérprete: este é seu aluno”.

Constata-se, portanto, um desconforto com essa transferência de responsabilidade imposta pelo professor ao TILS sobrecarregando-o, ao mesmo tempo em que se isenta da obrigação que lhe compete. Além disso, segundo Sobral:

como os empregadores exigem cada dia mais capacidades e habilidades, transferem sempre que podem as responsabilidades para o tradutor, e é preciso conhecer os vários recursos para não só atender os ditame do mercado como para defender-se dos abusos, da falta de respeito profissional, dos pagamentos aviltantes, etc. (SOBRAL, 2008, p. 98).

Conforme os dados coletados, a atuação do TILS por área do conhecimento é algo relevante, no entanto, devido ao número reduzido de profissionais capacitados e habilitados para atuar nas diferentes frentes, essa relevância ainda é considerada “bastante utópica” ou conforme disse o sujeito 3 “inviável”. Um caminho, portanto, deveria ser a formação continuada em universidades, tanto para os TILS como para os demais profissionais envolvidos na educação e/ou acessibilidade da comunidade surda.

Conforme apontou o sujeito 3, “onde se lê “Instituições Federais” trata-se das Universidades Federais que já trabalham com cursos de Letras Libras e possuem o conhecimento e experiência necessária para dar esse tipo de formação”, às instituições deve competir o papel de formar profissionais em atendimento às

demandas da sociedade e alinhados com tais necessidades. Em resposta à formação díspar do TILS em relação às práticas cotidianas, as instituições deveriam dialogar entre si – formadoras e empregadoras, e então buscar o delineamento de propostas de formação que levem em conta as necessidades de inclusão, ensino e aprendizado do aluno surdo, bem como os anseios da classe profissional do TILS.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho científico exigiu grande dedicação na busca de novos conhecimentos e aprendizados, conteúdos ricos que acabaram por instigar a reflexão crítica e criativa, fundamental para o bom resultado desta pesquisa.

A articulação da prática com a teoria também foi uma oportunidade enriquecedora. Todo o aprendizado contribui para o desenvolvimento desta produção científica.

O resgate dos aspectos históricos e dos marcos legais da profissão do TILS suscitou reflexões que levaram à compreensão dos desafios profissionais contemporâneos, cujas raízes estão, em grande parte, nos primórdios do ofício.

A regulamentação reconheceu a profissão do TILS, sem, no entanto, criar caminhos para a superação dos desafios existentes. As leis e os decretos foram criados para cumprir protocolos ou obrigações legais, nem sempre pautados em melhores condições de trabalho ou formação profissional mais adequada. Essa realidade impacta diretamente no comprometimento da qualidade do ensino do estudante surdo, dificultando a implementação de estratégias de ensino com modelos mais eficazes.

São muitos os desafios encontrados pelo TILS no atendimento dos direitos da comunidade surda e a não superação dessas dificuldades inviabiliza novas iniciativas de promoção da melhora da educação de alunos surdos.

Os programas de formação inicial e continuada do TILS não o formam educador. No entanto, este complexo papel é cobrado pelas instituições. É evidente a necessidade de se repensar as estruturas curriculares dos programas de formação e as perspectivas de atuação do TILS nas instituições de ensino.

Os desafios também se referem à falta de reconhecimento pela sociedade e à desvalorização do profissional no contexto das instituições. Com isso, percebe-se que o TILS carece de maior reconhecimento da sua profissão e do seu protagonismo enquanto agente social e formador. É preciso que as instâncias governamentais, as instituições de ensino, a sociedade, os seus pares, etc. reconheçam a importância do seu papel na formação e comunicação de indivíduos surdos.

Nas instituições de ensino, o TILS, não formado professor, é cobrado para desempenhar a função de educador, sem, no entanto, receber remuneração adequada ou compor o quadro de carreira de professores; atua no contexto da

interdisciplinaridade da educação, traduzindo e interpretando conteúdos que não conhece; muitas vezes o TILS traduz e interpreta durante longo período de trabalho, sem contar com tempo vago para melhor compreensão do que será trabalhado em sala de aula e sem rodízio com pares.

Sobre a relação com os alunos surdos, o TILS carece de instrumentos que lhe permita ter maior clareza sobre o conhecimento inicial do aluno surdo e a compreensão posterior à tradução e interpretação.

Assim, pode-se afirmar que o atendimento aos direitos da comunidade surda e a promoção da qualidade da educação de estudantes surdos requerem a superação de desafios, para além do reconhecimento dos direitos conquistados e da definição de novas estratégias.

A superação de desafios deve abranger a formação do TILS, refletindo sobre a sua prática enquanto educador nas instituições; o enfrentamento da precarização nas condições de trabalho; e a criação de instrumentos de avaliação do nível de conhecimento e de aprendizado do aluno surdo.

Tendo analisado os desafios encontrados pelo TILS na sua formação e atuação profissional e refletido sobre a parceria entre profissionais que estão diretamente ligados a educação, de forma a propor melhores estratégias de ensino ao aluno surdo, bem como sobre uma formação continuada consistente a todos os profissionais que atuam na escola, no âmbito desta pesquisa se alcançou o objetivo inicialmente proposto, ao mesmo tempo em que as reflexões suscitaram novas discussões para a área.

Os resultados mostram a urgente necessidade de se revisitar os marcos históricos, legais e sociais que sustentam a profissão do TILS, de forma a reestruturá-la na sua composição enquanto formação profissional, e a melhor representá-la socialmente, tendo em vista um melhor reconhecimento e valorização do profissional, minimizando os problemas de precarização nos ambientes de trabalho e fortalecendo a categoria, o que influenciará grandemente e positivamente na definição de novas estratégias de formação educacional do aluno surdo, ao mesmo tempo em que contribuirá na garantia dos direitos de uma minoria da população, a comunidade surda.

A estratégia de ensino precisa englobar a especificidade do aluno surdo ou ele continuará sofrendo prejuízos no seu aprendizado. A proposta é que o ensino

seja equitativo, ou seja, bilíngue, e em espaços organizados em uma perspectiva didática visual espacial, de forma a permitir ao aluno surdo o acesso a todos os conteúdos escolares em Libras, e não somente o acesso por meio da tradução e/ou interpretação de um profissional que a concebe a partir de um currículo ainda organizado para alunos ouvintes. Também deve ser ancorada num currículo cujas diretrizes levem em conta os aspectos culturais das comunidades surdas, suas histórias e seus direitos, para que o aluno venha a desenvolver-se autonomamente.

O ensino bilíngue para surdos não pode colocar a Libras como língua principal ou o português escrito como língua secundária, antes deve envolver aspectos linguísticos e outros adicionais, especialmente aqueles típicos do ambiente da escola, que consistem em múltiplos atores com variadas linguagens e ações. Todos, de forma igualitária, devem ser contemplados nesse programa de ensino.

Ao se planejar modelos de educação para surdos em espaços inclusivos, compete aos TILS a ocupação primária desses espaços, sempre pautados na ética e profissionalismo, de forma a não serem vistos apenas como prestadores de serviço da educação especial e da educação inclusiva, mas como profissionais protagonistas, que dinamizam e expandem as suas próprias condições e melhoram a vida dos alunos surdos.

A abordagem sobre a educação bilíngue para alunos surdos também deve considerar a representação do profissional TILS, desde os aspectos de formação profissional até a atuação, enquanto mediador no processo de ensino e aprendizado, com o questionamento das atividades e dos papéis sob a competência do TILS, com discussões a respeito da sua contribuição na mediação pedagógica, enfim, deve envolver questões específicas e gerais que cubram todo o arcabouço acadêmico, técnico, político e legal do profissional.

A partir dos referenciais teóricos desta pesquisa, documentos analisados e dados obtidos, constatou-se que a formação do TILS deveria ocorrer em nível de graduação e de formação específica em nível de pós-graduação. Com isso, recomenda-se às instituições de ensino superior, àquelas habilitadas à oferta de cursos de graduação de pedagogia em nível de licenciatura e de programas de pós-graduação, a criação de cursos de graduação voltados ao ensino e ao aprendizado de alunos surdos, na perspectiva da educação inclusiva e do bilinguismo nas escolas, bem como de cursos de especialização e de

pós-graduação na perspectiva do aprofundamento de reflexões e discussões que possam culminar no aprimoramento das políticas de inclusão educacional existentes e na definição de estratégias que alcancem a formação das crianças surdas, ao mesmo tempo em que forneçam ao profissional todas as munições necessárias para o seu reconhecimento e valorização da sua profissão.

É fundamental aos TILS a participação em órgãos de representação da classe, associações, sindicatos, etc. e a esses órgãos deve ser de competência o estabelecimento de parcerias ou aprimoramento das já vigentes com as instituições federais, sobretudo as universidades, de forma a fazer cumprir o que está previsto no Decreto nº 5.626 que delega às instituições federais a reserva de parte do seu orçamento para a formação continuada do intérprete e tradutor de língua de sinais.

Há também a necessidade de se estabelecer uma política pública de formação do profissional com a definição de diretrizes e padrões mínimos de qualidade, tanto no processo de formação inicial quanto na continuada, a partir de um repertório pré-definido de competências e habilidades.

Por fim, são muitos os desafios, tanto na educação do aluno quanto na formação do TILS e atuação nas instituições, e todos, complexos, estão interligados. Não se pode conceber a formação do TILS sem pensar sobre o seu impacto na formação do aluno surdo. Não se pode pensar em melhores estratégias de ensino e aprendizado ou inclusão social do aluno surdo, sem estar relacionado ao profissional envolvido nesse processo. E ainda, há as condições precárias das instituições que impactam tanto o trabalho do TILS quanto o aprendizado do aluno surdo.

Assim, ao se refletir e discutir sobre ações para o enfrentamento dos desafios, tem-se que pensar sobre, em termos de políticas, o significado da Libras para a nossa sociedade como um todo e para as escolas em particular, bem como sobre o sentido do ensino bilíngue na educação para surdos no Brasil.

No âmbito desta pesquisa, delineou-se um mapeamento sobre os desafios a serem superados, bem como sobre todas as vertentes que essa superação deve envolver na busca da garantia dos direitos da comunidade surda.

Portanto, os conhecimentos alcançados podem ser a matéria-prima para a definição de uma estrutura pedagógica e de diretrizes pertinentes alinhadas à educação inclusiva do aluno surdo e para os programas de formação e educação

continuada do TILS, ao mesmo tempo em que trazem à luz a necessidade da reflexão sobre os tensionamentos no interior do “campo” da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais e da conciliação de uma formação que envolva concomitantemente as técnicas da interpretação e tradução e formação pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Afetividade e subjetividade na interpretação educacional**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. Santo André/SP: Harmonia, 2015.

ALUMNI SCHOOL SOLUTIONS AND CORPORATE SOLUTIONS. Centro Binacional Brasil-Estados Unidos. **Cursos de tradução**. Disponível em: <http://www.alumni.org.br/Cursos/Carreira/cursostraducao/> Acesso em: 07 maio 2020.

ANDRADE, Sandra Mara de; STEFANO, Silvio Roberto; ZAMPIER, Marcia. **Metodologia de pesquisa**. Guarapuava/PR: Unicentro, 2017. p. 7-8. Disponível em <http://www2.unicentro.br/lmqqa/files/2017/03/ANDRADE2c-STEFANO-ZAMPIER-Metodologia-de-Pesquisa-1-1.pdf> Acesso: em 16 abril 2020.

ANPOLL/GT Libras. **Manifesto**. Disponível em <file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/2019-Carta-ANPOLL-colaboradoresfinal.pdf> Acesso em: 30 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NR 17**: regulamenta a ergonomia no trabalho. 2020.

AZEVEDO, Licia Maria Cardoso. **Saúde ocupacional e ergonomia na atuação do Tradutor Intérprete de Libras**. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Libras / Bacharelado) - Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188765> Acesso em: 22 jun. 2020.

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007&lng=en&nrm=iso Acesso: em 07 maio 2020.

BARROS, Adriana Lúcia Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; NEGREIROS, Karine Albuquerque. **Libras em diálogo**: interfaces com tradução e interpretação: a construção de sentidos no processo de tradução/interpretação português/Libras. Campinas: Pontes, 2017.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431>
Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. Decreto n. 9.906, de 09 de julho de 2019. Programa nacional de incentivo ao voluntariado. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em <https://patriavoluntaria.org/pt-BR/contests/83edac88-0abf-42e9-a720-6df18f24ffe9>

BRASIL. **Decreto n. 10.185, de 20 de dezembro de 2019.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília: Presidência da República, 2019. 12 p. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm
Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Plataforma nacional do voluntariado.** 2019. Disponível em: <<https://patriavoluntaria.org/pt-BR/pages/baa3407d-9390-4ae6-85b9->1bf0eeb12228> Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça cidades e estados do Brasil.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 31 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional dos cursos técnicos**. 2020. Disponível em <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf/> Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Prolibras**. Disponível em <https://www.libras.com.br/lei-prolibras> Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **CBO-Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf> Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Manual de aplicação da norma regulamentadora nº 17**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho-Sit, 2002. Disponível em: https://www.ergonomianotrabalho.com.br/manual_nr17.pdf Acesso em: 23 ago. 2020.

CAMPELLO, Ana Regina. Posicionamento, polissêmico e omissões na sala de aula acadêmica e de conferência da tradução/interpretação dos TILS: estudo de dois casos. *In*: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; NEGREIROS, Karine Albuquerque de (Orgs.). **Libras em diálogo: interfaces com tradução e interpretação**. Campinas: Pontes, 2017. p. 133-153.

CAMPINAS (SP). **Edital de concurso público n. 1 de 2015**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2015. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/recursos-humanos/e001-2015/Edital_01_2015.pdf Acesso em: 16 abr. 2020.

CAMPINAS (SP). **Lei n. 12.987**, de junho de 2007. Dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do magistério público municipal de Campinas e dá outras providências. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2007. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2007/1298/12987/lei-ordinaria-n-12987-2007-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos-do-magisterio-publico-municipal-de-campinas-e-da-outras-providencias> Acesso em: 16 abr. 2020.

CAMPINAS (SP). **Medidas para prevenir a transmissão do novo coronavírus nos serviços da Prefeitura Municipal de Campinas com administração direta e indireta**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2020. Disponível em: <https://covid-19.campinas.sp.gov.br/sites/covid-19.campinas.sp.gov.br/files/protocolos-sanitarios/> Acesso: 23/12/2020.

CANTIN, Angélique; CANTIN, Yann. **Dictionnaire biographique des grands sourds en France**: les silencieux de France (1450-1920). Préface de Bernard Truffaut. Paris: Archives and Culture, 2017. Loïuse Walser p. 297-302.

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C. C. **Surdez e libras**: conhecimento em suas mãos. São Paulo: Hub Editorial, 2012.

CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira; SOARES, Beatriz Ignatius Nogueira. As pessoas surdas e o mercado de trabalho. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 20, jan./2017. ISSN 1982-6842. Disponível em http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes Acesso: 19/12/2020

CARVALHO, Ítalo. Protetização auditiva. **Atualização Científica**. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag_13.htm Acesso em: 10 jul. 2019.

CENTRO universitário ibero-americano. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Universit%C3%A1rio_Ibero-Americano Acesso em: 07 maio 2020.

DODO, Esther. **Tradução audiovisual**: legendagem x dublagem. 2014. Disponível em: <https://caroltranslation.com/2014/11/10/traducao-audiovisual-legendagem-x-dublagem/> Acesso em: 22 jul. 2019.

FEBRAPILS. **Documentos**. Disponível em <http://febrapils.org.br/documentos/> Acesso em 30 maio 2020.

FEBRAPILS. Nota da Febrapils sobre decreto nº 10.185. In: *Febrapils*. [S. l.], 21 dez. 2019. Disponível em: <http://blog.febrapils.org.br/nota-da-febrapils-sobre-decreto-no-10-185/> Acesso em: 14 jul. 2020.

FERNANDES, Eulalia; CORREIA, Claudio Manoel de Carvalho. Bilinguismo e surdez: a evolução dos conceitos no domínio da linguagem. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 201-224.

GERHARDT, Tatiana Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. ISBN 978-85-386-0071-8. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 16 abr. 2020.

GESUELI, Zilda Maria et al. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**: a escrita como fenômeno visual nas práticas discursivas de alunos surdos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 392 p. p. 181.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; TARTUCI, Dulcéria. Alunos surdos e experiências de letramento. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 289-302.

GIPES. **Manifestação contra a política nacional de alfabetização que prioriza o ensino de leitura e escrita para surdos pelo método fônico**. [s.l.]: GIPES, 2019. Disponível em <https://www.ufrgs.br/gipes/2019/10/11/manifestacao-contr-a-politica-nacional-de-alfabetizacao-que-prioriza-o-ensino-de-leitura-e-escrita-para-surdos-pelo-metodo-fonico/> Acesso em: 16 abr. 2020.

GUARINELLO, A. C; LISBOA, T. R.; PEREIRA, A. S.; SANTOS, L. T. I.; MARQUES, J. M.; SILVA, R. Q. **Qualidade de vida do profissional intérprete de língua de sinais**. *Distúrbios de Comunicação*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 462-469, set./2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2724.2017v29i3p462-469> Acesso: 19/12/2020.

KARNOPP, Lodenir Becker et al. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**: língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 392 p. p. 227, 230-232.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017. 96 p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Língua Brasileira de Sinais (ILS). *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 247-287.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 392 p.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Posição-mestre**: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. 2013. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

NORIEGA, Paulo. **A cadeia nos estúdios de dublagem (parte 1)**: o tradutor e a sua função. 2016. Disponível em

<https://paulonoriegablog.wordpress.com/2016/05/06/estudios-de-dublagem-o-tradutor-e-a-sua-funcao/> Acesso em: 22 jul. 2019.

OUSTINOFF, Michael. **Tradução**: história, teorias e métodos. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2018. v. 23.

PAGANO, Adriana. Crenças sobre a tradução e o tradutor: revisão e perspectivas para planos de ação. *In*: ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana (Orgs.). **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-28.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 235-246.

PEREZ, Cesar Bargo. **O que é tradução sussurrada?** 2010. Disponível em: <http://cesarbargoperez.blogspot.com/2010/04/o-que-e-traducao-sussurrada.html> Acesso em: 22 jul. 2019.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **A (in)definição do papel do professor regente e do intérprete educacional na escola “inclusiva”: entre zonas de conflito e possibilidades de colaboração**. E-Curriculum, São Paulo, v.18, n.4, p. 2029-2051, out./dez. 2020 Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/49211> Acesso: 22/12/2020

PUC-SP. **Sobre a universidade**. Disponível em:

<https://www.pucsp.br/universidade/sobre-universidade> Acesso em: 07 maio 2020.

PUC-SP. **O curso bacharelado em letras**: língua inglesa - tradução inglês/português da PUC-SP. Disponível em:

<https://www.pucsp.br/graduacao/letras-lingua-inglesa-traducao-inglesportugues>
Acesso em: 07 maio 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/Programa Nacional de Apoio Nacional à Educação de Surdos. Disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2020.

QUADROS, Ronice Müller de et al. **Exame Prolibras**. Florianópolis: UFSC, 2009. 85 p. Disponível em http://www.prolibras.ufsc.br/files/2015/08/livro_prolibras.pdf
Acesso em: 16 abr. 2020.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Eu sou Gisele! Eu sou surda! *In*: ZIESMANN, Cleusa Inês et al (Orgs.). **Famílias sem Libras**: até quando? Santa Maria/RS: Caxias, 2018. p. 137-152.

Skliar, Carlos (org.) **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

Skliar, Carlos (org.); STUMPF, Marianne Rossi. A pedagogia da diferença para o surdo. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 113-124.

RÓNAI, Paulo. **Escola de tradutores**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SEGALA, Sueli Ramalho. **Os surdos ainda são colonizados**. 2019. Disponível em <https://youtu.be/rdvHELwf8iM> Acesso em: 10 dez. 2020

SILVA, César Augusto de Assis. **Cultura surda**: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SILVA, Angela Carrancho da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 89-104.

SOARES, Fabiana Martins Rodrigues. O (não) ser surdo em escola regular: um estudo sobre a construção da identidade. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO,

Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 105-112.

SOBRAL, Adail. **Dizer o “mesmo” a outros**: ensaios sobre tradução. São Paulo: SBS, 2008.

SOUZA, Regina Maria de. De um telefonema inesperado a um ativista do movimento acadêmico: aprendendo a escutar os surdos. *In*: SOUZA, Regina Maria de. **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Curitiba: CRV, 2019. P. 155-178. (Coleção Educação Bilíngue de Surdos no Brasil).

SOUZA, Regina Maria de; LIPPE, Eliza Marcia de Oliveira. **Decreto 6.949, de 2009: avanço ou retorno em relação à Educação dos Surdos?** *Calidoscópio*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 1, v. 10, n. 1, p. 12-23, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/issue/view/290> Acesso em: 14 jul. 2020.

SOUZA, Regina Maria de. **O professor intérprete de língua de sinais em sala de aula: ponto de partida para se repensar a relação ensino, sujeito e linguagem**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 8, p.154-170, 23 jul. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/697> Acesso em: 24 mar. 2020

SCHUBERT, Silvana Elisa de Moraes. **A necessária formação para educação de surdos**. Curitiba/PR: Appirus, 2019.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Luciane Bresciane. Políticas educacionais para surdos: sobre a aquisição da língua de sinais, o lugar das línguas e a formação e atuação dos tradutores e intérpretes de libras em proposta de educação bilíngue. *In*: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; NEGREIROS, Karine Albuquerque de (Orgs.). **Libras em diálogo**: interfaces com tradução e interpretação. Campinas: Pontes, 2017. p. 17-41.

UPTIME. **Mas, afinal, o que é uma tradução juramentada?** 2016. Disponível em: <https://www.uptime.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-um-tradutor-juramentado> Acesso em: 22 jul. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Educação. **Mestrado profissional em educação escolar**: estrutura, linhas de pesquisa e corpo docente. 2020. Disponível em

<https://www.fe.unicamp.br/pos-graduacao/mestrado-profissional-em-educacao-escolar/sobre-o-programa/estrutura-linhas-de> Acesso em: 08 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto político pedagógico do curso de Letras-Libras**. Disponível em https://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/projeto_libras_presencial_FINAL-nov2008.pdf

VASCONCELLOS, Ayla Lizandra Campos de et al. **Libras em diálogo**: interfaces com tradução e interpretação: o papel do tradutor/intérprete de Libras e as relações entre o TILS e o surdo no processo tradutório. Campinas: Pontes, 2017.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZIESMANN, Cleuza Inês. **Educação de surdos em discussão**: práticas pedagógicas de alfabetização. Curitiba: Papyrus, 2017.

APÊNDICES

Termo de consentimento livre e esclarecido

“Os desafios encontrados pelos tradutores e intérprete de língua de sinais – TILS para atender os direitos conquistados pelos movimentos da comunidade surda no Brasil”

Responsáveis: Thaisa Cristina França

Dra. Regina Maria de Souza

Número do CAAE: (13878519.0.0000.8142)

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos: Parte-se da hipótese de que a desvalorização profissional do profissional de TILS tem demonstrado resultados negativos na educação de surdos, pois o aluno não tem sua condição linguística respeitada e nem a garantia do seu direito de lei, que é ter acesso ao conteúdo em sua primeira língua (L1 libras), tendo em vista que é oferecida, tão somente, a tradução momentânea do conteúdo oralizado em língua portuguesa para libras via TILS, muita das vezes de maneira insatisfatória, já que os planos de ensino são pensados apenas para os alunos ouvintes. Não há um registro em língua de sinais do que foi explanado em sala de aula e nem tão pouco acesso ou materiais com recursos bilíngues, onde o aluno possa consultar e estudar no momento em que considerar apropriado. O objetivo desta pesquisa é analisar quais os desafios encontrados pelos tradutores e intérprete de língua de sinais – TILS para atender os direitos conquistados pelos movimentos da comunidade surda no Brasil, bem como viabilizar uma parceria entre professores, gestores e todos que estão diretamente ligados a educação, aplicando assim uma metodologia adequada ao aluno surdo e oferecendo uma formação continuada a todos os profissionais que atuam na escola.

Procedimentos: Participando do estudo você está sendo convidado ao preenchimento do questionário em anexo que retrata alguns desafios enfrentados pelo profissional intérprete da língua brasileira de sinais. Os dados desta pesquisa serão armazenados na nuvem (tecnologia que permite guardados na internet através de um servidor online sempre disponível) e no HD (disco rígido, popularmente conhecido como Hard Disk) do computador. Pelo período de mínimo de 5 anos após o final da pesquisa, de acordo com a Res. CNS 510/16.

Desconfortos e riscos: Os riscos da pesquisa não são previsíveis. O estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou danos à saúde do sujeito participante da pesquisa, consequente à mesma, não previsto no termo de consentimento.

Benefícios: Não há previsão de benefícios diretos aos participantes. Há, entretanto, possíveis benefícios que a pesquisa em questão possa trazer à sociedade quanto às reflexões e trocas de experiências, possibilitando novos estudos a partir do mesmo.

Acompanhamento e assistência: A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa em danos decorrentes da pesquisa.

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação identificada será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização: Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente.

Contato: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras: *Thaís Cristina França* e *Dra Regina Maria de Souza*. Endereço profissional: Faculdade de Educação – Unicamp – Rua Bertrand Russell, 801 – Cidade Universitária, Campinas – SP, 13083-865; Telefone: (19) 3521-5601 ou (19) 98164-3212 e-mail thaisac@hotmail.com, reginalaghi@hotmail.com . Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da UNICAMP das 08h30 às

11h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º piso, sala 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telefone (19) 3521-6836; e-mail: cepchs@unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido: Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante:

Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador: Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Respostas dos entrevistados

A seguir constam respostas dos entrevistados, inclusive às questões 21 a 23, incluídas após o início da análise dos dados devido à necessidade de se complementar informações.

Perfil 1

2. 40 anos.
3. Pós-graduada.
4. CODA.
5. Profissionalmente há 13 anos.
6. Coordenadora de TILS.
7. Coordeno uma equipe de 50 intérpretes, atuo na formação de TILS em cursos, oficinas e palestras.
8. Na instituição que trabalho, ensino médio com Prolibras ou pós-graduação na área.
9. Sim.
10. Sim, já obtive 2 promoções.
11. Não
12. Não atuo na área educacional.
13. Não se aplica.
14. Não se aplica.
15. Não se aplica.
16. Não se aplica.
17. Sim, atuamos sempre em duplas e/ou equipe, conto com supervisão especialista (TILS). Na ausência do sinal específico uso expansão.
18. O professor em conjunto com o intérprete
19. Dependendo do que você se refere a “não sabe”, ter conhecimento de mundo e compreensão durante o discurso possibilita ao intérprete uma boa interpretação. Por se tratar de TILS educacional e ter acesso a todo conteúdo previamente, há possibilidade de estudo, criação de material de apoio em LIBRAS, aplicação com os alunos e promover a colaboração de todos.
20. Associações representativas, Federação das Associações, Instituições Educacionais e Comunidade surda.

21. Sou CODA
 22. Desmotivada não, às vezes triste ou com raiva, quando as pessoas não entendem que somos profissionais.
 23. Não.
-

Perfil 2

2. 43 anos
3. Sou formada pelo Bacharelado Letras Libras da UFSC em 2012, via convênio firmado com o Polo Unicamp para o desenvolvimento dos estudos. E atualmente também sou pós-graduada lato sensu (especialização) em Docência no Ensino Superior pela FMU (2015).
4. Em 1995. Demorou uma média de 2 anos.
5. Há 23 anos.
6. Continuo na profissão de TILS.
7. São 40 horas semanais. Atualmente também medio as questões burocráticas do local que trabalho.
8. Pelo menos nível médio com comprovação do PROLIBRAS ou outras documentações comprobatórias afins. Dependendo do local, nível superior e demais comprovações de experiência
9. O meu sim, mas vejo que a grande maioria dos colegas não tem salários compatíveis com os cargos exercidos. Nível E.
10. Acredito e espero que sim, ainda sou nova no meu atual cargo e não tenho pleno acesso e conhecimento a todas as informações da carreira.
11. Não. Os planejamentos eram atribuições do professor regente e não tinha acesso ao conteúdo, também nunca atuei com ensino na Libras em escolas onde fui intérprete e/ou interlocutora.
12. Não atuo mais em escolas, mas quando atuei não havia instrutor de libras.
13. Não.
14. A maioria deles tinha esta ciência.
15. Conteúdos mais complexos e/ou abstratos, assuntos que não geravam tantos interesses pessoais.
16. Não tinha, somente na hora das aulas.
17. Não, nunca.

18. Na melhor das hipóteses é a boa parceria do intérprete junto ao professor regente quem educam o estudante surdo, um ou outro não conseguirão fazer os trabalhos sozinhos, ficará truncado e deficitário, mas ambos atuando em conjunto conseguirão resultados minimamente satisfatórios.

19. Se ele não sabe, interpretará algo errado. Acho essa proposta bastante utópica para educação básica na atualidade da Educação brasileira, todavia o TILS educacional precisa dominar os conteúdos básicos do currículo nacional. Formações continuadas nas diferentes disciplinas ajudariam bastante neste caso.

20. Movimentos acadêmicos e políticos da própria categoria, como as associações e Federação em conjunto com profissionais da academia dentro de um processo democrático e público de validações curriculares.

21. Foi em 1995, pelo fator religioso na época. Por ocasião de um intercâmbio entre igrejas batistas eu tive um contato mais direto com as pessoas surdas e então um ministério, um trabalho de acessibilidades na igreja foi iniciado e desde lá nunca mais deixei de ter contato com surdos. A fluência veio pelo motivo da intensa imersão linguística e cultural que desde aquela época (fase de adolescência) eu me submeti naturalmente. Em 1996 comecei a fazer cursos livres e formais de libras, mas a convivência, a vivência, a amizade e as parcerias de vida que desde então foram surgindo no percurso me propiciaram a fluência na língua em meados de 2 ano.

22. Já sim, por diversas vezes. Por falta de reconhecimento e relevância da nossa profissão tanto em termos das especificidades das nossas necessidades e realidades quanto em termos financeiros também, ou seja, em diversos e diferentes campos/áreas da nossa sociedade as pessoas e instituições ainda não compreendem e não nos enxergam com olhar profissional, o assistencialismo (que foi um dos nossos principais berços de início de atuações) ainda impera e permeia nas relações e tratativas que precisamos lidar. Evoluímos, crescemos, nos visibilizamos e conquistamos muitas coisas já, é fato, mas ainda longe do ideal e desejado. Se fizermos uma simples comparação em relação às tarifas, aos honorários dos nossos colegas profissionais de pares linguísticos orais, podemos também perceber que línguas de sinais não tem o mesmo prestígio (de ordem financeira) em relação às línguas orais.

23. Nunca precisei de afastamento formal e médico mesmo, mas durante estes anos todos sempre tive a atenção e cuidado de cuidar incisivamente da minha

saúde mental e física. Durante 11 (onze) anos já passei por psicoterapias (Psicanálise), durante 13 (treze) anos fiz acupuntura (retomei neste ano) por conta das dores resultantes de intensa demanda física. Já tive tendinites e bursites, mas sempre cuidei das dores específicas e crônicas que tenho por conta do trabalho mesmo. Atualmente faço tratamentos alternativos com Florais brasileiros (Joel Aleixo) que me fazem muito bem emocionalmente falando, busco sempre ter uma atenção firme (ainda não ideal) com a minha mente, pois fisicamente falando ainda preciso retomar às atividades mais recorrentes e diárias, pois tenho plena noção que não estou no melhor contexto de atividades físicas por consequência deste período do isolamento social. Enfim, sempre me cuidei e até hoje procuro me cuidar, nestes quase 25 anos de carreira para sempre poder oferecer o melhor da minha potencial qualidade de trabalho. Confesso ainda que não é fácil, já foram diversos altos e baixos, mas eu me sinto uma profissional bastante feliz, realizada e bem colocada no mercado de trabalho.

Perfil 3

2. 47 anos.

3. Letras Libras Licenciatura UFSC

4. Ao cursar o ensino médio, tive contato com uma irmã de surdo, em 1 ano obtive a fluência.

5. São 29 anos atuando como intérprete

6. Ainda atuo como intérprete.

7. São 40 horas semanais de trabalho, com atuação também em vídeos institucionais e tradução de publicações e editais.

8. Ensino médio.

9. O nível de salário é muito variado, algumas instituições particulares pagam mais, outras menos. Atualmente nível D.

10. Sim, as progressões acontecem de acordo com as suas qualificações, como graduação, mestrado e doutorado.

11. Já atuei como instrutor de libras, mas não substituindo o professor surdos, mas contratado como instrutor. A remuneração era sim compatível ao de professor regente. O planejamento das aulas era semanal e necessário.

12. Não temos o instrutor de libras, apenas o professor de libras.

13. Por serem cursos de graduação, existem as disciplinas de Libras que fazem parte do currículo obrigatório.

14. Sim, aqui os professores têm total compreensão desta função.

15. Uma aula, mesmo quando conta com intérprete de libras, não é uma aula adaptada, só a interpretação não garante acessibilidade. O intérprete dificilmente recebe os conteúdos de forma antecipada, para se preparar e fazer uma boa interpretação.

16. Em 50% dos casos sim, se recebe o material antecipado, mas nem todos tem essa consciência de que as aulas serão interpretadas e que os profissionais precisam saber de antemão o conteúdo. Existem horários semanais que são destinados a preparação, para se estudar os materiais e conteúdo que chegam antecipadamente.

17. Sim, trabalho com um intérprete de apoio, com revezamento a cada 20 minutos. Existe uma parceria, onde quando não se sabe determinado sinal, o intérprete de apoio passa, ou quando ele também não sabe, faz uma procura rápida na internet ou solicita a outros intérpretes via mensagem em grupo.

18. Depende de cada realidade, que hoje são as mais diversas. Tem professor que faz esse papel, instrutor, intérprete. Em lugares mais desenvolvidos, esses papéis já estão definidos, em outros não, ainda há locais onde o professor diz ao intérprete que este é "seu aluno".

19. Desde muito tempo, o intérprete sempre foi "polivalente", ou seja, atua em áreas que ele não tem o menor domínio de conhecimento. Isso está diminuindo nos dias de hoje, com o aumento na quantidade de intérpretes, mas ainda acontece e muito. Os surdos estão ficando mais exigentes também, não aceitando profissionais que não dominam aquela área específica. Então aos poucos estes profissionais estão se conscientizando que não dá pra atuar em tudo, mas que precisam se especializar em uma determinada área.

20. Isso já está inserido no Decreto 5.626 (Brasil, 2005), onde diz que as Instituições Federais devem reservar parte do orçamento para a formação continuada do intérprete. Onde lemos, "Instituições Federais", trata-se das Universidades Federais, que já trabalham com cursos de Letras libras e possuem o conhecimento e experiência necessária para dar esse tipo de formação, então, não há o que discutir sobre "De quem é esse papel", pois já está estabelecido, apenas não é cumprido.

21. No meu caso, eu tive interesse pela língua, e como na época (1990) não havia cursos de Libras, o único jeito de aprender era estando junto com os surdos, convivendo, tudo ali na prática, com erros e acertos, conversando, dialogando e compartilhando o que aprendia com outros ouvintes também (lembrando que as comunidades surdas são compostas tanto de surdos como também de ouvintes).

22. Bom, a tradução e interpretação para mim, não tem relação com trabalho assistencial, por isso, não vejo algo a ser ou não reconhecido, mas sim remunerado. Desmotivação, acredito que seja fases inerentes a qualquer profissão. Sim, às vezes tu tenta manter uma remuneração razoável ao seu trabalho, mas sempre tem outros que oferecem o trabalho de interpretação por preços abaixo da tabela e até mesmo gratuitamente, como forma de se aparecer principalmente na mídia, o que gera sim desmotivação. Minha intenção é ser sempre encarado como profissional tradutor intérprete, como todo profissional de outra língua é, mas nunca como aquele que “ajuda” o surdo, ou seja, não trabalho com assistencialismo, mas com acessibilidade. Quando tu trabalhas no teatro, e os diretores na maioria das vezes acham que o intérprete “polui” o palco, a cena, isso gera desmotivação, por não entenderem, por mais que se explique, a função do intérprete de Libras. Também quando os professores acham que o surdo é o “seu aluno”, se isentando da responsabilidade de criar suas próprias estratégias de ensino.

23. Sim, já me afastei, por desgaste mental e emocional não pelo trabalho de interpretação, mas por atuar com outros intérpretes que, como em qualquer outra profissão, também existem aqueles que são mau caráter, de má índole, que querem prejudicar o próximo. Esse nosso meio profissional, mexe muito com o ego das pessoas, que se sentem intimidadas quando alguém tem mais experiência, mais conhecimento, ou que tem uma condição financeira melhor, e daí tentam sim influenciar outros a praticar ações contra ela. Isso acontece muito, em vários lugares, muito mais do que as pessoas imaginam. O “puxar o tapete” do outro profissional é algo sempre presente nessa área, tanto que vários começam e depois desistem de atuar como profissional.

ANEXOS

Os anexos se referem às instituições UFSCar, UFSC e IFRS e às suas respectivas grades de disciplinas, cujos dados foram necessários para uma análise comparativa entre eles.

Grade de disciplinas da UFSCar

Quadro 21 - Curso UFSCar e respectivas disciplinas e créditos

UFSCar - Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais		Créditos		
Disciplinas	Teórica	Prática	Estágio	
Libras I		4		
Introdução à Tradução e Interpretação e aos Estudos da Surdez	4			
Linguagem, Surdez e Educação	4			
Introdução à Linguística das línguas orais e sinalizadas	4			
Leitura e Produção de Texto: escrita acadêmica I		4		
Desenvolvimento Psicológico da Pessoa surda	2	2		
Libras II		4		
Línguas em uso: variação e mudança linguísticas	4			
Tradução e Interpretação Consecutiva	2	2		
Estudos da Oralidade	2			
Eletiva I	4			
Leitura e Produção de Texto: escrita acadêmica II		4		
Libras III		4		
Tradução e Interpretação: atividade discursiva	4			
Linguagem e aspectos segmentais e suprasegmentais da fala	2			
Libras e os Parâmetros Formacionais	2			
Políticas Públicas e Surdez	2			
Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem: Língua Portuguesa	2			
Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem: Libras	2			
Tradução e Interpretação na Esfera Educacional I	2	2		
Libras IV		4		
Tradução e Interpretação I	2	2		

Morfossintaxe: Língua Portuguesa	2		
Morfossintaxe: Libras	2		
Leitura e Produção de Texto: escrita acadêmica III		4	
Tradução e Interpretação na Esfera Educacional II	2	2	
Saúde Ocupacional do Tradutor Intérprete de Libras	1	1	
Eletiva II	2		
Libras V		4	
Tradução e Interpretação II	2	2	
Português como segunda língua para surdos	4		
Estudos do Significado	4		
Tradução e Interpretação na Esfera Educacional III	2	2	
Leitura e produção de texto: escrita acadêmica IV		2	
TCC I	2	2	
Libras VI		4	
Desenvolvimento, aprendizagem e processos educacionais	2	2	
Gêneros textuais e Libras	2	2	
TCC II	2	2	
Tradução e Interpretação em Eventos Científicos	2	2	
Estágio Supervisionado I	2		4
Libras VII		4	
Ética Profissional	2		
TCC III	2	2	
Tradução e Interpretação na Esfera da Saúde	2	2	
Outras Línguas de Sinais	2		
Estágio Supervisionado II	2	4	
Eletiva III	2		
Multiculturalismo e Surdez	2		
Literatura em Libras	4		
Tradução e Interpretação nas Esferas Legal e Governamental	2	2	
Surdez e visualidade	2		

Estágio Supervisionado III	2	4	
	101	81	4
Cada crédito corresponde a 15 horas-aula			
Disciplinas Obrigatórias 148 créditos = 2.220h			
Disciplinas Eletivas 08 créditos = 120h			
Estágio 18 créditos = 270h			
Trabalho de Conclusão de Curso 12 créditos = 180h			
Atividades Complementares 10 créditos 150h			
Total de créditos: 196			
Total de horas: 2.940			

Nota: Elaborado pela autora

Fonte:

<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/traducao-e-interpretacao-em-lingua-brasileira-de-sinais/traducao-e-interpretacao-em-lingua-brasileira-de-sinais>

Grade de disciplinas da UFSC

Quadro 22 - Formação do TILS na UFSC

Bacharelado em Libras	
Disciplinas – Horas/aula	Ementa
Fundamentos da Educação dos Surdos H/A 72	Os modelos educacionais para surdos: clínicos, mistos, antropológicos, e da diferença. Políticas, legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais
Tecnologias da Informação e EaD H/A 72	Linguagem, tecnologia e sociedade. Contemporaneidade: tecnologia, globalização e meio ambiente. O impacto das tecnologias na vida e na educação de surdos. Tecnologias de registro e edição de vídeos em Libras. Introdução à Educação a Distância
Libras Iniciante H/A 144	Descrição básica de pessoas e cenários. Narrativas pessoais simples. Introdução aos recursos gramaticais da Libras: uso do corpo e do espaço. Classificadores básicos. Iniciação à soletração manual e aos numerais. Construções negativas e interrogativas básicas.
Conversação Intercultural H/A 72	Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.
Libras Pré-Intermediário H/A 216	Descrições elaboradas de pessoas e cenários. Narrativas pessoais elaboradas. Uso do corpo e do espaço para estabelecimento de referentes. Diferentes tipos de classificadores. Coarticulação na soletração manual e de números. Expressão de relações causais simples. Construções negativas e interrogativas elaboradas.
Corporalidade e Escrita H/A 72	Tradição oral e tradição escrita. Condições de produção oral e escrita. Cruzamentos entre oralidade e escrita. Escrita, ciência e literatura. Desafios da alfabetização e do letramento. Introdução aos sistemas de escrita de línguas orais e línguas de sinais.
Fundamentos da Tradução e da Interpretação H/A 72	A atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Mapeamento dos estudos da tradução. Concepção de tradução e interpretação e os respectivos papéis na prática do profissional. Conceitos de língua fonte e língua alvo.
Libras Intermediário H/A 144	Descrições complexas de pessoas, cenários e eventos. Recontagem de narrativas com enredos complexos. Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizante. Expressão de relações causais complexas. Uso avançado de classificadores. Exploração avançada do corpo e do espaço. Desenvolvimento de fluência na soletração manual e de números. Introdução ao uso de bóias no discurso.
Introdução aos Estudos Linguísticos H/A 72	Introdução às ciências e à filosofia da linguagem. Definição do campo, do objeto, dos objetivos e dos métodos da linguística. Os conceitos de linguagem, língua e fala. O signo linguístico.

	As funções da linguagem. Língua e cultura. Descrição/explicação VS. Prescrição. Os níveis da descrição linguística. Noções elementares de história da Linguística e as abordagens modernas. Mitos sobre LSs.
Estudos da Tradução I H/A 72	Panorama das vertentes teóricas no campo dos Estudos da Tradução. Tipos de tradução e o conceito de fidelidade articulados no âmbito de cada vertente. As relações entre tradução, original, tradutor e autor.
Estudos da Interpretação I H/A 72	História dos Estudos da Interpretação. Constituição do profissional intérprete de língua de sinais. Aspectos legais e a regulamentação da profissão. Interpretação comunitária. Papéis em diferentes espaços de atuação: intérprete generalista e intérprete educacional.
Libras Avançado H/A 144	Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas.
Estudos Linguísticos I H/A 72	Introdução aos princípios gerais da Fonética Articulatória. Relação entre fonética e fonologia. Introdução às premissas da descrição e análise fonológica. Processos fonológicos básicos.
Estudos da Tradução II H/A 72	O debate teórico clássico sobre ética e seus reflexos na carreira profissional. Posturas, atitudes, decisões e encaminhamentos nas relações de trabalho. Elementos cognitivos, linguísticos, culturais e políticos no ato tradutório. Demandas e papéis em diferentes espaços de atuação.
Estudos da Interpretação II H/A 72	Teorias e modelos de interpretação. Tipologias, conceitos e conscientização dos problemas teóricos e práticos da interpretação em língua de sinais. Processos cognitivos, linguísticos e culturais.
Libras Acadêmica H/A 72	Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em Libras.
Escritas de Sinais I H/A 72	Aquisição do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não-manuais. Ênfase na leitura. Introdução ao uso de softwares de escrita de sinais.
Estudos Linguísticos II H/A 72	As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Os constituintes. A relação núcleo, argumentos e adjuntos. A estrutura das sentenças. Processos morfológicos e sintáticos.
Metodologia Científica H/A 72	O que é pesquisa. Fundamentos da teoria do conhecimento. Epistemologia, ciência, ideologia. Crises paradigmáticas e pós-modernidade. Abordagens metodológicas na ciência. Projetos de pesquisa: preparação, desenvolvimento e apresentação de resultados. Elaboração do trabalho científico.

Português I H/A 72	Elementos de textualidade: coesão e coerência na Língua Portuguesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura. Gêneros Textuais. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível básico.
Laboratório em Interpretação I H/A 72	Aplicação teórica e prática de interpretação Português - Libras - Português em contextos educacionais. Prática como componente curricular.
Estudos Surdos I H/A 72	Grupos sociais e relações étnico-raciais. Audismo. Identidade e cultura surdas. Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Encontro surdo-surdo. Subjetividade. Artefatos culturais e a língua de sinais.
Escrita de Sinais II H/A 72	Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O sinalário da Libras.
Estudos Linguísticos III H/A 72	Dimensões da significação: sentido, referência. Significação dos enunciados: acarretamento, pressuposição, asserção, negação, transitividade, operadores argumentativos, quantificadores. Significação e uso da linguagem: performatividade, atos de fala, máximas conversacionais. Enunciação e sentido. Linguagem em seu contexto sócio-histórico e ideológico.
Português II H/A 72	Produção de textos técnico-científicos relevantes para o desempenho das atividades acadêmicas. Procedimentos de reescrita/reestruturação. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível intermediário.
Laboratório em Interpretação II H/A 72	Aplicação teórica e prática de interpretação Português - Libras - Português em contextos da saúde. Prática como componente curricular.
Literatura Surda I H/A 72	Introdução à Literatura Surda. A expressividade estética e literária nas línguas de sinais. O gênero narrativo: estrutura e funções. Realidade e ficção. Tipos de narrativas em línguas de sinais. Narrativas e educação de surdos. Produção e análise de narrativas. A literatura como um artefato cultural.
Prática de Tradução I H/A 72	Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões. Descrição e avaliação das traduções.
Estudos Linguísticos IV H/A 72	As relações entre língua e sociedade. Variação linguística no tempo e no espaço. Famílias linguísticas. Língua e dialeto. Comunidades de fala. Línguas em contato. Línguas emergenciais. Crioulização. Bilinguismo. Mudança linguística. Registro e diglossia. Os usos sociais da variação. Estudo de princípios da Linguística Aplicada e sua relação com a pesquisa, o ensino e aprendizagem de línguas em diferentes contextos.
Português III H/A 72	Práticas de leitura e escrita com foco no desenvolvimento da capacidade crítica. Gêneros da esfera acadêmica. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível

	avançado. Orientações para a construção da síntese do projeto de TCC.
Laboratório em Interpretação III H/A 144	Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos jurídicos. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas no campo da interpretação.
Literatura Surda II H/A 72	-Literatura surda no Brasil e no mundo. O gênero poético. Funções da poesia. Tipos de poesia em línguas de sinais. Poesia e criatividade linguística. Prática em poesia. A expressividade no humor. Metáforas e outros recursos literários em línguas de sinais.
Prática de Tradução II H/A 144	Prática tradutória envolvendo a escrita de sinais. Estudos de expressões literárias da cultura surda. Interfaces entre a prática e o desenvolvimento de pesquisas em escrita de sinais e do português. Edição de textos e direitos autorais.
TCC H/A 72	Desenvolvimento de pesquisa e defesa do trabalho composta por uma banca avaliadora
Estágio em Interpretação H/A 144	Desenvolvimento do estágio supervisionado em interpretação de Libras/ Português em contextos institucionais.
Estágio em Tradução H/A 72	Desenvolvimento do estágio supervisionado em tradução de Libras/Português em contextos institucionais.
ATIVIDADES COMPLEMENTARES Extensão - H/A 90 Pesquisa - H/A 90 Seminários - H/A 72	Introdução às ciências e à filosofia da linguagem. Definição do campo, do objeto, dos objetivos e dos métodos da linguística. Os conceitos de linguagem, língua e fala. O signo linguístico. As funções da linguagem. Língua e cultura. Descrição/explicação vs. prescrição. Os níveis da descrição linguística. Noções elementares de história da Linguística e as abordagens modernas. Mitos sobre LSs. Prática como componente curricular.
Disciplinas Optativas Carga mínima obrigatória 288 horas-aula Escolher entre as disciplinas oferecidas, sendo 72 H/A cada.	Leitura e Escrita do Português como 2ª Língua Leitura e Escrita do Português como 2ª Língua II Produção Textual Acadêmica Sinais Internacionais Prática de Tradução: Textos Especializados História dos estudos da Tradução Interpretação de Libras Produção de Materiais Didáticos em Libras Letramento Digital e Libras Tópicos em Morfologia das Línguas de Sinais Interpretação Educacional Introdução à Tradução de Literatura Infanto-Juvenil Produção de Materiais em Escrita de Sinais Laboratório de Produção Textual Argumentativa em Libras Tradução Audiovisual
Carga Horária Total	3.708 horas/aula - 3.090 horas

Nota: Elaborado pela autora

Fonte: <https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=441>

Matriz curricular de disciplinas do IFRS

Quadro 23 - Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras - IFRS

Matriz curricular do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras- IFRS			
	DISCIPLINA	CH	HA
1º S E M E S T R E	Língua de Sinais Brasileira I	120	144
	Estudos Linguísticos I	60	72
	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa I	15	18
	Movimentos Políticos, Sociais e Culturais	60	36
	Corpo, Cultura e Movimento	30	36
	Ética Profissional	15	18
2º S E M E S T R E	Língua de sinais brasileira II	120	144
	Estudos Linguísticos II	60	72
	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa II	30	36
	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa II	60	72
	Expressão corporal, técnica vocal e oratória	30	36
3º S E M E S T R E	Língua de sinais brasileira III	60	72
	Tradução e Interpretação em Língua Portuguesa: Modalidade escrita e oral I	60	72
	Tradução Textual LP – LS / LS - LP	30	36
	Tradução e Interpretação em Língua de Sinais: modalidade visual II	60	72
	Escrita de Língua de Sinais - ELS	30	36
	Atividade de Prática Profissional I	60	72
4º S E M E S T R E	Língua de sinais brasileira IV	30	36
	Tradução e Interpretação em Língua Portuguesa: Modalidade escrita e oral II	60	72
	Tradução e Interpretação na Educação	60	72
	Tradução e Interpretação nos serviços públicos	60	72
	Tradução e Interpretação midiática	30	36
	Atividade de Prática Profissional II	60	72
TOTAL / CARGA HORÁRIA (CH) / HORAS AULAS (HA)		1.200	1.440

Nota: Elaborado pela autora

Fonte: https://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201811982558824pccs_ppc_tecnico_trad_inte rp_libras.pdf

Resposta LAI

Número Protocolo 1612/2020

Data: 03/12/2020

Em resposta ao solicitado, informamos:

Em consulta ao sistema informatizado da SME (Integre), na presente data, constam os dados abaixo.

Dados mais específicos em relação aos alunos podem ser obtidos junto à equipe escolar.

EMEF Júlio de Mesquita Filho

Turma Número total de alunos Número de alunos surdos

1o. ano A 21 3

1o. ano B 19 0

2o. ano A 24 8

2o. ano B 23 0

3o. ano A 29 10

3o. ano B 31 0

4o. ano A 26 6

4o. ano B 30 0

5o. ano A 32 9

5o. ano B 32 0

6o. ano A 26 6

6o. ano B 25 0

7o. ano A 23 5

7o. ano B 19 0

8o. ano A 21 2

8o. ano B 20 0

9o. ano A 23 4

9o. ano B 19 0

CEMEFEJA Paulo Freire*

Turma Número total de alunos Número de alunos surdos

1o. Termo A 11 2

2o. Termo B 13 1

3o. Termo A 22 0

4o. Termo B 32 1

Multiciclo I e II A** 8 4

* Dados referentes ao 1o. Semestre de 2020. Uma vez que os termos são semestrais, em razão da pandemia não houve matrículas no segundo semestre.

** Turma anual: dados referentes a dezembro de 2020.

EMEJA Prof. Sérgio Rossini*

Turma Número total de alunos Número de alunos surdos

1o. Termo A 31 2

2o. Termo B 28 1

3o. Termo A 28 0

4o. Termo B 31 0

* Dados referentes ao 1o. Semestre de 2020. Uma vez que os termos são semestrais, em razão da pandemia não houve matrículas no segundo semestre.